

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS – UNIMONTES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SOCIAL

**CÉLIA LOPES AZEVEDO**

**“MAIS DO MESMO”:** Uma análise dos efeitos da construção da UHE de Irapé  
para os reassentados de Araras



Montes Claros – MG

Março de 2019

CÉLIA LOPES AZEVEDO

**“MAIS DO MESMO”: Uma análise dos efeitos da construção da UHE de Irapé  
para o povo de Araras**

Dissertação apresentada como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Social junto ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social da Universidade Estadual de Montes Claros-UNIMONTES.

Orientadora: Dra. Ana Paula Glinfskoi Thé

Montes Claros – MG

Março de 2019

A994m Azevedo, Célia Lopes.  
“Mais do mesmo” [manuscrito] : uma análise dos efeitos da construção da UHE de Irapé para os reassentados de Araras / Célia Lopes Azevedo. – Montes Claros, 2019.  
107 f. : il.

Bibliografia: f. 99-103.  
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social/PPGDS, 2019.

Orientadora: Profa. Dra. Ana Paula Glinfskoi Thé.

1. Usina Hidrelétrica de Irapé - UHE. 2. Agricultores familiares. 3. Vale do Jequitinhonha. 4. Impactos socioambientais. 5. Reassentados – Araras, Francisco Sá (MG). I. Thé, Ana Paula Glinfskoi. II. Universidade Estadual de Montes Claros. III. Título. IV. Título: Uma análise dos efeitos da construção da UHE de Irapé para os reassentados de Araras.

**CÉLIA LOPES AZEVEDO**

**“MAIS DO MESMO”: Uma análise dos efeitos da construção da UHE de Irapé para o povo de Araras**

Dissertação apresentada como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Social junto ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social da Universidade Estadual de Montes Claros-UNIMONTES.

Orientadora: Dra. Ana Paula Glinfskoi Thé

**MEMBROS DA BANCA**

---

Dra. Ana Paula Glinfskoi Thé (UNIMONTES)

---

Dra. Felisa Cançado Anaya (UNIMONTES)

---

Dr. Helder dos Anjos Augusto (UFMG)

Montes Claros – MG

Março de 2019

## AGRADECIMENTOS

A gratidão é um sentimento de reconhecimento, uma emoção que toma conta de nossa alma, gerando uma vontade imensa de dizer o quanto foram importantes as pessoas que me ajudaram nessa caminhada rumo a um objetivo de difícil alcance.

Irradiada por essa emoção, primeiramente, agradeço a Deus e ao fazê-lo, gostaria de explicitar uma famosa frase escrita pelo apóstolo Paulo, descrita em Filipenses 4:13, em que ele expressa que nada é impossível para ele com a ajuda de Deus: ***“tudo posso naquele que me fortalece”***. Pude sentir a mão de Deus em todos os momentos desse trabalho, quer seja não me deixando parar frente aos obstáculos; quer seja colocando “anjos” no meu caminho para ajudar nas partes mais difíceis do percurso.

Agradeço a minha amada família, em especial a minha querida mãe por ser o maior exemplo de fortaleza, de resistência e de simplicidade que já conheci. Ao meu pai, que a seu modo ensinou-me a ser forte e corajosa. Aos meus irmãos e irmãs pelo apoio e compartilhamento dos meus sonhos e ansiedades, em especial a Eliene e ao cunhado Emílio que cuidaram, nas minhas ausências e isolamentos para leituras e escritas, da minha filhota, Alícia, e por sempre terem se disponibilizado a me ajudar.

Dedico um agradecimento mais que especial ao meu irmão/pai Antônio (*In memoriam*), posso imaginar com muita nitidez como estaria radiante e orgulhoso de mim, vibrando com a minha conquista. Gratidão eterna ao meu querido irmão, que em vida não pode usufruir da oportunidade de estudar, mas que sempre se dedicou a transmitir sabedoria, bons exemplos, solidariedade e amor. Agradeço imensamente a ele pela sobrevivência a uma infância marcada pela exclusão e diversas dificuldades. Agradeço pelo exemplo de vida, apoio, incentivo, confiança e pelas sábias palavras que sempre me encorajaram a lutar.

Agradeço a minha linda tia Valeriana (*In memoriam*). Infelizmente não deu tempo de compartilhar esse que era o maior e mais valioso conselho que sempre nos dava. Gratidão pelo exemplo de mulher estudiosa, acolhedora, dedicada e amorosa. Sei exatamente o quanto ficaria feliz por mim, obrigada pela valiosa convivência, tia querida.

Meus sinceros agradecimentos a minha querida orientadora, a professora Ana Paula Glinfskoi Thé, que desde o primeiro momento em que a conheci, por meio de uma disciplina como aluna especial, foi possível perceber a sua generosidade em compartilhar

seus conhecimentos e experiências intelectuais e acadêmicas, sempre passando orientações e conselhos, não somente para o meio acadêmico, mas também para a vida. Agradeço a ela por fazer parte da realização desse sonho, sem a sua ajuda essa caminhada seria, com certeza, muito mais difícil de se concluir. Agradeço também pelo empréstimo dos materiais, serei eternamente grata pela oportunidade desse convívio.

Agradeço aos queridos amigos e amigas que conheci no mestrado, pessoas encantadoras que ajudaram a suavizar essa jornada. Em especial, a amiga para a vida, Ana Paula Gomes de Melo, que desde o primeiro contato que tivemos pude perceber de imediato que se tratava de uma pessoa que conserva os bons sentimentos pelo próximo, sua generosidade, positividade são contagiantes. Não poderia esquecer de agradecer-lá pelos vários materiais que me emprestou, desde o primeiro ano dessa jornada, serei eternamente grata.

Sinceros agradecimentos pelas valorosas contribuições da banca de qualificação ao meu trabalho: à professora Andrea Narciso, à Felisa Anaya e ao professor Rômulo Soares que dedicaram um tempo especial para que este trabalho avançasse.

Agradeço também a amiga Paula Bustamante pela parceria, pela partilha de conhecimento, de experiências e muitas risadas que guardaremos em nossas memórias afetivas ao longo da vida. Agradeço a ela por dividir comigo momentos tão agradáveis e especiais, espero que possamos dividir e espalhar, juntas, mais tantos outros sorrisos.

Agradeço também, ao meu amigo do coração e colega de trabalho Rony Enderson de Oliveira que me impulsionou a acreditar em uma força que nem eu mesma me dava conta que existia em mim. Ele é um exemplo de como as boas palavras, generosidade e boas ações podem fazer a vida do próximo mudar. Obrigada e conte sempre comigo também!

Aqui, dedico um espaço as pessoas mais especiais da minha vida, a minha linda e amada filha Alícia e ao meu amado esposo Renilson. Sem a presença, a ajuda e a compreensão de vocês para transpor as dificuldades enfrentadas nessa caminhada jamais chegaria até aqui. Ao meu esposo, companheiro e parceiro de todas as horas, inclusive, nos momentos mais difíceis, agradeço por sempre ser o meu melhor e mais gostoso refúgio. Sua serenidade, sabedoria, generosidade e lucidez são fundamentais para não me deixar desistir, sempre sonhar e acreditar que posso mais.

Agradeço aos meus cunhados Rodrigo e Ângela pela disponibilidade em me ajudar, pelos materiais emprestados, pelo compartilhamento de suas experiências acadêmicas, e pelos conselhos que, generosamente, arrefeciam minhas ansiedades.

Agradeço também à vovó Sônia, à tia Renívia e ao Vespasiano por compreender as minhas ausências e por ter cuidado tão bem da Alícia quando precisei me ausentar.

Muitíssimo obrigada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social – PPGDS, aos professores por todos os ensinamentos, pela generosidade em socializar o conhecimento, pela acolhida e pelo convívio maravilhoso, em especial, à professora Maria da Luz, ao professor Gilmar, ao professor Antônio Dimas e ao professor Rômulo que desde a graduação fazem parte da minha trajetória acadêmica, sempre me incentivando a continuar.

Por fim, com receio de que possa ter esquecido alguém, porque foram muitos os que me auxiliaram e torceram a favor, agradeço a todos que direta ou indiretamente contribuíram com este trabalho!

Muito obrigada, de coração!

## RESUMO

Sob a égide do discurso ideológico desenvolvimentista, os empreendimentos hidrelétricos no Brasil provocaram efeitos ambientais e socioculturais relevantes, especialmente na vida das pessoas que habitavam as regiões diretamente atingidas. Nessa perspectiva, o presente trabalho objetivou analisar, a partir das percepções e vivências das famílias reassentadas em Araras, Francisco Sá, norte de Minas Gerais, o processo de transferência involuntária, de desapropriação e de reassentamento, em consequência da UHE de Irapé, instalada no curso do Rio Jequitinhonha. Para consecução do objetivo, conduziu-se um estudo de caso complementado por pesquisas bibliográficas, documentais, com trabalho de campo viabilizado pela técnica de entrevista semiestruturada, além de registros fotográficos. O estudo evidenciou que a desapropriação e a transferência involuntária das vinte e seis famílias atingidas pela UHE de Irapé para o reassentamento de Araras foi um processo gerador de sofrimento social e de impactos negativos no modo de vida dos agricultores rurais envolvidos. Acarretou ruptura dos laços de parentesco e de vizinhança; modificou abruptamente histórias de vida; práticas cotidianas de reprodução econômica e cultural. Agravada, principalmente pela indisponibilidade dos recursos hídricos no novo local e da indisponibilidade do acesso aos serviços públicos antes existentes em seus locais de origem como: de educação, de saúde e de transporte. Como resultado, descreve-se o descompasso entre propostas e os discursos de garantia de direitos propagados pelo empreendimento durante o processo de planejamento de medidas reparadoras e as condições vivenciadas pelos atingidos pela UHE de Irapé, demonstrando que o atendimento aos requisitos técnicos do processo de licenciamento ambiental de uma barragem hidrelétrica, como a elaboração do TAC - Termo de Ajustamento de Conduta - firmado entre o empreendimento e as populações impactadas, tal instrumento, não tem garantido a resolução de conflitos e o respeito à dignidade humana e a justiça ambiental.

**Palavras-chave:** UHE de Irapé. Agricultores familiares. Vale do Jequitinhonha. Impactos socioambientais. Reassentados.



## ABSTRACT

Under the aegis of developmental ideological discourse, hydroelectric ventures in Brazil provoked relevant environmental and socio-cultural effects, especially in the lives of people living in the regions directly affected. From this perspective, the present work aimed to analyze the process of involuntary transfer, expropriation and resettlement, as a consequence of the Irapé Hydroelectric Power Plant, located in the city of Araras, Francisco Sá, northern Minas Gerais. course of the Jequitinhonha River. In order to achieve the objective, a case study was carried out, supplemented by bibliographical and documentary researches, with fieldwork made possible by the semi-structured interview technique, as well as photographic records. The study showed that the expropriation and involuntary transfer of the twenty-six families affected by the Irapé HPP to the Araras resettlement was a process generating social suffering and negative impacts on the way of life of the rural farmers involved. It brought about a rupture of kinship and neighborhood ties; abruptly modified life stories; daily practices of economic and cultural reproduction. This was aggravated mainly by the unavailability of water resources in the new location and the unavailability of access to public services previously existing in their places of origin such as education, health and transportation. As a result, we describe the mismatch between the proposals and the rights-guarantee discourses propagated by the enterprise during the process of planning remedial measures and the conditions experienced by those affected by the Irapé HPP, demonstrating that meeting the technical requirements of the licensing process environmental impact of a hydroelectric dam, such as the elaboration of the TAC - Term of Adjustment of Conduct - signed between the enterprise and the impacted populations, such instrument, has not guaranteed the resolution of conflicts and respect for human dignity and environmental justice.

**Key words:** Irapé HPP. Araras. Hydropower Project. Resettlement.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Limites dos municípios abrangidos por Irapé com outros municípios do Estado de Minas Gerais.....	37
Figura 02 – Mapa da Fazenda Araras e o Parcelamento dos Lotes.....	65
Figura 03 – Cachoeira/Gangorrinha- Cristália MG.....	73
Figura 04 – Ações cristalizadas em papel e frustradas na realidade.....	80
Figura 05 – Residência construída pela própria família.....	83
Figura 06 – Residência tamanho padrão Cemig.....	83
Figura 07 – Plantio em vazante do Rio Jequitinhonha.....	86
Figura 08 – Rio Verde nas proximidades do reassentamento de Araras.....	87
Figura 09 – Realidade alterada - Aluguel de trator.....	89
Figura 10 – Caixa de Recolhimento de Água de Chuva – Reassentamento de Araras...	90
Figura 11 – Tanque de terra.....	90
Figura 12 – Poço Artesiano.....	91
Figura 13 – Famílias que resistem em ressignificar Araras.....	99

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Distribuição das fazendas por municípios.....	58
---	----

## SIGLAS

ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica

CAMPO VALE – Centro de Assessoria aos Movimentos Populares do Vale do Jequitinhonha

CEMIG – Companhia Energética de Minas Gerais

CHESF – Companhia Hidrelétrica do São Francisco

COPEL – Companhia Paranaense de Energia

COPAM – Conselho de Política Ambiental

CUT – Central Única dos Trabalhadores

DNAEE – Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica

EIA – Estudos de Impacto Ambiental

ELETROBRÁS – Centrais Elétricas Brasileiras

EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

FEAM – Fundação Estadual de Meio Ambiente

FETAEMG – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

LI – Licença de Instalação

LO – Licença de Operação

LP – Licença Prévia

MAB – Movimento de Atingidos por Barragens

MPF – Ministério Público Federal

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

NAC – Núcleo de Agroecologia e Campesinato, da UFVJM

ONG – Organização Não Governamental

PCA – Plano de Controle Ambiental

PD – Plano Diretor

PSF – Programa Saúde da Família

SAMU – Serviço de Atendimento Móvel de Urgência

SUDENE – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

SUDAM – Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia

SUFRAMA – Superintendência da Zona Franca de Manaus

SNI – Sistema Nacional Integrado

TAC – Termo de Ajustamento de Conduta

UHE – U

sina Hidrelétrica

UFVJM – Universidade dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

RIMA – Relatório de Impacto Ambiental

VMT – Verba de Manutenção Temporária

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	14
Metodologia.....	18
Organização da Dissertação.....	22
<b>CAPÍTULO I – O CONTEXTO DE SURGIMENTO DAS HIDRELÉTRICAS NO BRASIL E AS IMPLICAÇÕES SOCIAIS DECORRENTES</b> .....	24
1.1 - Projetos de Integração Nacional: O discurso pró-desenvolvimentismo no surgimento das Hidrelétricas no Brasil.....	24
1.2 - A “vez do Vale”? A construção da imagem de “Vale da Miséria” para justificar os empreendimentos do desenvolvimento.....	28
1.3 - A transformação do Vale “lugar de gente” para o “não-lugar” Araras.....	30
1.4 - As hidrelétricas E o remanejamento populacional.....	34
1.5 - Considerações acerca dos conflitos decorrentes da Hidrelétrica de Irapé.....	42
<b>CAPÍTULO II – DAS LEMBRANÇAS DOS LUGARES DE ORIGEM AOS DESAFIOS PARA CONSEGUIR UM OUTRO LUGAR PARA VIVER</b> .....	48
2.1- Estruturação dos reassentamentos da UHE de Irapé – Aspectos legais e negociais.....	48
2.2- Alguns apontamentos sobre reassentamentos da UHE de Irapé: situação vivenciada.....	58
2.3 Irapé e os lugares de origem antes do não-lugar Araras.....	64
<b>CAPÍTULO III – O VIVER, O EXISTIR E O RESISTIR EM UM “NÃO-LUGAR” DENOMINADO ARARAS</b> .....	77
3.1- Araras: como se tem levado a vida.....	78
3.2- O <i>modus operandi</i> de Irapé em relação a outros empreendimentos hidrelétricos.....	93
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	97
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	100
<b>APÊNDICE</b> .....	105

## INTRODUÇÃO

O estabelecimento de valores econômicos exige a desvalorização de todas as outras formas de vida social. Essa desvalorização transforma, em um passe de mágica, habilidades em carências, bens públicos em recursos, homens e mulheres em trabalho que se compra e vende como um bem qualquer, tradições em fardo, sabedoria em ignorância, autonomia em dependência (ESTEVA, 1992, *apud* ZHOURI; OLIVEIRA, 2005, p. 18).

Quando um grande empreendimento hidrelétrico se instala em uma determinada região, geralmente sob o argumento de alavancar o progresso, invariavelmente deixará um rastro de destruição por meio dos inúmeros impactos na vida das pessoas e no meio ambiente local.

Nesse contexto, os sujeitos do presente estudo são oito famílias de reassentados que faziam parte do grupo inicial de vinte e seis famílias que viviam numa região do Estado de Minas Gerais denominada Vale do Jequitinhonha e Norte de Minas Gerais, Mas que em decorrência da construção da Usina Hidrelétrica de Irapé foram transferidas involuntariamente para o reassentamento de Araras pertencente ao município de Francisco Sá, no Norte de Minas Gerais, estruturado em uma fazenda que foi subdividida em 34 lotes. Essas famílias vieram, especificamente, de localidades rurais pertencentes ao município de José Gonçalves de Minas, à margem direita do Rio Jequitinhonha, bem como de Botumirim, Grão Mogol e Cristália, localizados à margem esquerda, sendo essa última cidade detentora do maior contingente populacional (aproximadamente 70%). Nos locais de origem, essas famílias exerciam a agricultura familiar, a pesca, a criação de animais, o garimpo e o extrativismo, em sintonia com o ambiente natural do Vale do Jequitinhonha, o trabalho acontecia em terras úmidas e fertilizadas naturalmente, por ocasiões das cheias do Rio Jequitinhonha e respeitando as características naturais do lugar, desenvolvendo e acumulando saberes relacionados à agricultura compatível com as características dos solos e dos recursos hidrominerais disponíveis.

Desse modo, constata-se que a base material de existência das famílias removidas para o reassentamento de Araras está assentada no cultivo de pequenas lavouras e na criação de animais de pequeno porte, em terras compartilhadas, em sua maioria, por familiares ao longo de várias gerações. Todavia, em razão do empreendimento hidrelétrico, as pessoas se viram obrigadas a deixar para trás suas terras e histórias, modos tradicionais de “saber” e “fazer”, incluindo o contexto de multiplicidade de uso do espaço e interações recíprocas. Assim, a chegada da Usina alterou completamente a paisagem do

Vale do Jequitinhonha e, simultaneamente, revirou e transformou profundamente a vida de milhares de agricultores familiares do Vale, inclusive, expulsando-os de um ambiente com abundância de água para um espaço de escassez desse recurso.

A construção da UHE de Irapé expulsou cerca de 1.200 famílias e desse total, 632 optaram pela transferência para os diversos reassentamentos adquiridos em municípios do norte de Minas. O modelo de compensação estabelecido nesses casos foi a troca de “terra por terra”, “casa por casa”, como também a indenização pelas benfeitorias existentes no terreno, sendo: plantações, chiqueiros, curral, puleiros e etc., conforme estabelecido em reuniões de negociação entre atingidos pela barragem de Irapé e a Cemig, nas quais se fixaram o direito às compensações financeiras (INFORMATIVO CEMIG, 2005).

Essa breve caracterização de um dos reassentamentos da usina de Irapé, ilustra-se a lógica que norteia a implementação de grandes empreendimentos no Brasil no sentido de que, em prol do “progresso” de uma nação ou de uma determinada região, seja aceitável que minorias suportem perdas, a exemplo do processo de desterritorialização que condensa diversas supressões materiais e imateriais, ambas justificadas e legitimadas pelo discurso do bem coletivo, encortinado pelas políticas desenvolvimentistas.

Sobre os empreendimentos hidrelétricos, Zhouri e Oliveira (2005) mencionam que a política de desenvolvimento do Brasil teve como uma de suas bases de investimentos a instalação de empreendimentos de geração de energia, sob a forma de parcerias com empresas dos ramos de atividades intensivas no uso de energia elétrica, tais como: Novelis do Brasil, anteriormente denominada Alcan (canadense), Billiton Metais (Reino Unido), etc., visando o auto fornecimento de energia para produção destinada à exportação. Dessa maneira, segundo as autoras, as empresas dos países do capitalismo descentralizam suas plantas industriais, tendo como alvo específico as regiões periféricas e marginalizadas, cabendo à periferia suportar os efeitos colaterais da “re-localização” das plantas industriais.

No bojo da mundialização do capital, a descentralização das bases produtivas é direcionada para os países mais vulneráveis, dessa forma, transferem-se os danos da degradação ambiental para os recém “incluídos nesse processo”. Assim, os países periféricos começam a pôr em prática várias políticas de desregulamentação, eliminando qualquer obstáculo que possa frear os impulsos do capital privado. Nesse período,



qualquer tentativa de diálogo sobre o meio ambiente e justiça social é desconsiderada e vista como um entrave ao crescimento do país (ZHOURI; OLIVEIRA, 2005).

Nessa perspectiva, os megaempreendimentos surgem e trazem consigo um forte discurso ideológico desenvolvimentista, artifício operacionalizado para convencer a todos de sua imprescindibilidade. Além disso, disseminam promessas de geração de riqueza e desenvolvimento na região de sua implantação a partir de estratégias discursivas cuja função é a de suavizar os impactos negativos e de escamotear as ações mitigadoras não adequadamente implementadas. Intenciona ainda, colocar em um patamar de pouquíssima relevância as perdas sociais, os conflitos advindos da mudança impositiva pelo enchimento do lago, assim como a invisibilização do sofrimento e dor da população afetada.

Nessa perspectiva, a UHE de Irapé foi disseminada como um empreendimento que tiraria a região do Vale do Jequitinhonha da estagnação e da miserabilidade, como também proporcionar disponibilidade energética no enfrentamento de um possível desequilíbrio de disponibilidade de energia, evitando os apagões que ocorreram no início de 2000. Essa “propaganda” sobre o projeto teve a intenção de evitar resistência ao empreendimento e minimizar em discursos “pró-desenvolvimento” os efeitos deletérios na vida da população atingida.

Constituiu objetivo geral desta pesquisa analisar a partir das percepções e vivências das famílias reassentadas em Araras o processo de transferência involuntária, desapropriação e reassentamento em consequência da construção da UHE de Irapé.

Para tanto, foi necessário alcançar os objetivos específicos a seguir:

- 1- Estudar e descrever as condições de vida das famílias reassentadas doze anos após o processo expropriatório que forçou as mudanças involuntárias;
- 2- Compreender os processos vivenciados pelas famílias reassentadas a partir do projeto desenvolvimentista da UHE de Irapé.

Nesse contexto, procurou-se se resposta a seguinte indagação: como as famílias reassentadas na fazenda Araras estão reagindo aos novos condicionantes territoriais? Tem sido possível reproduzir os modos de vida dos locais de origem?

Diante do fato de que as relações sociais estão sempre em constantes mudanças e de que o tempo e o espaço influenciam e são influenciados pelas ações humanas, observou-se desde o início do estabelecimento do empreendimento incertezas e desconfianças na população afetada, o que é compreensível quando se têm ações

planejadas, pré-definidas num ambiente administrativo alheio às comunidades afetadas, com técnicos “de fora” que se propuseram a direcionar o futuro de um determinado povo. Desse modo, os gestores do projeto, racionalmente, elaboraram planos de reassentamentos com pressupostos de uma previsibilidade externa à lógica e às relações entre os sujeitos das comunidades, e entre estes e o meio ambiente.

Tais planejamentos favoreciam o desconhecimento e subestimativa dos efeitos deletérios dos empreendimentos sobre as mudanças nas condições de vida das comunidades que possuem suas especificidades, suas dinâmicas socioambientais. Essa forma automatizada dos empreendimentos considera os agricultores atingidos por Irapé sujeitos completamente homogêneos a outros sujeitos agricultores familiares de outras comunidades, passíveis de serem deslocados de um lugar para outro, sem que houvesse sofrimento pela alteração em suas relações sociais e seus modos de vida. Todavia, a realidade histórica e atual revela um povo heterogêneo marcado pela diversidade e pela multifuncionalidade nos relacionamentos sociais e com o ambiente natural em seus modos de ser, viver, fazer, existir e resistir.

## Metodologia

O presente trabalho projeta-se a partir da monografia realizada em 2006, em que se pesquisou os impactos socioeconômicos na vida das pessoas reassentadas na fazenda Araras, em Francisco Sá. Nessa perspectiva, ciente da incipiência do reassentamento e de que algumas alterações no modo de vida só seriam percebidas com o passar do tempo, ao término da pesquisa, em 2006, ficou latente o desejo de retornar ao reassentamento de Araras para acompanhar como a vida estaria se refazendo no novo espaço. A partir disso, seria possível identificar quais as estratégias acionadas para que o novo espaço pudesse preencher, pelo menos em parte, o vazio da perda de seus lugares de origem, uma vez que, inevitavelmente, a realidade imposta é pensar a partir de Araras, exigindo um esforço diário de criação e recriação de novos laços sociais, identidades, pertença, modos de vida, numa tentativa de costurar vínculos, simbologias e significados para transformar o não-lugar em um novo lugar.

Tudo isso reafirma a necessidade de se ampliar o foco do estudo para além dos aspectos socioeconômicos, abarcando aspectos subjetivos que irão permitir extrair pontos sensíveis no viver, no refazer e nos sentimentos internalizados pelos agricultores reassentados em Araras.

A relação estabelecida pela pesquisadora em 2006 no âmbito da monografia de graduação em Ciências Sociais com alguns dos pesquisados facilitou a reentrada no campo em 2018, possibilitando uma recepção acolhedora, facilitada pelas memórias ainda guardadas por alguns interlocutores. Assim, no dia 05/05/18 foi realizado o primeiro contato em Araras, momento em que a pesquisadora foi surpreendida com a triste notícia de que o senhor Sebastião Pereira Barros, então presidente da associação na época da primeira pesquisa, havia falecido. A partir dessa visita prévia foi possível conhecer o atual presidente da associação, o senhor Faustino, que prontamente se disponibilizou em contribuir com este novo trabalho, informando os nomes dos demais moradores, inclusive, indicando os locais em que há reassentados na fazenda, uma vez que, atualmente, esse público é minoria em Araras, restando apenas oito famílias das vinte e duas entrevistadas em 2006.

Essa aproximação foi muito importante para que a pesquisadora confirmasse seu interesse pelo objeto em estudo, tendo em vista a percepção de que o espaço e o tempo sofreram modificações, acarretando naturalmente alterações nas relações sociais do grupo

estudado. Nessa oportunidade foi possível obter a autorização para realização da pesquisa, assim como planejar a melhor maneira de fazê-la, considerando a disponibilidade dos informantes e a distribuição geográfica das residências. O fato de ter sido reconhecida por alguns interlocutores contribuiu sobremaneira na fluidez dos diálogos que ocorreram sem ruídos na comunicação, fenômeno natural quando se está diante de uma pessoa desconhecida.

Inicialmente realizou-se uma pesquisa bibliográfica com o intuito de ampliar as possibilidades de compreensão do complexo processo de realocação de pessoas em função de construção de grandes empreendimentos hidrelétricos. Assim, privilegiou-se as bibliografias que versam sobre as categorias e conceitos como desenvolvimento, incluindo desenvolvimento sustentável e o desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha, atingidos, território, bem como desterritorialização, reterritorialização, lugar, entre outros. A pesquisa bibliográfica, segundo Duarte; Furtado (1991) é aquela que utiliza técnicas de levantamento e seleção de material, técnicas para leitura e para o apontamento (esquema, resumo, resenha, fichamento, etc.).

Em seguida, desenvolveu-se uma pesquisa documental, por meio de atas (reuniões, audiências públicas), relatórios, informativos da Cemig, EIA e RIMA, mapas, fotografias e o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC).

Por fim, após análises dos tipos, métodos e técnicas de pesquisas aderentes à intenção de adentrar às questões que permeiam a reconstrução de vida no espaço denominado Araras, decidiu-se pelo uso do estudo de caso que é, segundo Bell (1993), um método que permite um exame aprofundado de um objeto delimitado, particular, visando melhor compreendê-lo e interpretá-lo. É bem verdade que esse tipo de pesquisa apresenta fatores restritivos: um deles é que não se pode generalizar para os resultados obtidos. Assim, os resultados das pesquisas realizadas no reassentamento de Araras, município de Francisco Sá, não poderão ser extrapolados para o universo dos demais reassentamentos da Usina de Irapé, tampouco para explicar os aspectos da transferência involuntária de pessoas ocorridos em outras usinas hidrelétricas.

Em decorrência do estudo de caso, foi realizada pesquisa de campo visando um contato direto com o objeto de pesquisa. Segundo Brandão (2007), a pesquisa de campo apresenta aspectos positivos como vivência e contato no sentido de se apreender o que precisa ser conhecido.

Uma das técnicas de coleta de dados adotada foi a entrevista semiestruturada, que é uma conversa que ocorre entre duas pessoas para que uma delas colete informações sobre um determinado assunto. Essa técnica oferece maior oportunidade para analisar atitudes, condutas, podendo o entrevistado ser observado naquilo que diz e como diz, registro de reações, gestos, etc. (GIL, 1988). Assim, foi possível conseguir informações precisas, podendo ser comprovadas as discordâncias, as contradições e as ambiguidades. Todavia, como limitações, observam-se: o dispêndio de tempo tanto do entrevistador quanto do entrevistado; retenção de alguns dados importantes por receio de ter a identidade revelada; incompreensão por parte do informante do significado de algumas perguntas da pesquisa, o que pode levar a uma falsa interpretação. (GIL, 1988).

Roteiros de entrevista ou guia de abordagem foram elaborados visando provocar nos pesquisados: vontade, tranquilidade e confiança para relatar aspectos existenciais, antes e depois da transferência imposta para o reassentamento. Buscou-se, nessa perspectiva, obter relatos sobre os modos de vida nas áreas de origem, histórias, lembranças, palavras, frases emblemáticas e relatos ligados diretamente ao problema de pesquisa.

Coletou-se relatos das pessoas envolvidas no reassentamento desde o seu início, através de entrevistas semiestruturadas, que conduziram para obtenção de informações sobre o modo de vida no local de origem, a experiência da migração forçada, bem como o refazimento da vida no novo lugar. Esses informantes são agricultores que precisaram se unir, confirmar e reafirmar suas identidades, suas noções de pertença num processo de luta e resistência frente à Cemig. Atores que viveram e vivem um processo de reconstrução da sua própria história a partir da formação do reassentamento de Araras. Esses relatos subsidiaram as análises comparativas de como era o viver no antigo lugar e como tem sido viver em Araras. Além disso, foi possível desvendar as percepções dos atores envolvidos, fazendo assim, uma correlação com o processo desenvolvimentista desenhado para o Vale do Jequitinhonha. Importante mencionar que os relatos permitem compreender os acontecimentos que foram vivenciados, assim como transmitir experiências adquiridas (QUEIROZ, 1986).

Adicionalmente às entrevistas, foram realizados registros em diário, acesso a algumas fotografias do antigo lugar e ainda observações do novo espaço, suas paisagens, e do cotidiano dos sujeitos, seus gestos, seus comentários, para capturar aspectos que não são observáveis em um diálogo direto. Brandão (2007) menciona a respeito da necessária

sensibilidade do pesquisador, no contexto da observação, para perceber e sentir através das pessoas observadas.

No decorrer do trabalho apareceram algumas categorias nativas utilizadas pelas pessoas que foram expropriadas e categorias administrativas elaboradas pela Cemig. As famílias reassentadas costumam referir a si mesmas como agricultores rurais, pequenos produtores, lavradores, etc. Já o empreendedor refere-se a eles como reassentados, atingidos, ou agricultor familiar. A categoria escolhida aqui, privilegia a autodenominação dos sujeitos expropriados.

É muito importante distinguir as estratégias políticas escamoteadas nas categorias acionadas, já que interessa aos gestores dos grandes empreendimentos homogeneizar expressões de modo a não explicitar as diferenças, retirando, assim, a complexidade da modificação introduzida no modo de vida das famílias.

As categorias descritas como lugares de origem e não-lugar são acionadas para especificar o antes e o depois de Irapé. Nessa perspectiva, os lugares de origem são aqueles territórios em que viviam os diversos povos que estavam em várias comunidades pertencentes aos municípios diferentes e ao mesmo tempo todos assentados no Vale do Jequitinhonha, evidenciando o local como núcleo de uma simbiose peculiar entre o povo e o lugar natural, numa interação marcada pela complexidade, diversidade, multiplicidade e saberes específicos do agricultor rural do Vale.

Não eram simplesmente sítios, pedaços de terra na beira do rio e longe de serem apenas proprietário - categoria utilizada, pela Cemig, que camufla um apagamento dos valores tradicionais e simbólicos construídos por essas populações. Com esse entendimento, as populações rurais são convenientemente compreendidas como aptas a uma relação negocial, estabelecendo em uma relação mercantil o argumento jurídico de que “não se pode proibir ninguém de comprar ou vender terra” (SANTOS, 2014, p.161) sendo utilizado sem considerar o desequilíbrio entre as partes, protagonizadas pelo empreendedor *versus* agricultor. Dessa forma, por meio dos institutos da mitigação e indenização, ganha-se aparência de justiça instituída pela relação mercadológica de seus territórios (ZHOURI; OLIVEIRA, 2010).

Nesses locais havia história, interações, laços de parentesco e vizinhança, modo de reprodução social peculiar, memórias, simbolismo, saberes e experiências frutos da sinergia dos produtores rurais com o Vale do Jequitinhonha. Em Araras, denominada “não-lugar”, essas diversidades foram relegadas a um só termo, todas as características

que os diferenciavam como sendo pertencentes aos diversificados modos de vida existentes no Vale resumem-se à categoria de reassentados de Irapé.

O “não-lugar” é o local fruto de uma negociação inevitável. O reassentamento de Araras é o espaço em que tudo está por fazer, inclusive, o sentido, o significado identitário, a pertença. Não só o pomar, como também as relações sociais, o modo de vida e as relações de vizinhança. (AUGÉ, 1994)

### **Organização da Dissertação**

O estudo foi organizado em capítulos, sendo que o primeiro foi dedicado à revisão teórica, abordando o contexto de surgimento das Usinas Hidrelétricas no Brasil, assim como as implicações sociais observadas. Como as empresas de geração de energia foram gestadas no âmbito dos projetos desenvolvimentistas nacionais, primeiramente abordou-se alguns aspectos dos projetos de integração nacional e regional. Em seguida, houve considerações acerca dos projetos de desenvolvimento no âmbito da região do Vale do Jequitinhonha, sob o argumento de melhoria das condições de vida das pessoas do lugar, com ênfase no surgimento da UHE de Irapé no curso do Rio Jequitinhonha. Discute-se também, nesse capítulo, os impactos decorrentes da construção de usinas hidrelétricas na vida das pessoas, inclusive, sobre os conflitos que são desencadeados.

O segundo capítulo aborda as lembranças dos lugares em que viviam as pessoas reassentadas em Araras, bem como os desafios enfrentados para conseguir um novo local de moradia. Em primeiro lugar, nesse capítulo, buscou-se apresentar questões sobre o planejamento dos reassentamentos da UHE Irapé, enfatizando os aspectos legais e negociais e, em seguida, descrever situações vivenciadas por reassentados de Irapé, com características análogas ao reassentamento de Araras, cinco anos após a implantação do empreendimento hidrelétrico em referência. Por fim, descreve-se e analisa-se os relatos de informantes reassentados em Araras, sobre as lembranças dos lugares originais, do viver à beira do Rio Jequitinhonha e outras fontes d'água, captando o enfoque de quem teve a vida revirada pela barragem. Nesse contexto, aborda-se o impacto das primeiras notícias sobre a usina, de como foi apresentado e compreendido o processo de reassentamento, o momento da saída dos lugares de origem que seriam inundados.

No terceiro capítulo são apresentadas análises e discussões acerca de como tem sido a vida no reassentamento de Araras. Isso, a partir dos relatos colhidos que explicitam como eles têm feito para “refazer e ressignificar” um espaço em que não existe qualquer

vínculo em suas memórias afetivas e histórias. Por ser esse espaço esvaziado no que se refere aos significados, à noção de pertença, e sentidos o reassentamento de Araras foi denominado de “não-lugar”. Com isso, pretende-se dar foco às perdas não mitigáveis, ao descaso planejado, ao sofrimento e dor decorrentes da sobreposição do poder emanado do projeto capitalista que promoveu a desterritorialização e a desarticulação dos modos de vida, impulsionando as migrações forçadas, ignorando e subjugando os valores locais elaborados pelos agricultores familiares, em suas diversas experiências que enredaram seus territórios sociais (LITTLE, 2002), sob a égide de um discurso desenvolvimentista que, apesar de tão antigo, ainda se mostra tão atual.



## **CAPÍTULO I:**

### **O CONTEXTO DE SURGIMENTO DAS HIDRELÉTRICAS NO BRASIL E AS IMPLICAÇÕES SOCIAIS DECORRENTES**

#### **1.1 Projetos de Integração Nacional: O discurso pró-desenvolvimentismo no surgimento das hidrelétricas no Brasil**

Observam-se duas dimensões no planejamento do desenvolvimento no Brasil a partir de 1950. No início, planos de amplitude nacional como o Plano de Metas, Plano Trienal, etc. No segundo momento, por volta de 1959, os planos regionais com a criação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e, posteriormente, abrangendo as demais regiões com as Superintendências de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), Superintendência de Desenvolvimento da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA), etc.

Houve uma reorganização do estágio regional para um viés de integração nacional das diversas regiões do Brasil, o planejamento regional foi substituído na década de 1960 por um planejamento baseado em polos de desenvolvimento por meio de ação política centralizada. Na década de 1970, as superintendências regionais perderam relevância, reduzindo-se a meros organismos locais de acompanhamento dos projetos. Nesse período, foram criados os projetos especiais conhecidos por Plano de Integração Nacional (PIN) e o Programa de Redistribuição de Terras e Estímulo a Agropecuária do Norte-Nordeste (Pro-terra) (VAINER; ARAUJO, 1992).

Além disso, Conforme Piquet (1993) citado por Bortoleto (2001), para preencher lacunas deixadas pelas superintendências regionais surge um novo padrão de planejamento do desenvolvimento que são os Grandes Projetos de Investimento geradores, inclusive, de novas regiões como foi o caso de Carajás. A partir deles, a expressão “grandes projetos” passa a ser a tônica quando o assunto é empreendimento idealizado sob o enfoque de trazer o “desenvolvimento” regional. Segundo Bortoleto (2001), sob o ideário desenvolvimentista nacional e subsídio estatal, prosseguem os grandes empreendimentos sem que houvesse uma preocupação com os impactos locais.

Desse modo, sob forte discurso desenvolvimentista-progressista, os territórios regionais foram ocupados, mas ao contrário do que se afirmava, pouco se propiciou em melhorias nas condições de vida das populações dessas regiões. Perpetuou-se a lógica da

desigualdade social, a desarticulação das atividades produtivas pré-existentes, o crescimento desordenado das cidades, a marginalização socioespacial da população descapitalizada, condições que resultam da reprodução das condições de acumulação capitalista.

A aderência brasileira ao processo de globalização pode ser compreendida num contexto em que a economia do planeta é composta pelas economias dos países subdesenvolvidos e dos desenvolvidos, em que as nações centrais do capitalismo, tidas como desenvolvidas, só conseguem implementar suas atividades industriais, gerar produtos de alto valor agregado, propiciando bem-estar para seus povos, por meio do uso dos recursos naturais dos países subdesenvolvidos, sob a forma de produtos semiacabados ou *in-natura* (LISBOA, 2014). Nessa perspectiva, sob a égide de que o desenvolvimento só se faz mediante a industrialização, o Brasil adotou a lógica dos países centrais para as economias periféricas e implantou seus complexos industriais em regiões menos desenvolvidas do país, sem a intenção de melhorar as condições de vida das pessoas ou a distribuição de renda nessas regiões, mas sim de gerar riqueza a um grupo restrito de empreendedores, deixando os impactos socioambientais nas regiões dos complexos industriais.

[...] A localização desses megaempreendimentos em espaços periféricos aos eixos do desenvolvimento nacional, não respondem, nem pretendem responder, a uma preocupação com a desconcentração das atividades econômicas. Ela expressa, isto sim, a tendência à apropriação e mobilização produtiva de recursos naturais em benefício de circuitos de acumulação que, mesmo quando se capilarizam até os pontos mais distantes, têm sua lógica, dinâmica e comando determinados nos centros nacionais e internacionais (VAINER; ARAÚJO, 1992, p. 48).

A industrialização no Brasil, portanto, serviu à lógica capitalista, sendo implementada de maneira verticalizada pelo Estado e pela iniciativa privada, sem observância aos riscos e aos efeitos negativos dos impactos socioeconômicos, culturais e ambientais nas regiões receptoras que, em muitos casos, ficaram esfaceladas com a imposição da nova redistribuição espacial da população, acarretando exclusão social, expropriação, aumento de desempregados, colocando os indivíduos à disposição das empreiteiras para trabalhos temporários e mais pesados na fase de construção dos empreendimentos, entre outras mazelas.

As necessidades consideradas nesse contexto são exclusivamente para a efetivação dos empreendimentos, consolidando um desenvolvimento desigual e excludente que impõe sofrimento social às populações que vivem numa lógica de

reprodução de vida pautada na subsistência, compartilhamento, solidariedade e de respeito ao meio ambiente, diferentemente da lógica de exploração da qual os empreendimentos fazem parte. A dicotomia entre essas duas lógicas aponta um enorme descompasso entre as forças em disputa.

Ainda que já existissem iniciativas no setor elétrico, sobretudo no aspecto de organização, podemos situar a estruturação do setor elétrico brasileiro no contexto dos Grandes Projetos de Integração Nacional, surgidos a partir do momento em que as Superintendências Regionais, como a SUDENE, perderam função enquanto alavancadoras do desenvolvimento regional. Nesse contexto, segundo Sigaud (1998 apud Bortoleto 2001) no ano de 1962, surge a empresa Eletricidade Brasileira (Eletrobrás), viabilizando a implantação de grandes empreendimentos de geração de energia elétrica, basicamente hidrelétricas e dando ênfase ao desenvolvimento privilegiado pelo crescimento econômico, promotor de impactos negativos socioambientais nas localidades receptoras destes.

O sofrimento social experimentado pelos atingidos é um fenômeno recorrente em que o resultado de forças avassaladoras, superiores que têm o condão de alterar rigorosamente as práticas humanas, acontece num processo verticalizado e violento, causador de injustiça e de diversos e profundos prejuízos (VICTORIA; SARTI, 2014).

No caso em análise, podemos atribuir ao Estado e à Cemig a responsabilidade pela promoção do sofrimento social, pelo uso do poder institucional, econômico e político. Esses poderes engendraram ações verticalizadas que tensionaram as populações mais vulneráveis. Um caminho sem volta com a consolidação da barragem que impôs o deslocamento compulsório provocando, além da perda dos territórios, dos lugares de origem/vida, um destramar das variadas redes de relações sociais que se traduziam em constructos de pertença, de identidade, de coletividade, de reciprocidade, de simbolismo e valores que identificavam esses grupos.

Para Zhouri *et al.* (2016, p.38) o conceito de sofrimento social “permite evidenciar que as aflições vividas por determinados grupos sociais não são resultantes exclusivamente de contingências, infortúnios e acasos, mas consistem em experiências ativamente produzidas e distribuídas no interior da ordem social”.

Os grandes projetos no Brasil foram disseminados com estratégias midiáticas de comunicação como os propulsores do desenvolvimento com geração de emprego, renda e modernização. No caso da UHE de Irapé, o método foi o mesmo de qualquer outro

empreendimento de grande porte, sendo o discurso midiático uma estratégia eficaz utilizada pela Cemig que articulou um grupo responsável pela comunicação e divulgação de Irapé. Essa equipe tinha também a tarefa de minimizar o desgaste da imagem da Cemig pela região do Vale do Jequitinhonha pela atuação malsucedida na década de 1980, período em que ocorreram várias construções de barragens de perenização na região no âmbito do projeto “Novo Jequitinhonha” (RIBEIRO, 1993).

O legado para os agricultores na época do Projeto “Novo Jequitinhonha” foi de desrespeito aos seus direitos, de perdas ambientais e sociais. Ao chegar a notícia de uma nova investida da empresa na região, os agricultores se uniram e buscaram ajuda dos sindicatos, do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Comissão Pastoral da Terra (CPT), entre outros. Essa mobilização fortaleceu o movimento e deixou claro para a Cemig que ela não iria conseguir adotar a mesma estratégia dos anos 1980. As comunidades rurais, diante do medo e incerteza com relação à Irapé, anunciaram-se como sujeitos no processo, sinalizando que desta vez não iriam permitir a unilateralidade da Cemig nas decisões dos seus destinos.

Essas resistências foram importantes para impor uma mudança de postura da empresa na tratativa com os movimentos sociais e com os atingidos, apesar de não ter sido o suficiente para evitar vários conflitos oriundos do processo de discussão, instalação e operação do empreendimento. Mesmo assim, não podemos deixar de ressaltar que esta mudança de postura passou a ser vista como um novo paradigma para casos análogos (JIMÉNEZ, 2007). Os principais aspectos destacados na mudança de postura da Cemig foi o exercício de maior transparência nas decisões e ações e na abertura à escuta dos sujeitos envolvidos, principalmente das famílias das comunidades atingidas.

Ainda assim, a Cemig/Estado utilizou-se de um discurso de desenvolvimento socioeconômico para o Vale do Jequitinhonha, traduzido em estratégias de comunicação e *marketing* de alto padrão, que acabavam distorcendo os significados, os valores e sentidos do Vale para o próprio “homem do Vale”, numa tentativa de inculcar novos valores a essas populações.

O discurso ideológico tem sua relevância como redutor da percepção das pessoas a respeito das mazelas que serão produzidas no contexto dos grandes empreendimentos, sem beneficiar a população local. Dessa maneira:

Não se trata de introduzir nada na vida dessas populações, mas de tirar-lhe o que têm de vital para sua sobrevivência, não só econômica: terras e territórios, meios e condições de existência material, social cultural e política. É como se elas não existissem ou, existindo, não tivessem direito ao reconhecimento de sua humanidade (MARTINS, 1993, p. 63).

Sobre o discurso, temos ainda a importante contribuição de Foucault (2005, p.10) diz:

Por mais que o discurso seja aparentemente bem pouca coisa, as interdições que o atingem revelam logo, rapidamente, sua ligação com o desejo e com o poder. Nisso não há nada de espantoso, visto que o discurso – como a psicanálise nos mostrou - não é simplesmente aquilo que manifesta (ou oculta) o desejo; é também, aquilo que é o objeto do desejo; e visto que - isto a história não cessa de nos ensinar – o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nós queremos apoderar.

Todavia, esse desenvolvimento fica restrito ao centro hegemônico nacional, não beneficiando, pelo menos em proporções razoáveis, as regiões diretamente impactadas, de modo a compensar os danos causados.

## **1.2 A “vez do Vale”? A construção da imagem de “Vale da Miséria” para justificar os empreendimentos do “desenvolvimento”**

No Brasil, as autoridades políticas se propuseram a induzir o “desenvolvimento” de regiões “pobres” a partir da industrialização, sempre apregoando a possibilidade de compatibilizar o uso racional dos recursos naturais e reduzir as desigualdades sociais. Essa retórica pode ser observada também com os impactos causados ao ambiente natural e social, produzidos pela atividade de mineração, em relação aos seus efeitos e no que diz respeito aos locais alvos dessas ações, que conforme Gudynas (2015) diz, existe uma espécie de arranjo em nível global que fomenta a demanda que impulsiona a apropriação e retirada dos recursos em lugares específicos, cumprindo-se, assim, a etapa inicial de todo um processo desencadeado pelo *marketing* da produção globalizante, que por sua vez, tem o controle das demandas e dos preços no mercado. A manipulação dos preços em nível global se operacionaliza, no caso da energia elétrica da Cemig, por meio de índices monetários valorizados em ações negociadas nas bolsas de valores de São Paulo, Nova Iorque, Madri e Dow Jones.

Nesse sentido, podemos dizer que o ônus socioambiental se concentra localmente e o bônus financeiro fica canalizado para uma minoria que investiu no grande negócio de geração de energia, podendo, inclusive, ser de âmbito global, haja vista os financiamentos externos que fizeram parte do aporte de capital para a concretude de Irapé (Gudynas, 2015).

Analogamente ao que ocorre com a mineração, os efeitos deletérios de uma barragem hidrelétrica também vão muito além do local, o que seria, segundo Gudynas (2015), o efeito de “derramamento”, uma vez que ele transborda os limites locais. Exemplo disso pode ser observado em ataques sofridos pela legislação ambiental em que as desregulamentações são sempre alegadas pelo setor econômico como uma barreira ao “desenvolvimento”. Tal pretexto tem conduzido o país a situações em que as flexibilizações na legislação para o atendimento de um caso determinado, tratado como exceção, torna-se com certa brevidade a regra, alterando a normatização para quaisquer casos semelhantes para todo o país.

Observa-se esse padrão para diversas políticas e leis ambientais, econômicas e sociais, as quais nos últimos anos têm sido alvo de desregulamentações que relativizam e alteram os parâmetros conceituais da política, da justiça e da natureza. Tais flexibilizações comprometem todas as esferas da vida e mais severamente das minorias marginalizadas do país. Os territórios tradicionais, segundo Gudynas (2015), têm sido alvos do “efeito derrame”, efeito que pode ser observado nos conflitos envolvendo povos e populações rurais locais que lutam pelo direito de permanecer em suas terras de origem e contra a imposição de novas territorialidades modernizantes que tencionam para o apagamento dos territórios construídos por esses sujeitos, em um flagrante desrespeito aos valores enraizados por essas comunidades.

Ribeiro (1993) pondera que o Vale do Jequitinhonha, estigmatizado por autoridades e políticos mineiros de “Vale da Miséria”, teve seu território disputado por décadas por ações políticas de cunho messiânico, em que se justificava trazer empreendimentos de grande porte, geradores de vários impactos socioambientais de maior magnitude, na retórica de salvar a população da condição de miserabilidade.

Podemos inferir que tal estigma produziu inúmeras vantagens a grupos políticos que se beneficiaram desse discurso para possibilitar votos na região, traduzidos em discursos políticos proféticos que serviram por décadas para manutenção do poder político no Vale do Jequitinhonha. Grupos econômicos, amparados em políticas de

incentivos e subsídios fiscais, maximizaram suas riquezas promovendo mais exclusões entre os “povos do Vale”, tudo isso legitimado pela “grandiosa ação” de “salvar” o “Vale” da miséria. Esses movimentos serviram, na verdade, para o crescimento da riqueza abstrata do capital, com o fomento de mais indústrias de base no Brasil, a exemplo do Estado de Minas Gerais, que impulsionou a implantação de diversas usinas hidrelétricas no intuito de atender a demanda da indústria, principalmente, dos setores de mineração e siderurgia.

As desigualdades criadas pelos efeitos dos empreendimentos instalados nesse período no “Vale” ainda podem ser observadas. Podemos elencar aqui o fato de muitos agricultores ainda continuarem sem energia elétrica. Posto que a energia produzida nos Vales do Jequitinhonha, em Irapé é direcionada para o atendimento dos centros industriais de qualquer ponto do país, por meio da distribuição do Sistema Nacional Integrado (SNI) aos seguimentos que possuem maior capacidade de pagamento, portanto, usufruída somente por aqueles que podem pagar mais por ela. Tal fato evidencia o distanciamento entre o discurso do “bem comum” que foi utilizado para justificar as perdas sofridas pelos agricultores expulsos de seus lugares de origem e de “desenvolvimento” para o “Vale”.

Zhour e Oliveira (2005) corroboram com Ribeiro (1993) ao denunciarem as alterações nos biomas do cerrado, da caatinga e da Mata Atlântica a partir dos interesses desenvolvimentistas que contaram com o apoio de ações políticas que induziram e subsidiaram o “desenvolvimento” no “Vale” nos anos 1970. Essas ações engendraram transformações na paisagem do “Vale” e, conseqüentemente, na vida dos camponeses. A partir da monocultura de eucalipto e de barragens, tanto de perenização quanto de hidrelétricas, as populações rurais tradicionais desde então convivem com injustiças sociais e ambientais em seus territórios.

### **1.3 A transformação do Vale “lugar de gente” para o “não-lugar” Araras**

Na paisagem natural do Vale do Jequitinhonha, os diversificados biomas, territórios sociais, memórias coletivas, culturas, etc., na percepção dos camponeses, foram, ao longo do tempo, dando lugar a uma paisagem tecnológica (SANTOS, 2007). Assim, a Usina Hidrelétrica de Irapé inaugurada em 2006, fez surgir uma nova realidade espacial na região, por desconsiderar a heterogeneidade sociocultural construída pelo povo do local/lugar, impondo a eles o que se denomina não-lugar, consubstanciado

naquilo que não se integra ao contexto, sendo, portanto, esvaziado de sentido e destituído de simbolismo, de conotação histórica ao empreendimento. Corrobora esse raciocínio em seus estudos os novos contextos espaciais surgidos na pós-modernidade: “Se um lugar pode se definir como identitário, relacional e histórico, um espaço que não pode se definir nem como identitário, nem como relacional, nem como histórico definirá um não-lugar” (AUGÉ, 1994, p.73)

No novo cenário em que a paisagem tecnológica toma a centralidade local, simultaneamente o camponês deixa de ser o principal elo com o ambiente natural, passando a ser mais um elemento que compõe a nova paisagem, um proprietário. Nessa lógica, ao ser considerado como “objeto” permite-se a mitigação, a compensação. Dá-se, assim, um valor monetário, até mesmo as vidas e as relações sociais. Essa é uma racionalidade arquitetada para o gerenciamento das questões socioambientais em prol da condução do projeto (ZHOURI; OLIVEIRA, 2005).

É sob o viés do licenciamento ambiental que essas autoras fornecem uma análise a respeito dos interesses divergentes no uso dos recursos naturais. Assim, de um lado estão os que resistem na luta por reprodução do modo de vida das populações tradicionais e do outro àqueles que compreendem a natureza como um repositório infindável de insumos ou recursos naturais que devem estar à disposição da desenfreada demanda capitalista, no presente caso, de geração de energia elétrica.

As questões administrativas que perpassam o licenciamento ambiental, tornam-se complexificadas, a ponto do seu fluxo produzir efeitos técnicos em favor dos grandes empreendimentos após longos e desgastantes trâmites burocráticos partimentados. A exemplo das fragmentações dos licenciamentos e delimitação sociocultural dos grupos que serão impactados. Tais fragmentações nos licenciamentos têm sido comumente utilizadas pelos grandes empreendimentos que auferem a redução ou supressão de requisitos legais na esfera jurídico-administrativa, que implica em suavizar os efeitos deletérios produzidos pelos empreendimentos, além de alterar o conceito de viabilidade ambiental no sentido de flexibilizar a legislação, que passa a ser operacionalizada por grandes grupos econômicos que fazem *lobbys* no âmbito legislativo em seu favor para a aceitação e imprescindibilidade desses empreendimentos.

Esses arranjos técnicos produzem violências das mais diversas aos povos tradicionais, que geralmente ficam à margem dos processos decisórios. Dessa forma, precisam, por questões de sobrevivência, se autoafirmarem em seus territórios e lutar pelo



respeito as suas culturas e modos de vida, num processo de muito desgaste físico e emocional. Assim, reafirmam suas identidades mesmo estando em uma situação de “encurrallamento” legalizado (SANTOS, 2014).

Os grandes empreendimentos capitalistas, tais como indústrias e monocultoras para fins de exportação, ocupam grandes porções geográficas, alteram o ambiente, forçam a saída dos povos de seus locais historicamente ocupados, impondo a reterritorialização em outros ambientes, provocando injustiça ambiental ao transferir para os povos que ali viviam o impacto ambiental e social que comprometem a base material de sua existência, social e cultural.

Zhourri e Oliveira (2005) verificam que os processos de licenciamentos ambientais não dão conta de prevenir a injustiça ambiental porque negam as pessoas impactadas pelos empreendimentos a condição de participar ativamente das decisões e quase sempre autorizam a implantação dos projetos, apesar de estudos parciais, descumprimento de condicionantes e outras questões legais.

A participação dos atingidos é normalmente limitada a momentos estratégicos, tais como o da “aceitação” do novo local, nos casos de deslocamento compulsório, e o da conformidade em relação aos valores oferecidos em pagamento pelas terras e benfeitorias. A participação controlada dos atingidos é, na prática, uma das formas de gerenciamento para arrefecimento dos conflitos, posto que produz a desarticulação das ações reivindicatórias. Dessa forma, a Cemig formalmente atingiu os preceitos democráticos de participação. E mesmo que de forma insuficiente, foi dado como uma obrigação cumprida pela empreendedora conforme Zhourri, Laschefski e Pereira (2005, p. 12) afirmam: “essa política de gestão utiliza-se, inclusive, de diversas técnicas e estratégias que visam atender à premissa de ‘participação’, essa última compreendida e empreendida, na maioria das vezes, apenas como uma oitiva da sociedade”.

Nesse sentido, não é exagero concluir que o seu uso deixa a desejar, uma vez que etapas importantes do processo não solucionadas não impediram o prosseguimento de etapas posteriores, mostrando-se imperiosa a vontade política em sanear/mitigar o que for necessário para a materialização do projeto. Dessa forma, presenciaram-se simulacros pontuais de participação dos atingidos em Irapé.

Na medida em que o “sujeito/atingido” é objetivado e reconhecido como passivo, tendo sua participação muitas vezes resumida ao aceite das medidas compensatórias e mitigatórias, caracteriza-se uma inversão de valor que engendra o próprio silenciamento

dos povos atingidos, restringindo, assim, as potencialidades da participação apenas ao cumprimento de exigências técnicas legais, a exemplo das audiências públicas em que configuram uma conquista para os seguimentos sociais marginalizados nesse processo, mas que ainda têm sido operacionalizadas, por vezes, de maneira que não conseguem atingir todas as suas possibilidades e benefícios<sup>1</sup>.

Na realidade, o que temos experienciado ao longo dos anos, é conceituado por essas autoras de “paradigma da adequação ambiental” em que o empreendimento é o foco principal, portanto, inquestionável, o que justifica e legitima o uso, pelos gestores, da apropriação do meio natural para fins privados. Esse uso irá determinar as mudanças necessárias na paisagem natural de modo que atenda ao projeto (ZHOURI; OLIVEIRA, 2005).

O “alívio” ou solução para “equilibrar/compensar” as intervenções no espaço natural e social moldando-os ao projeto, dá-se via mecanismos técnicos de adequação, de modo que a mitigação e a compensação dos impactos negativos ancorados na lógica da gestão econômica, tomam lugar de destaque no empreendimento, e produzem uma invisibilidade no que diz respeito à viabilidade socioambiental e quanto a sua necessidade, porquanto "atribuindo ao mercado a capacidade institucional de resolver a degradação ambiental" (ACSELRAD, 2004, p.23), é como se a questão monetária fosse capaz de resolver tudo, inclusive os aspectos sensíveis da vida do camponês.

Assim, não se adota uma perspectiva ampliada para analisar a viabilidade de se implantar a Usina de Irapé. Para que isso acontecesse deveria levar em conta o “paradigma da sustentabilidade”, cujo pressuposto é, primeiramente, discutir a conveniência de manutenção do padrão de produção e de consumo justificadores dessas grandes intervenções capitalistas, sob o único propósito de geração de uma riqueza abstrata, concentrada nas mãos de poucos. Nesse viés, a justiça, ou parâmetros de equidade, vai além do valor monetário, abrangendo aspectos como significados culturais atribuídos ao território, associando, assim, aos princípios da diversidade e da democracia (ZHOURI; OLIVEIRA, 2005).

---

<sup>1</sup> A esse respeito ver: Marginalização das Audiências Públicas em (ZHOURI *et al.* 2005 p.106-107).

Ribeiro *et al.* (2005) nos informam que as famílias atingidas pelo empreendimento de Irapé possuíam modo peculiar de produção de alimentos, por meio do trabalho em família que geria os recursos naturais de forma comunitária e compartilhada. Nessa perspectiva, os valores não monetários eram fortes o suficiente para tacitamente engendrar normas costumeiras que garantiam a estabilidade necessária para regular diversos aspectos da vida social, seja de herança, do uso comunitário das grotas, de casamento, entre outros. Esses valores cristalizados imprimem características peculiares dos povos rurais do Vale do Jequitinhonha, que elaboram e consolidam as relações sociais que privilegiam os aspectos familiares, comunitários, vizinhança, solidariedade, compadrio, parentesco e de reciprocidades no modo de reprodução social (PEREIRA, 2012). Portanto, fica evidente a interação e integração íntima entre os agricultores e os seus espaços naturais e entre eles mesmos, resguardando um território cheio de significado e significância para seus integrantes.

#### **1.4 As hidrelétricas e o remanejamento populacional**

No que se refere à expropriação das pessoas residentes em áreas destinadas à construção de usinas, durante várias décadas o setor elétrico, preponderantemente, utilizou o meio de desapropriação mediante indenização, sendo estabelecidos prazos para que os viventes ou ribeirinhos desocupassem as áreas projetadas para o empreendimento. Muitos moradores, porém, não possuíam títulos das terras, não dispoendo, portanto, de nenhum direito legal sobre os territórios onde viviam. Assim, por conseguinte, não eram contemplados nas indenizações. Os projetos de reassentamento ocorriam esporadicamente, devido aos altos custos envolvidos e se caracterizavam pela concessão de porções de terras e casas, sem nenhum tipo de assistência técnica ou financeira, necessários ao refazimento das novas relações produtivas e sociais no novo lugar (BATISTA, 2009).

O surgimento de movimentos sociais liderados por trabalhadores rurais atingidos por barragens e a abertura democrática iniciada na década de 1980, acompanhada de uma revisão constitucional foram fatores determinantes na mudança desse cenário. Além disso, soma-se a essas pressões internas a mudança de postura dos órgãos financiadores de grandes projetos hídricos, a exemplo do Banco Mundial que passou a condicionar provisão de recursos financeiros a um plano de remanejamento populacional. Por esses

motivos, a elaboração de projetos de reassentamentos passou a ser uma obrigação dos empreendimentos hidrelétricos em construção de usinas, e o projeto de reassentamento também passou a integrar a obra de engenharia (REBOUÇAS, 2000).

O Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) surge em 1989, exatamente nesse contexto de reação e crítica à maneira como eram tratadas as pessoas deslocadas involuntariamente em razão da construção de barragens. Nessa perspectiva, a missão do MAB era tencionar para que governos e empresas do setor elétrico assumissem responsabilidade de reparar ou indenizar perdas experimentadas pela população atingida pelo empreendimento hidrelétrico (MAB, 2014).

Segundo Rebouças (2000), a partir da década de 1980, o Estado passou a promover o reassentamento incluindo aqueles que não conseguiam ser contemplados pelas indenizações, justamente por serem destituídos de títulos das terras que ocupavam. No bojo dessa questão e devido a sua grande importância, o reassentamento passou a fazer parte, com grande peso, do principal documento de licenciamento das usinas hidrelétricas, o RIMA. O reassentamento foi uma condição exigida pelo antigo DNAEE, órgão vinculado ao Ministério de Minas e Energia, como mecanismo capaz de minimizar os efeitos negativos sobre a economia regional, já que as simples indenizações não garantiriam que tais recursos seriam reinvestidos na região. É importante falar também, que nem toda a população era reassentada. Para isso era necessário atender a certos critérios considerando renda, emprego, potencialidade agrícola, etc. A análise do enquadramento nos critérios se dava mediante preenchimento de fichas cadastrais para saber quem seria “contemplado” com essa nova modalidade de reparação de perdas.

A seguir serão apresentadas algumas experiências de remanejamento populacional ocorridas no Brasil:

Segundo Bartolomé (2001), a UHE de Sobradinho, no Rio São Francisco, na década de 1970, impôs o deslocamento forçado de 60 mil pessoas, com tratamento inadequado aos atingidos por meio de indenizações arbitrárias, transferências de pessoas de áreas de várzeas para locais cujo cultivo só se viabilizaria por meio do uso de irrigação, etc.

Em meados dos anos 1980, com a construção da Usina Hidrelétrica de Itaparica, pela CHESF, houve a formação do reservatório que desalojou cerca de 6 mil pessoas. Três cidades foram construídas para abrigar parte dos moradores e por causa das divergências houve a necessidade de criação do maior sindicato em atividade no sertão

nordestino, o Polo Sindical Sub-Médio São Francisco. O governo brasileiro gastou mais de um bilhão na região para reassentar, indenizar e remunerar moradores com o pagamento mensal de dois salários mínimos. Essa remuneração mencionada acima, conhecida como Verba de Manutenção Temporária (VMT), foi criada para acomodar temporariamente a situação dos assentados, entretanto, a remuneração em referência foi paga há mais de doze anos (FERNANDES, 1999).

Essa foi a primeira hidrelétrica no Brasil em que houve financiamento do Banco Mundial para elaboração e implementação de um plano de reassentamento (ZITZKE, 2007). Ainda assim, após 5 anos do enchimento do reservatório, relatos davam conta de inúmeros problemas estruturais nos reassentamentos, tais como: ausência de sistema de irrigação, falta de escola e atendimento à saúde.

Na construção da Usina de Salto Caxias, no início dos anos 1990, pela COPEL, 887 famílias de pequenos produtores rurais fizeram parte dos programas de reassentamentos. Foi promovida a participação da comunidade atingida, foram definidos os critérios adotados, os projetos de parcelamentos e a disposição de infraestrutura, um plano de exploração pecuária e a assistência técnica aos produtores, o monitoramento das famílias reassentadas, entre outras providências (MENDES; BIEDACHA, 1999).

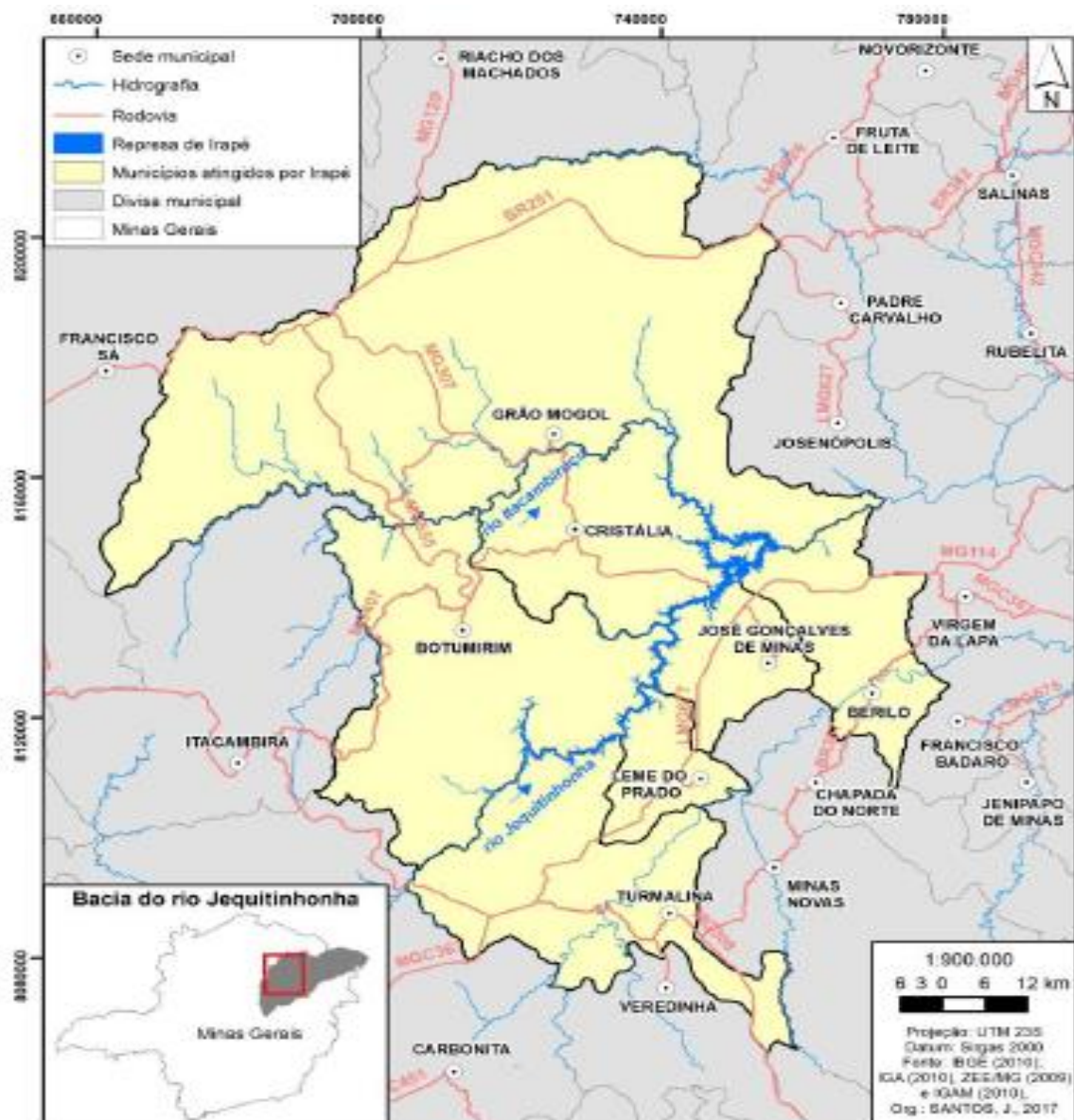
A UHE de Itaipu, construída no curso do rio Paraná, na divisa entre Paraguai e Brasil, pode ter provocado o deslocamento compulsório de até 405.000 pessoas, segundo Zitzke (2007). Embora tenha predominado o modelo de reassentamentos para atendimento ao povo deslocado, houve formação de movimentos de resistência a fim de viabilizar melhores preços pelas terras desapropriadas.

Os reservatórios das hidrelétricas cobrem grandes áreas e principalmente aquelas em que os solos são mais férteis, forçando a saída da população dos seus lugares de origem, do local que proporcionava o sustento de famílias por décadas, além de ser a base em que se assentavam todas as formas específicas da vida tradicional e suas nuances socioculturais. Inevitavelmente, concluída uma hidrelétrica, observam-se rupturas dos costumes, das tradições, dos laços de vizinhança e de parentesco, além das relações com o rio (MENDES, 2005).

O lago da hidrelétrica de Itaipu, por exemplo, ocupou uma área de 1.360 km<sup>2</sup> entre terras do Paraná e do Paraguai. Já no caso de Sobradinho, na Bahia, a inundação foi de 4.214 km<sup>2</sup>. A Usina de Tucuruí, no Pará, foi responsável por deixar submersos 2.430 km<sup>2</sup> de solo e vegetação. O desvio do curso do Rio Tocantins e o preenchimento do Lago de

Tucuruí fizeram submergir a flora e parte de território indígena, inclusive. Para a formação do lago da UHE de Irapé, construída no curso do Rio Jequitinhonha, entre os municípios de Berilo e Grão Mogol, em Minas Gerais (figura 1 e 2), foi necessário inundar 137,16 km<sup>2</sup>, o que é bastante expressivo, ainda que possa trazer uma impressão de irrelevância quando comparado com os números dos empreendimentos hidrelétricos mencionados (ZHOURI; OLIVEIRA, 2005).

**Figura 01:** Limites dos municípios abrangidos por Irapé com outros municípios do Estado de Minas Gerais.



Fonte: IBGE (2007)

Não obstante a expressividade dos territórios submersos, é importante refletirmos quanto aos impactos diretos e indiretos que vão muito além da supressão do espaço físico ocupado pelo reservatório e das alterações provocadas na paisagem da região. Posto que, as alterações e consequências acontecem ao longo do tempo, alcançando várias gerações. Além disso, os aspectos subjetivos envolvidos nas relações sociais modificadas, muitas vezes não são mensuráveis. As transformações no modo de vida das pessoas são visíveis, o deslocamento compulsório, a quebra de relações sociais, a proliferação de peixes de água parada (que não têm aceitação comercial) comprometendo a sobrevivência dos pescadores nativos (VAINER, 1993 *apud* MENDES, 2005).

As mudanças perpassam todos os aspectos da vida, as alterações impostas no dia a dia afetam o psicológico dos ribeirinhos que a partir da chegada do outro, juntamente com a nova lógica de apropriação do ambiente natural, promovem instabilidade e insegurança nos modos de vida das comunidades afetadas. Posto que a inserção dessa nova lógica diverge substancialmente do modo costumeiro e conciliado de usos em que os recursos naturais são fontes única e direta da sobrevivência desses povos. Desse modo, a atmosfera de incerteza com relação ao futuro dos atingidos forja uma redefinição de seus espaços sociais, que conseqüentemente produz angústia, ansiedade e sofrimento a eles.

Mendes (2005) acrescenta que muitas famílias que não optam por reassentamentos recebem as indenizações, mas não conseguem comprar novas terras em virtude de dificuldades negociais ou mesmo devido ao baixo valor financeiro pago pelos gestores da obra, por meio da compensação. Os optantes pelos reassentamentos também sofrem impactos que vão desde a transferência para terras com solos não férteis até a demora para serem reassentados, como foi o caso que envolveu a Usina de Tucuruí (Estado do Pará) em que diversas famílias demoraram a ser reassentadas e pescadores a jusante da usina hidrelétrica não conseguiam mais o sustento da família, não sendo compensados por esse tipo de prejuízo. Essa autora ainda menciona que muitos reassentamentos decorrentes da construção de usinas hidrelétricas foram construídos de maneira inadequada, sem considerar que o novo local deveria guardar semelhanças com o antigo lugar e isso provocou alterações nas condições socioeconômicas dos atingidos, levando ao abandono dos lotes, pelas dificuldades de reconfiguração da base econômica.

Em grande parte dos casos fica evidente que as racionalidades homogeneizadoras planejadas em escritórios se afastam do contexto de vivências e diversidades,

características dos modos de vida nos territórios dos agricultores rurais afetados por Irapé. Tal descolamento parece ser o responsável pela dificuldade de reterritorialização, fenômeno recorrente em vários reassentamentos. As mudanças projetadas pelos empreendedores não dão conta de compreender a dinâmica e complexidade das relações sociais imbricadas na prática diária da vida desse povo. Apresentando assim, dois resultados: de um lado o da previsibilidade, consubstanciada pelo papel, suporte frio que harmoniza tudo conforme os interesses da Cemig em jogo. Do outro lado, lugar em que as coisas realmente acontecem e não se verifica a convergência da promessa com o vivido, uma vez que dos velhos rumores da possível existência de Irapé até o fato consumado é possível verificar que o processo de chegada da Usina no Vale do Jequitinhonha na prática, subestimou o povo do lugar desde a sua concepção do projeto.

As dicotomias que polarizam as racionalidades em disputas no contexto de construção de hidrelétricas apontam de um lado a lógica perversa do capital que mercantiliza todas as coisas, inclusive, o próprio ser humano. Nessa lógica, a natureza é uma fonte inesgotável de possibilidades materiais e objetivas, na corrida imediatista do “desenvolver” ou maximizar suas riquezas. Nessa ótica, falar em preservação, seja de bens materiais ou imateriais, é andar na contramão do “desenvolvimento”, portanto, do atraso. Do outro lado opera a racionalidade que compreende o ambiente natural como um bem difuso, um direito de todos os seres do planeta.

A Usina de Irapé fez muita coisa mudar, transformou toda uma paisagem e alterou significativamente os sentidos atribuídos pelo camponês ao ambiente natural e cultural, logo afetou os múltiplos modos de reprodução social cristalizados nos territórios originais. A apropriação social da natureza torna-se, nesse contexto, um objeto de desejo, e as estratégias da racionalidade do capital para legitimar e naturalizar seu uso para fins de acumulação de riqueza são relativizadas no sentido de camuflar as reais intenções dessa apropriação.

O constrangimento e o sofrimento das comunidades afetadas, sejam em comunidades impactadas diretamente ou indiretamente, evidenciam a situação de injustiça social a que estão submetidas as populações rurais. Um exemplo dessa injustiça pode ser comprovado pelos conflitos relacionados à segurança hídrica, já que essa perda afeta sobremaneira todas as outras possibilidades de reprodução dos seus modos de vida. Seja para os que ficaram nas margens da represa, em áreas remanescentes e que dependem da água e que após a represa enfrentam as consequências da alteração do ciclo hidrológico



e restrições de acesso a ela. Seja pelos que foram expropriados de suas terras pela mudança compulsória, a exemplo dos reassentados na fazenda Araras, compreendida atualmente como um lugar seco muito discrepante da terra natal chamada de úmida, porque havia água em abundância.

No contexto das hidrelétricas, a disputa pelo controle e uso da água torna o cenário ainda mais tenso, apresentando uma situação de injustiça ambiental<sup>2</sup>, em que impõe uma mudança drástica aos modos de produção/vivência das comunidades rurais tradicionais, dos ribeirinhos, pescadores, garimpeiros, etc. (ZHOURI; OLIVEIRA, 2007).

A situação se agrava quando interesses capitalistas se voltam para a apropriação exclusiva da água como meio de suprimento das necessidades industriais ditas “modernizadas” do mercado globalizado, pressionando as populações rurais a desocupar os lugares em que há disponibilidade desse recurso. Essas pressões põem em xeque: o uso da água como recurso vital; a funcionalidade de bem comum; a sua condição basilar de uso coletivo. Acarretando também, a supressão da multiplicidade de usos que impulsiona uma heterogeneidade de modos de vida, cuja interdependência com o meio natural é imprescindível para a existência e sobrevivência de várias gerações.

Na nova paisagem que surge a partir das ações políticas que coadunam com o modelo dominante de “desenvolvimento” a todo custo, faz-se natural e aceitável que essa diversidade e coletividade de uso da água seja invisibilizada dando lugar ao uso privado, posto que aqui a água é apenas um insumo, uma *commoditie* para geração de energia elétrica.

Portanto, discutir a irreversibilidade dos impactos negativos se justifica, posto que as vivências dessas comunidades estavam umbilicalmente ligadas ao Rio Jequitinhonha e a seus afluentes, numa relação de interdependência com a água que caracteriza os singulares modos de vida desses povos, principalmente pela estrita relação com o ambiente em que viviam e das formas como se apropriavam de seus recursos.

Dissociada da questão mercantil, a água para as populações rurais do Jequitinhonha é um elemento sagrado, de uso coletivo e sem dono específico, cabendo a

---

<sup>2</sup> ASCELRAD, *et al* (2004). JUSTIÇA AMBIENTAL. Gestado nos movimentos sociais americanos, desde 1960, refere-se à carga, risco ou dano ambiental que um determinado grupo social pode suportar, sem que haja o comprometimento da existência, da capacidade de reprodução material, social e cultural desse grupo.

ela a livre circulação para ser acessível a todos. A mobilidade da água é para os produtores rurais uma condição inegociável, já que ela não é fruto do trabalho humano e sim uma dádiva, cabendo ao homem o respeito ao seu curso natural. Assim, condenam veementemente o uso exclusivo e excludente da água (RIBEIRO; GALIZONI, 2003).

Tal conflito apresenta sua complexidade, profundidade e gravidade do sofrimento social dessas comunidades. Por ser a água o início de tudo, era dela e por ela que as demais formas de reprodução social aconteciam. Se a terra era fértil, se a colheita era farta, se a pescaria era fonte de sustento, se havia a dessedentação animal, era o núcleo promotor e inspiração de múltiplas tramas sociais.

Exemplo de restrição da água foi relatado a Godinho (2018, p. 95), na realização de sua dissertação sobre migrações decorrentes de Irapé.

Victoria: Do que mais sente saudade?

Marta: Do rio né foi uma coisa assim que eles falavam que era água suja, mas é uma coisa que ajudou muito o rio tinha muita água e hoje não, tu fica aqui, nesse lugar aqui e fica aqui precisando de água. Eles falaram assim que ia ter abastecimento de água limpa e eu não vi isso eles fizeram uma barragem ali que a barragem secou. As bombas queimaram. Tanto que eu tô com um poço artesiano lá em casa que tá uns seis meses parado precisando água. E antes tinha o rio a água suja, suja na verdade, mas eu nunca ouvi falar que aquela água matara alguém. (Marta, 34 anos. Atingida pela UHE de Irapé, grifo nosso).

O posicionamento de Zhouri *et. al* (2005) ratificam que os impactos sofridos pelas populações nos locais dos empreendimentos vão desde a perda da base material da sua existência, terras, rios, bem como referências culturais e simbólicas, redes de parentesco e memória coletiva. O deslocamento dos povos das áreas a serem alagadas acarreta a desestruturação de laços de parentesco e vizinhança, alteração no modo de reprodução social, perda de identidade e valores simbólicos, dificuldades que impossibilitam a reterritorialização nos reassentamentos e em outros destinos da população atingida.

O que se verifica na prática, no contexto dos empreendimentos que visam suprimento energético do Brasil, é que a participação social que compreenderia o diálogo com a população local compreendendo-a como sujeito, não se verifica na prática, porque até mesmo nos mecanismos legais inerentes aos projetos, como é o caso do licenciamento ambiental, segundo Zhouri e Oliveira (2005) essa participação é negada. A participação dos impactados em discussões sobre viabilidade da obra, quando acontecia, considerava os atingidos como pacientes dentro do contexto de serem obrigados a aceitar as alterações decorrentes de um projeto homogeneizado pelos parâmetros do mercado de capital.

Restando-lhes oportunidades secundárias como: discutir sobre valores de indenizações, possíveis terras para implementação de reassentamentos, sendo a posteriori à fase de viabilização de implantação.

Até mesmo as ações mitigadoras dos impactos que fazem parte do arcabouço de providências sob responsabilidades dos gestores do empreendimento, na lógica do questionável paradigma da adequação, têm sido levadas a efeito. Sobre isso, as autoras ponderam que as instituições políticas, técnicas e jurídicas que deveriam mediar e equacionar os conflitos, captando os posicionamentos das pessoas afetadas, pelos empreendimentos hidrelétricos e promovendo melhorias nos projetos, não conseguem cumprir o seu papel, figurando apenas como um procedimento formal. Isso ocorre, por exemplo, nas audiências públicas que têm sido realizadas em momento posterior aos pareceres técnicos dos órgãos ambientais e não há notícia de retorno à população, nem sobre a incorporação das queixas e das sugestões externalizadas pelos produtores rurais. O modo de operar da Cemig, nesse sentido, revela-se pela institucionalidade unilateral e deslegitimadora dos direitos da minoria. O efeito desse modelo operativo acarreta o esvaziamento ou arrefecimento das resistências locais (ZHOURI; OLIVEIRA, 2010).

Ainda nesse contexto, outro flagrante desrespeito às populações rurais são as aprovações de licenças com pareceres técnicos desfavoráveis ou sem cumprimento de inúmeras condicionantes ambientais ou sociais, sem a devida justificativa fundamentada de conselheiros do COPAM.

### **1.5 Considerações acerca dos conflitos decorrentes da Hidrelétrica de Irapé**

A expropriação de terras e apropriação dos recursos naturais para fins exclusivamente privados, no âmbito da construção de um empreendimento hidrelétrico, denota lógicas contrapostas em que a preponderância do poder do capital engendra assimetrias, desequilíbrios e modificações no modo de vida das populações mais vulneráveis, fazendo surgir conflitos socioambientais (LITTLE, 2001). Nesse contexto é perceptível que:

Essas assimetrias revelam a hegemonia de determinadas categorias do pensamento que pretendem construir o debate ambiental como global, universal e consensual, obscurecendo as relações de poder que de fato, existem e promovem o deslocamento da política para a economia, do debate sobre direitos para o debate sobre interesses (ZHOURI; OLIVEIRA, 2010, p. 444).

É bem verdade que atualmente, desapropriação é o termo oficialmente empregado para denominar a ação de apoderar-se de terras alheias pelos grandes projetos industriais tidos como de interesse público, como é o caso de usinas hidrelétricas. Contudo, mais uma vez a legislação atua como mediador, suavizando e descaracterizando a expropriação, harmonizando e consensando todas as atrocidades e violações que na prática esse ato carrega.

A desapropriação consiste, basicamente, em indenizações em dinheiro, troca das terras originais por outra em lugar diferente, realocação dos povos atingidos para área remanescente ou reassentamentos coletivos.

Não obstante, a implementação desses mecanismos, que remetem a uma ideia de ressarcimento das perdas, as compensações não contemplam todo o prejuízo causado aos atingidos, não só do ponto de vista financeiro, já que muitas vezes desconsideram valores reais das terras e das benfeitorias como também no que tange aos valores não financeiros, como cultura, tradição, simbolismo e seus múltiplos significados, o vivido, os laços sociais que são violentamente desfeitos, entre outros. Desse modo, o termo mais apropriado para conceituar o que ocorre com os atingidos por barragens é o de expropriação ou espoliação, analogamente ao conceito de Marx (1989), na obra “O Capital” em que o autor aborda sobre a acumulação primitiva de capital no final do século XV no contexto europeu, mediante usurpação de terras camponesas para fins de criação das condições de matérias-primas para a incipiente indústria.

Os conflitos entre a população local atingida e os responsáveis pela implantação de usinas ocorrem porque o local escolhido para o empreendimento terá sua paisagem coberta por um lago que suprimirá toda a biosfera até então existente, bem como imporá aos povos viventes no local o desfazimento de tudo que construíram. Até mesmo os vínculos afetivos e simbólicos com o local e entre eles, precisarão ser esquecidos, ou seja, instaura-se uma situação, desde muito antes da efetivação do empreendimento, de muito sofrimento, medo e temor.

(...) contrapõem-se, de fato, o direito ao meio ambiente equilibrado da população brasileira, direito reconhecido pela Constituição Brasileira, em seu Art. 225, (...) ao dever e ao direito que o Estado tem de executar obras, adotar novas tecnologias e políticas que embora possam implicar danos ao meio ambiente e prejuízos a grupos sociais determinados, são entendidos como essenciais ao “desenvolvimento” e ao progresso do conjunto do país (LISBOA, 2014, p.52).

Importante assinalar que as alternativas de remanejamento populacional, em especial construções de novas cidades e povoados, assim como formação de reassentamentos, não ocorreram naturalmente. Eles são frutos dos enfrentamentos travados pelos atingidos para que essa modalidade fosse a opção prioritária em casos de supressão dos seus lugares de origem pela represa. No âmbito dos conflitos desencadeados em decorrência da hidrelétrica, segundo Costa (2018), a organização de movimentos sociais para defender os interesses das populações a serem atingidas pelo empreendimento de Irapé, coincidiram com o período em que a Cemig iniciava os estudos de viabilidade da implementação da hidrelétrica, no final da década de 1980.

Antes de adentrarmos em alguns aspectos conflituosos decorrentes da UHE de Irapé, julgou-se importante breves apontamentos a respeito de dois atores muito importantes na articulação de estratégias e diálogos, junto à Cemig, em defesa dos atingidos. O MAB e o Campo Vale forneceram apoio técnico de suma importância tanto do ponto de vista jurídico-administrativo quanto do ponto de vista da parceria que impulsionou o movimento de resistência diminuindo o desequilíbrio entre as forças em disputa. Certamente sem a ajuda dessas instituições os agricultores rurais do Vale do Jequitinhonha experimentariam perdas mais acentuadas. Visto que a investida do Estado e do setor privado sobre os territórios dessas comunidades aparece no cenário macropolítico como a solução do setor energético, em colapso nesse período, além de chegar camuflado pelo discurso de promover o desenvolvimento econômico na região. Nesse sentido, pode-se concluir que a luta dos grupos locais contra a arbitrariedade e inevitabilidade do projeto demandava planejamento, experiência e conhecimento técnico.

O MAB surgiu na década de 1970, em plena ditadura militar, junto com outros movimentos como MST, CUT, etc., que lutavam contra as restrições de direitos civis e políticos. Nessa época havia uma crise energética em escala mundial fazendo com que as economias centrais do capitalismo buscassem novas fontes de energia, já que o petróleo estava em crise. Assim, países como o Brasil, com inúmeros recursos naturais, sobretudo água, começou a ser alvo de estudos com vistas à exploração de fontes renováveis de energia.

Na esteira desse diagnóstico energético, não demorou o processo de realocização de plantas industriais intensivas no uso da energia de países do Norte para o Brasil, forçando o país a investir na geração com o intuito de atender aos interesses capitalistas, sem, no entanto, empenhar-se para criação de mecanismos de indenização adequados para

as famílias que viviam em locais que seriam utilizados para a formação dos lagos. Em decorrência disso, assistiu-se a expulsão de inúmeras famílias de suas terras, muitas indo engrossar as favelas nas cidades.

Os primeiros focos de resistência surgiram em Tucuruí, Itaipu, Sobradinho e Itaparica. No contexto desses empreendimentos, as pessoas atingidas lutavam por indenizações justas e logo formaram organizações locais e regionais de resistência, com denominações de Comissões de Atingidos, Comissão Regional dos Atingidos por Barragens na região Sul do País, Comissão dos Atingidos pela Hidrelétrica de Tucuruí e Comissão Regional dos Atingidos do Rio Iguaçu.

Houve avanços através de luta com a transferência do debate da indenização para o direito de continuar na terra, para possibilitar a manutenção do mesmo modo de vida, o que levou ao entendimento de que deveria haver a garantia de terra. Assim, a reivindicação passou a ser terra por terra. Um pouco mais adiante, os atingidos pela UHE Itá, em 1987, conquistaram um acordo para construção de reassentamentos coletivos, o que serviu de referência para reivindicações posteriores, em outros empreendimentos hidrelétricos.

As experiências de luta foram aprimorando o processo de articulação, até que em 1989 foi realizado o Primeiro Encontro Nacional de Trabalhadores Atingidos por Barragens, com participação de movimentos regionais, ocasião em que houve um levantamento ampliado das lutas e experiências no intuito de construir uma organização mais forte para fazer frente aos diversos planos de construção de grandes empreendimentos hidrelétricos. O movimento foi evoluindo, sendo inclusive instituído o Dia Nacional de Luta Contra as Barragens, celebrado nacionalmente em 14 de março.

Na década de 1990, em que as agendas políticas foram tomadas pelas privatizações das infraestruturas energéticas, a luta que já era árdua com concessionárias públicas ficou mais difícil com as grandes empresas privadas, em sua maioria, composta por multinacionais, mineradoras, papeleiras, grandes bancos que compraram os ativos de geração.

Os desafios continuam para o MAB, especialmente com o avanço do capital privado em que a energia passou a ser uma mercadoria comum, possível de ser comercializada, na lógica capitalista. Assim, os recursos naturais se transformaram em mercadorias e o movimento de atingidos foi percebendo que a luta só seria eficaz se houvesse questionamento ao modelo da matriz energética. Além disso, o MAB

recentemente tem intensificado o debate sobre gênero e violações de direitos das mulheres atingidas por barragens (MAB, 2018).

No que diz respeito ao Campo Vale, hoje extinto, a UFVJM o sintetiza da seguinte maneira:

O CAMPO VALE foi uma das primeiras Organizações Não Governamentais constituídas no Vale do Jequitinhonha para prestar assessoria e apoio aos Movimentos Sociais e Organizações Camponesas da região. No primeiro semestre de 2012, o CAMPO VALE foi dissolvido e a Assembleia de dissolução deliberou pela doação do acervo ao NAC-UFVJM para que o mesmo fique no Vale do Jequitinhonha e disponível ao público, para consultas e pesquisas. Destaca-se no acervo a farta documentação sobre todo o processo de resistência e luta das comunidades atingidas pela implantação da Usina Hidrelétrica de Irapé e das negociações levadas a cabo pela Comissão dos Atingidos por Irapé com o Consórcio de Empresas que implantou a Usina, contando com a assessoria do CAMPO VALE (UFVJM, 2013).

As incursões iniciais da Cemig em campo se deram sem qualquer diálogo com as comunidades que descobriram qual seria o interesse em jogo a partir do momento em que funcionários e contratados pelo empreendimento andavam pela região, já fazendo levantamentos e estudos topográficos. Dessa forma, chamaram a atenção da população e de autoridades locais. Por isso, em 1990 formou-se o primeiro movimento organizado dos municípios envolvidos. O encontro ocorreu em Cristália para exigir esclarecimentos por parte da Cemig, acerca da presença das pessoas prepostas da Companhia nas terras da região.

Importante ressaltar que, segundo Costa (2018), os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, Comissão Pastoral da Terra, Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Minas Gerais (FETAEMG) e Centro de Assessoria aos Membros Populares do Vale do Jequitinhonha (Campo-Vale) tiveram marcante participação no processo de enfrentamento dos conflitos decorrentes do empreendimento de Irapé. O Campo Vale, por exemplo, em 1992, fez pesquisas que subsidiaram a Comissão de Atingidos pela Barragem de Irapé, com informações e dados relevantes para decisões quanto aos pleitos junto à Cemig e Governo do Estado, bem como interagiu com políticos e demais autoridades da região para o auxílio na preservação de interesses das comunidades que seriam afetadas pelo empreendimento.

A atuação de organizações como a CPT e a Campo-Vale é comprovada por relatos colhidos por Costa (2018, p. 123) no âmbito de sua pesquisa, conforme trechos a seguir:

“Se não fosse o pessoal da Comissão Pastoral da Terra, do Campo-Vale, a gente tinha se lascado mais ainda” (E2); “(...) O Campo-Vale chamava a Prefeitura, os políticos, para explicar as consequências, dizendo que o povo tinha que ficar unido...Porque a rasteira era grande! Foi importante porque mobilizou a gente, explicou para gente, porque o povo ficou bravo demais” (E7).

Costa (2018, p. 124) informa a respeito das articulações promovidas por instituições como FETAEMG e Campo-Vale para capitalizar apoio de representantes políticos para o pleito das comunidades atingidas pela Barragem de Irapé. Todavia, a maioria desses, na percepção das comunidades, se mantiveram a favor do empreendimento conforme relato abaixo:

“As prefeituras e câmaras tinha telefone, mas não serviam para gente. São nossos inimigos: a CEMIG e os políticos estão até hoje com Irapé. Nenhum político estava com a causa do povo” (E2).

Ressalta-se que a omissão de várias etapas no processo comunicacional foi elemento utilizado desde o início para viabilizar a implementação da Usina Hidrelétrica de Irapé, as omissões ou comunicações tardias desencadeavam nas comunidades “burburinhos” dos mais diversos, informações desencontradas que promoviam desgastes emocionais, assim como o medo e angústias entre os camponeses. Esse tipo de comportamento que se traduz em poder é uma forte afronta aos princípios democráticos de participação. Ainda assim, na prática, as distorções de informações perduraram em todas as fases. Desde a década de 1960, início dos estudos hídricos na região, até o fim dos estudos de viabilidade, no final da década de 1980.



## **CAPÍTULO II: DAS LEMBRANÇAS DOS LUGARES DE ORIGEM AOS DESAFIOS PARA CONSEGUIR UM OUTRO LUGAR PARA VIVER**

### **2.1 Estruturação dos reassentamentos da UHE de Irapé – Aspectos legais e negociais**

Caracterizado por ser um empreendimento de grande porte, com potência para gerar 360 MW de energia, o suficiente para atender a um milhão de pessoas, a construção da Usina Hidrelétrica de Irapé no Rio Jequitinhonha, especificamente na divisa dos municípios de Berilo e Grão Mogol, era um projeto almejado pelo Estado de Minas Gerais desde os anos 1990, a ser gerido pela CEMIG. Estudos iniciais para se conhecer o potencial de aproveitamento energético da bacia do Rio Jequitinhonha se deram na década de 1960 no qual ficou evidenciado a viabilidade de vários projetos hidrelétricos. Estudos complementares ocorreram na década de 1980 até que por fim, em 1988 os estudos de viabilidade de implantação da Usina Hidrelétrica de Irapé foram de fato inicializados, ocasião esta que o referido empreendimento fazia constar do Programa de Expansão da Geração 1992/2002 e no Plano 2010, elaborados pela ELETROBRÁS (OLIVEIRA, 2003).

É condição inerente ao processo de construções de usinas hidrelétricas que elas sejam autorizadas pelos órgãos ambientais responsáveis pelo cumprimento da legislação ambiental em vigor no país e que também haja autorização do órgão regulador das condições de fornecimento de energia, no presente caso a ANEEL, que após verificar a autorização denominada LP, promove a licitação para escolha do construtor do empreendimento e a partir de então é iniciado o processo de negociação para obtenção da licença de instalação<sup>3</sup>.

As autorizações ambientais se dão sobre a forma de licenças, que em Minas Gerais são expedidas pelo COPAM conforme a seguir:

---

<sup>3</sup> O licenciamento ambiental em Minas Gerais é classificado de acordo com o documento Deliberação Normativa COPAM nº 74/04, englobando as licenças Prévia (LP), de Instalação (LI) e de Operação (LO).

Licença Prévia (LP): É fornecida após término do estudo de viabilidade caracterizado pelo EIA e relatório RIMA. No caso específico de Irapé, a LP foi concedida pelo COPAM de Minas Gerais em 1997, após os estudos de impactos ambientais e elaboração do RIMA. Porém, não houve um estudo de viabilidade adequado, sendo assinaladas 47 pendências ou condicionantes a serem resolvidas sob pena de não obtenção da autorização seguinte, a licença de instalação. Uma dessas questões não solucionadas foi a falta de menção sobre os reassentamentos como modalidade de remanejamento populacional. Além dessas questões faltantes, houve uma recomendação expressa para que as comunidades atingidas participassem da elaboração do Plano de Controle Ambiental (PCA) (ZUCARELLI, 2006).

Ignorar no EIA e no RIMA o remanejamento populacional sob a forma de reassentamentos, tal como deixar que o empreendimento avançasse, evidenciando a correlação de forças desiguais que se estabelecem no âmbito legal no sentido de que nem mesmo o descumprimento de condições necessárias para obtenção de licenças conseguem paralisar o processo para correções das pendências detectadas (ZUCARELLI, 2006).

Licença de Instalação (LI): Licença concedida após o processo de licitação dirigida pela ANEEL e apresentação do PD contendo os detalhes de ações ambientais necessárias. Foi nessa fase que surgiu o Termo de Ajustamento de Conduta em razão da articulação dos atingidos no sentido de fazer valer os seus direitos, em especial quanto ao cumprimento das condicionantes levantadas quanto da licença prévia. Percebendo que quase nada acontecia em termos de formação dos reassentamentos e também que não havia franqueamento da participação dos atingidos na construção do PCA, restando-lhes apenas o preenchimento de formulários com questões socioeconômicas, o Campo Vale e a Comissão dos Atingidos pela barragem de Irapé, intensificaram o enfrentamento como representantes dos atingidos, por meio de estratégias que acionavam três âmbitos: ações judiciais, busca de mais instituições como parceiras e publicidade (ZUCARELLI, 2006).

No que tange as ações judiciais, é importante salientar que a primeira foi uma ação civil pública impetrada pelo Ministério Público Federal contra o Estado de Minas Gerais, a FEAM e a CEMIG, objetivando sobretudo o cumprimento dos reassentamentos. Não houve êxito nessa ação, sendo que o juiz entendeu que uma obra do porte de Irapé sempre causaria impacto, bastando o cumprimento de ações mitigatórias, alegando que seria inevitável o descontentamento de algumas pessoas/minorias. Essa decisão judicial deixa latente, mais uma vez, a questão da flexibilidade da lei em prol do lado mais forte, a

Cemig e o Governo do Estado, além de reforçar o paradigma da adequação em que se tem a obra capitalista como inexorável, restando apenas ajustar tanto o meio ambiente quanto a população atingida. Essa é solução institucionalizada em que medidas mitigatórias e compensatórias na compreensão da própria legislação e da Cemig seriam suficientes para suprir todas as perdas das populações rurais afetadas (ZHOURI; LASCHEFSKI; PEREIRA, 2005).

O Ministério Público Federal entrou com uma contestação - agravo - contra essa decisão judicial contrária aos interesses dos atingidos, porém, o Superior Tribunal de Justiça indeferiu o pleito. Houve ainda uma segunda Ação Civil Pública, sem êxito, interposta pelo MPF (GESTA, 2018).

Se pela via judicial os resultados não foram satisfatórios, as estratégias para reunir parceiros na empreitada de enfrentamento conseguiu agregar várias instituições atuantes, como a ONG - Centro de Documentação Eloy Ferreira Silva (CEDEFES), o Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais da Universidade Federal de Minas Gerais (GESTA/UFMG) e a ONG Internacional Foodfirst Information and Action Network (FIAN), além das entidades que já participavam dos embates desde o início: Comissão dos Atingidos pela Barragem de Irapé, Campo Vale, alguns atores da Universidade Federal de Lavras, Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais (FETAEMG) e Comissão Pastoral da Terra (CPT).

Essas novas parcerias resultaram em maior visibilidade nacional e internacional, favorecendo sobremaneira a luta dos atingidos. As estratégias de publicidade intensificaram com reuniões na Assembleia Legislativa de Minas Gerais, exposições públicas denunciando o desrespeito aos direitos dos atingidos, fazendo com que a imprensa nacional passasse a cobrir a questão.

Por outro lado, o empreendedor também se articulou por meio da imprensa e das lideranças políticas regionais, logo após ter elaborado o PCA, de maneira unilateral, assim como requisitado para a licença de instalação, junto ao COPAM, no fim do ano de 2001.

O cenário era totalmente favorável ao empreendimento hidrelétrico porque nessa época, 2001 e 2002, eclodia no país a crise energética, cujo ápice foi o racionamento de energia com imposição de restrição ao consumo. Nesse contexto, uma grande parte das lideranças políticas, opinião pública, etc., clamavam por obras que suprissem a demanda do insumo energético, de modo a evitar um colapso na economia. Após inúmeras

discussões e parecer técnico da FEAM sobre a inviabilidade do empreendimento, os Conselheiros da Câmara de Atividades de Infraestrutura do COPAM concederam a licença de instalação ao empreendimento, sob a condição de que fosse assinado um Termo de Ajustamento de Conduta mediado pelo MPF. Nesse momento, o MPF acabou assumindo uma função atípica, no sentido de intermediar interesses empresariais em conflito e não necessariamente os direitos dos povos afetados pelo empreendimento e, dessa forma, fazer cumprir a legislação.

O TAC foi mais uma medida de flexibilização da legislação ambiental que deveria ter sido cumprida na etapa de licença prévia, mas que agora seria novamente postergada e ainda transferida para a gestão do MPF, cujo papel institucional seria o de zelar juridicamente pelas questões ligadas à defesa do meio ambiente (ZUCARELLI, 2006).

Foi no contexto da elaboração e assinatura do Termo de Ajustamento de Conduta que os atingidos adquiriram, ainda que de forma tímida, a condição de sujeito do processo, sendo o empreendedor classificado como transgressor de compromissos assumidos, tendo então que propiciar reassentamentos para que a população afetada pudesse reconstruir suas vidas em outros lugares. É bem verdade que com a obtenção das duas primeiras licenças e após fracassos das medidas judiciais impetradas, o TAC na verdade foi transformado em um acordo entre as partes, mediados pelo MPF, em que os atingidos acabaram abrindo mão de vários direitos em prol de um fechamento de questão, já que o andamento das obras da usina continuava a pleno vapor e conseqüentemente iria chegar o momento em que as terras ficariam submersas, forçando a retirada da população.

Através do TAC elegeu-se o diálogo como a ferramenta mais eficaz para dirimir os conflitos de interesses em jogo. Encortina-se, assim, a lógica monetária que supostamente daria conta de fazer a “justiça” nessas negociações. Portanto, as negociações entre as partes tomaram um status de inquestionáveis por pressupor a participação equânime e anuência dos atores envolvidos. Faz-se assim, vistas grossas às forças de poder nas arenas política, econômica e técnica que tangencia os interesses em disputa e que opõe atores de realidades tão desiguais. Inevitavelmente, a parte mais fraca aceita o TAC e dá-se, assim, um crédito ao termo assinado, refletindo os direitos aos atingidos a serem assegurados pela Cemig, os quais já haviam relativizados por meio das negociações.

Os TACs foram importantes conquistas como instrumentos jurídicos para a garantia de direitos conquistados na carta Magna de 1988. Tais regras, se seguidas na via

formal, sem influências de interesses privados no poder Judiciário, refletiriam a segurança de direitos, que certamente a Cemig ou outro empreendimento teriam mais dificuldades em flexibilizar no processo de negociação. No caso das famílias atingidas pela UHE de Irapé, o Termo de Acordo beneficiou sobremaneira a empreendedora. (ASCELRAD; BEZERRA, 2010). Em 5 de julho de 2002, o TAC foi assinado e aprovado por aclamação no COPAM. Esse documento passou novamente a listar condicionantes a serem atendidas pela Cemig a fim de obter a licença de operação, em especial a formação dos reassentamentos.

Licença de Operação (LO): fornecida em 2005, após implantação dos programas e projetos definidos nos Planos Diretores e demais compromissos assumidos pelo gestor do empreendimento. Sem isso o enchimento do reservatório e o funcionamento da usina, em tese, não seriam permitidos. É importante salientar que até mesmo o TAC que passou a ser condição básica para que o empreendedor obtivesse a licença para operação da usina, foi desrespeitado. O item do TAC “elaboração do cadastro patrimonial e avaliação dos imóveis” não foi cumprido no prazo e foi feito de maneira falha, sendo detectado, inclusive, que diversos nomes de atingidos pelo empreendimento não haviam sido inseridos nesse cadastro de patrimônio. Outro item do TAC, cuja implementação ultrapassou muito o prazo fixado, foi a “Composição final dos grupos de reassentamentos”.

A explicação da Cemig com relação ao atraso na formação dos grupos, que deveriam ficar em cada reassentamento, se deu em função da dificuldade de encontrar terras com qualidade e tamanho suficientes. Esses são requisitos constantes no TAC em que preservariam os grupos das rupturas de laços de parentesco e de vizinhança. Com essa alegação, a Cemig descumpriu o acordo que havia assinado se comprometendo em formar vinte e quatro grupos, o que não quer dizer que não haveria rupturas nos laços de amizade, vizinhança e de parentesco. Mas ainda assim, os vinte e quatro grupos foram fragmentados em cento e três grupos, o que agravou e muito a situação dos reassentados que, sem outra opção, precisaram aprender a lidar com essas rupturas nas relações, para evitar doenças provocadas pelo sofrimento, dor e saudade. Os cento e três grupos, frutos do realinhamento técnico administrativo da Cemig, foram esparramados em dezessete municípios cujas características físicas e sociais em nada lembra a região do Vale do Jequitinhonha havendo, portanto, a consumação da dispersão das populações rurais de

seus territórios de origem e um flagrante desrespeito à preservação dos laços sociais, impressos no TAC (ZUCARELLI, 2006).

Os atrasos de cadastro patrimonial na formação dos grupos e na compra de terras para os reassentamentos causaram muito descontentamento e angústias nos atingidos, porque o barramento do reservatório avançava a pleno vapor, em ação estratégica do empreendedor sem que pendências fossem sanadas e ficava o temor de perder tudo e ficar, inclusive, sem condições de sobrevivência. A situação foi tão dramática que os atingidos pediram a execução do TAC, judicialmente, para tentar barrar a construção da usina, em novembro de 2003. No entanto, o procurador da república não aconselhava tal medida, que certamente elevaria a decisão sobre a questão para Supremo Tribunal Federal, cujos ministros não detinham conhecimento do tema. Desse modo, a procuradoria optou por aguardar até fevereiro de 2004 confiando que a Cemig pudesse fazer um esforço concentrado para solucionar todas as questões atrasadas.

Sem nenhuma providência tomada por parte da Cemig, os atingidos se organizaram em um ato de maior visibilidade e resolveram fazer uma manifestação em Belo Horizonte, em 4 de fevereiro de 2004, para denunciar o descaso da Cemig em relação aos seus direitos. Houve, inclusive, ocupação da sede da Cemig, na capital, momento em que os trabalhadores rurais foram recepcionados com aparato policial acionado pela Cemig que alegava proteger seu patrimônio. Elegendo as populações rurais à condição de vândalos, transgressores.

Essa manifestação teve cobertura televisiva e contou com o apoio de várias entidades: Comissão Pastoral da Terra, Campo Vale, FETAEMG, etc. Foram dois dias de negociações e o movimento estava articulado e aguerrido. Os trabalhadores estavam dispostos a ficar por muitos dias na sede da Cemig, caso que traria uma grande repercussão e comoção nacional que poderia, inclusive, atrair os holofotes da imprensa para ouvir os trabalhadores rurais e seus representantes. A comissão dos atingidos mostrou-se forte e conseguiu por meio do diálogo e enfrentamentos inovar nas conquistas e no respeito aos direitos dos atingidos de Irapé, sendo que tais conquistas até hoje servem como parâmetro para casos análogos.

Por calcular os riscos, a Cemig começa a negociar com o movimento. Esse enfrentamento foi um marco no sentido de conquistas e resguardo dos direitos dos atingidos, e principalmente por sacralizar o reassentamento como sendo a principal

modalidade de compensação das perdas impostas por Irapé. Entretanto, a Cemig não conseguiu dar um prazo final para resolução das pendências.

Observa-se a morosidade, a desorganização no cumprimento do acordo no que se refere à compensação via reassentamento, repercutindo no atraso de estruturação e implementação por parte da Cemig, trazendo sofrimento e angústia àqueles que terão no deslocamento compulsório a única opção para o futuro. Por outro lado, a Cemig apresenta-se muito dinâmica para garantir o avanço na construção da barragem. Esse contraste motivou o auto de fiscalização da FEAM encaminhado ao COPAM, propondo suspensão da licença de instalação.

O auto seria julgado pelo COPAM em 28/5/2004, mas foi retirado da pauta sem qualquer justificativa. A Cemig postergava e descumpria boa parte das obrigações forçadamente, enquanto conduzia a obra fazendo pressões para que o projeto chegasse a tal ponto que pela racionalidade judicial e até mesmo social, fosse mais caro à própria sociedade, caso tivesse que voltar atrás.

Após várias reuniões e visitas dos conselheiros do COPAM ao Vale do Jequitinhonha, houve a promessa, por parte do COPAM, de não deliberar sobre o pedido de licença de operação antes de resolvidas as condicionantes levantadas quanto à licença de instalação, todavia, isso não ocorreu. A Cemig entrou com o pedido de concessão de licença de operação em 13 de maio de 2005 e em dezembro de 2005 a licença havia sido concedida pelo COPAM mediante uma caução fiduciária, um depósito como garantia de que as pendências seriam atualizadas e solucionadas. Mais uma vez o empreendedor apelou para o risco de apagão no plenário do COPAM, mencionando que se as comportas não fossem fechadas naquele momento seria mais um ano sem gerar energia, com prejuízo para toda a sociedade. A decisão do COPAM novamente foi uma medida flexibilizante, em prol do empreendimento e em desfavor das minorias, representadas pelos atingidos pela barragem de Irapé.

Diante do risco de prejuízos aos atingidos, em decorrência da concessão da última licença necessária ao término do empreendimento hidrelétrico, a procuradoria da república de Minas Gerais executou o TAC, em dezembro de 2005, em ação na 21ª Vara Federal, em Belo Horizonte. Houve deferimento de liminar para que a Cemig não fechasse as comportas antes de resolver as pendências, sob pena de multa diária de quinhentos mil reais, assim como citação da Cemig para solução das pendências em 120 dias. Ocorre que um dia antes de receber a intimação/notificação da liminar, a Cemig já

havia fechado as comportas, com base na licença de operação concedida no âmbito do COPAM. Como o empreendedor alegou impossibilidade de reversão do processo de formação do lago, em 13 de dezembro de 2005, em audiência de conciliação, o juiz revogou a liminar ou tutela inibitória convertendo-a em uma desautorização de geração e distribuição da energia para fins comerciais, enquanto a FEAM não emitisse relatório atestando cumprimento de todas as pendências (ZUCARELLI, 2006).

Esse episódio judicial de revogação de tutela inibitória ilustra bem ponderações abaixo que a autora fez de modo a demonstrar como os interesses capitalistas sobressaem aos direitos das minorias, quase sempre sob o argumento de que não se pode criar entraves ao desenvolvimento, ao suprimento energético do país, nem à geração de emprego e renda:

Atrás desse julgamento, evidentemente, enfileiram-se felizes as grandes empresas de construção civil, tão poderosas em nosso país, o agronegócio, as multinacionais brasileiras de mineração, pois podem unir seus lucros à consciência tranquila de que estão contribuindo para o bem do país. É também esse bem que justifica certas astúcias e mesmo violações da legislação ambiental, pois não seria aceitável que questões burocráticas pudessem atrasar ou mesmo inviabilizar as grandes obras e atividades necessárias ao progresso do país (LISBOA, 2014, p.73).

Todas as concessões feitas pelo COPAM nas diversas fases de licenciamento da UHE de Irapé permitindo obtenções das licenças sem que os requisitos mínimos fossem cumpridos pela Cemig, evidenciam claramente o descaso planejado mencionado por Scott (2009) em que os interesses empresariais sempre prevalecem sobre os interesses dos atingidos porque houve planejamento e articulação por parte dos gestores da obra, o que inclui o Estado e seus agentes, para que não houvesse entrave à grande obra desenvolvimentista, devendo a população atingida aguardar até que as medidas mitigatórias fossem implementadas e de acordo com a conveniência do empreendedor.

Apesar das falhas, em termos de controle, por parte do COPAM, no sentido de conceder todas as licenças, mesmo depois de detectados problemas nos estudos de impactos ambientais no plano de controle ambiental, além das questões ligadas aos reassentamentos, é importante assinalar que, de acordo com Rebouças (2000), até 1980 os projetos de implantação de Usinas Hidrelétricas não cogitavam remanejar pessoas sob a modalidade de reassentamento nem de reconstruir cidades. A fórmula mais comum de operacionalização do remanejamento populacional de áreas utilizadas em empreendimentos hidrelétricos era a indenização dos proprietários das terras que



possuíam títulos dessas propriedades. Assim, apesar de todos os problemas ocorridos, em desfavor das pessoas atingidas pelo empreendimento, os atingidos pela UHE de Irapé conseguiram avanços importantes no que diz respeito aos mecanismos de liberação das áreas a inundar, comparativamente aos verificados até o início da década de 1980.

Para a transferência das pessoas do antigo povoado de Peixe Cru, município de Turmalina, por exemplo, houve a reconstrução de uma nova comunidade de Peixe Cru, à beira da rodovia MG 114 que liga a BR 367 a Araçuaí, a aproximadamente 45 km da antiga comunidade. O povoado foi transferido para uma área com cerca de 30 mil m<sup>2</sup>, onde foram reconstruídas as moradias de vinte e uma famílias, com a casa paroquial e infraestrutura de saneamento e serviços públicos: água encanada e tratada, rede de esgoto, estação de tratamento de efluentes, aterro sanitário, redes elétricas e de iluminação pública, escola, creche, centro comunitário, posto de saúde e posto telefônico.

Além disso, os embates viabilizaram a modalidade de reassentamento, que passou a ser o direcionamento prioritário para remanejamento dos atingidos, especialmente após o advento do Termo de Ajustamento de Conduta e a caução fiduciária. A operacionalização do processo contou com a participação da EMATER, sob convênio firmado com a Cemig, para pré-seleção de fazendas a serem disponibilizadas às famílias (LESTINGI, 2010).

Os critérios de seleção das terras para fins de reassentamentos deveriam ser, segundo Lesting (2010):

- Localização: preferencialmente no município de origem do grupo; em segundo lugar em municípios do Alto Jequitinhonha e por fim, qualquer município do Estado de Minas Gerais, observando qualidade da terra e da água;
- Dimensões da terra: preferência para propriedades de médio e grande porte, de modo a acomodar comunidades inteiras, evitando rupturas de grupos e mantendo relações sociais já estabelecidas nos locais de origem;
- Similaridades das terras: as novas terras deveriam ter padrão similar às regiões de origem dos grupos, disponibilidade de água nos reassentamentos;
- Acessibilidade: os reassentamentos deveriam ser construídos em áreas cujas condições de acessos aos núcleos mais próximos fossem fáceis;

- Infraestrutura energética: os locais deveriam possuir fácil acesso às fontes energéticas para fins domésticos e de produção.

Ainda segundo o Termo de Acordo, os grupos poderiam decidir entre três opções de terras disponibilizadas para realização do reassentamento pretendido, e esse fato foi ratificado por Santos (2016, p. 67) que diz: “Ainda com relação à escolha da fazenda, de acordo com os reassentados, havia a possibilidade de escolha entre três fazendas (...)”. Além disso, havia outros direitos, conforme a seguir:

- Quem optasse por reassentamento, receberia 40 hectares de terras por família, se oriunda da margem direito do Rio Jequitinhonha ou 50 hectares, caso a família se localizasse fisicamente em propriedade à margem esquerda;
- Seria assegurado o direito a indenização pelas benfeitorias existentes nas terras que seriam desapropriadas: cercas, pomares, edificações, curral, assim como recursos naturais como plantas medicinais, frutos do cerrado, lenha, argila, madeira;
- Haveria, nos reassentamentos, assistência técnica por um período de 4 anos, prorrogado posteriormente por mais 4 anos;
- Deveria ser assegurado o direito a 10 hectares adicionais de terras para cada filho solteiro maior de idade e a um módulo adicional para filhas solteiras com filhos, independentemente da idade, que morassem com os pais;
- Direito de receberem desmatados e arados 5 hectares das terras novas para plantio já no primeiro ano.

Dentre as 1.200 famílias atingidas pelo empreendimento de Irapé, 632 famílias acabaram decidindo pela modalidade de reassentamento que, após negociações, foram organizados em 103 propriedades em municípios de Minas Gerais (quadro I), sendo que 258 desse total (aproximadamente 40% das famílias reassentáveis) foram alocadas em propriedades mais distantes dos locais de origem, em geral, buscando terras mais férteis, ficando também distantes do curso do Rio Jequitinhonha.

Os reassentamentos ocorreram em dezessete municípios da região mineira de Leme do Prado, Diamantina, Água Boa, Francisco Sá, José Gonçalves de Minas, Janaúba, Botumirim, Turmalina, Itacambira, Capelinha, Montes Claros, Grão Mogol, Angelândia, Cristália, Francisco Dumont e Berilo Lestingi (2010). Vários municípios do entorno da

Usina Hidrelétrica de Irapé não foram pré-selecionados/disponibilizados aos atingidos, porque, segundo a Cemig, as terras não tiveram classificação adequada, conforme estudos da EMATER, em razão, muitas vezes, da existência de empresas de reflorestamento que predominam na região.

Quadro 1 - Distribuição das fazendas por municípios

<b>17 Municípios que tiveram fazendas adquiridas para reassentamentos</b>	<b>Reassentamentos consolidados, totalizando 632 famílias deslocadas compulsoriamente para as 103 fazendas.</b>
Leme do Prado	Quilombo boa Sorte
Turmalina	Peixe Cru
Angelândia	Boa Esperança
Água Boa	Novo Horizonte
Capelinha	Fatura
Itamarandiba	Amigos para Sempre; União do Povo
José Gonçalves de Minas	União de Todos; Coração de Maria
Leme do Prado	Boa Esperança; Coração de Jesus; Conj. Mandassainha
Janaúba	Nova Esperança; Terra Nova
Francisco Sá	Fazenda Araras
Cristália	Nova Vida de Irapé; Nova Vida Sussuarana; Serrana Boa Esperança; União Nova Vida
Botumirim	José Antônio; Renascer; Nova Bela Vista
Grão Mogol	Vida Alegre
Itacambira	Nova Esperança Itacambira
Montes Claros	Curral do Meio
Francisco Dumont	Fazenda Rio Preto
Diamantina	Recanto Feliz

Fonte: Informativo Irapé (2005).

## **2.2 Alguns apontamentos sobre reassentamentos da UHE Irapé: situação vivenciada**

Julgou-se importante analisar os estudos a respeito de alguns reassentamentos da UHE Irapé, com características semelhantes ao objeto de nossa pesquisa para entender

como a vida se refaz no reassentamento depois de um certo tempo e verificar semelhanças e diferenças em relação ao que as famílias de Araras relatam.

As características dos reassentamentos que impulsionam uma correlação ao presente trabalho guardam algumas similaridades que ajudam a especificar melhor a escolha de algumas características como a localização em município fora do Vale do Jequitinhonha e famílias oriundas de pequenas propriedades rurais, excluindo vilas ou povoados cuja dinâmica se assemelhasse ao espaço urbano. Isso se fez necessário, a nosso ver, porque famílias reassentadas em municípios remanescentes da área atingida podem ter sentimentos de sofrimento social em intensidades diferentes do que pessoas que foram para municípios fora da região de origem, com outra dinâmica, outro tipo de economia, cultura, etc.

Encontrou-se no trabalho de Pereira (2012) objeto de estudo compatível com o objetivo da nossa dissertação. Esse autor estudou 6 reassentamentos sendo quatro deles (66,6%) localizados em municípios diferentes dos de origem, inclusive três deles, a exemplo de Araras, estão localizados fora do Vale do Jequitinhonha, sendo eles: Reassentamento Nova Esperança, em Janaúba-MG, com vinte e duas famílias oriundas da região de São Miguel, município de Cristália; Reassentamento Nova Esperança, em Francisco Dumont, com vinte e oito famílias oriundas da região de Malhada e Peixe Cru, municípios de José Gonçalves de Minas e Turmalina, e o Reassentamento Novo Horizonte, em Água Boa, com dezenove famílias oriundas da região do Degredo, município de Turmalina.

O estudo de Pereira (2013) foi realizado 5 anos após a transferência involuntária das famílias, tempo julgado adequado para verificar, em alguma medida, a nova forma de reprodução social e a reconstrução das bases materiais necessárias ao sustento das famílias no novo local.

No estudo do autor pode-se constatar que o sofrimento social foi externalizado pelas famílias entrevistadas, sendo possível verificar que elas se lembravam com tristeza de suas casas, terras e histórias: as grotas vistas do alto dos morros, de onde nem sempre se conseguia visualizar as casas e seus entornos; os caminhos pedregosos das encostas dos vales; as casas de adobe, com portas e janelas de madeira, feitas para durar toda a vida; o fogão, largo e comprido, no lugar considerado o mais acolhedor da casa – a cozinha; o quintal com o pomar, as criações; a fartura de alimentos; o banho e as brincadeiras de criança no rio; a roupa quarando nas pedras à beira do rio; a segurança

propiciada pela vizinhança, geralmente parentes, compadres; a vida sossegada, de muito trabalho e quase sempre circunscrita aos vales, até mesmo pela dificuldade de sair do lugar, considerada pelos produtores rurais como sendo uma proteção natural da montanha, do relevo, etc.

A transferência das pessoas nesses reassentamentos, iniciou efetivamente a partir de 2005 e dessa maneira, aos poucos, esses espaços vão se transformando, um ambiente fora dos limites de segurança dos vales de outrora. O que era a vida do passado tende a ficar só na memória, não havendo sonho de retorno até porque todos sabem que é impossível retornar a um lugar submerso. No lugar das casas de adobe, com características específicas condizentes com o gosto das famílias, surge nos reassentamentos casas padronizadas, pintadas de branco, com janelas e portas azuis, teto forrado, caixa d'água em estruturas altas, de cimento, fogão estreito, terras planas e quintais com pomar ainda em início de formação. Chegar a um local sem um pé de fruta no quintal foi algo desolador para as famílias, porque era como se tivesse chegado a um lugar não cuidado, não zelado (Pereira, 2012). Os lotes foram entregues sem uma estrutura similar ao do antigo local de moradia. Neles faltavam pomar, horta, paiol, chiqueiro, galinheiro, engenho.

No que diz respeito às questões materiais, pode-se inferir do estudo de Pereira (2012) que a decisão de ir para terras fora dos municípios de origem significou para as famílias o risco de perder as fontes de suprimento locais, romper com relações comerciais estabelecidas, mas também possibilitou, de certa forma, a reconstrução das bases materiais, embora com características bem distintas daquelas existentes nos locais de origem. Nesse sentido, puderam usufruir de uma renda extra da madeira por meio da derrubada para uso local ou para transformação em carvão e pastos que puderam ser alugados aos fazendeiros do entorno.

As pessoas do reassentamento Nova Esperança, em Janaúba, por exemplo, receberam lotes de terras totalmente empastados, chegando a auferir até R\$ 4.500,00 por mês com aluguel de pastagem. Isso porque no entorno desse reassentamento há muitas fazendas de gado com necessidades de pastos, representando boa clientela. Esse dinheiro viabilizou o plantio em terras tão distintas das terras de origem. Isso, de certa forma, teve um viés negativo: o de retardo na familiarização com a nova terra, imaginando que a renda do aluguel duraria para sempre. Só que a falta de conhecimento acerca do manejo

adequado de pastagens comprometeu a longevidade da atividade extra, durando apenas três anos.

Houve uma demora considerável, cerca de três anos, para estabelecer relações na sede do município com comerciantes e moradores. Os comerciantes ficaram desconfiados, com medo de dar crédito às pessoas e não receberem.

No reassentamento de Francisco Dumont, as pessoas priorizaram a derrubada de madeira para transformação em carvão vegetal, também fonte de renda extra. Isso porque as áreas seriam utilizadas para formação de pastagens, já que a região tem vocação para a pecuária bovina de corte. Com a renda, conseguiram formar pastos, gradativamente, além de fazer algum plantio, após experimentarem e conhecerem o perfil das novas terras.

De maneira análoga ao que ocorreu no reassentamento de Nova Esperança, demoraram dois anos para estabelecer relações na sede do município com comerciantes e moradores. As pessoas ficaram desconfiadas sobre a origem e a idoneidade dos recém-chegados.

O reassentamento de Água Boa possuía algum estoque de recursos, tais como pastagens e mata. Todavia, vários lotes estavam com pasto degradado e mata rala, sem condições de aproveitamento para fins de carvoamento. A estratégia das pessoas foi seguir a vocação da região com o cultivo do café, ao invés de refazer pastos nas glebas de terras. Em Água Boa, as pessoas do lugar foram receptivas, o que em tese poderia ter facilitado as interações, porém, os reassentados ficaram inibidos porque havia uma fama de que o pessoal do local era bravo.

De maneira geral, nos reassentamentos, os mais jovens sentiram menos a mudança, adaptando-se com mais facilidade, mesmo assim queixam-se dos novos locais, por não contar com um rio, que além de ser a base para a reprodução material, era muito utilizado para o intercâmbio das interações sociais, para o lazer.

No primeiro ano, nos novos lugares, não foi possível plantar nada. A subsistência foi a partir das indenizações por benfeitorias e algum tipo de renda como aluguel de pasto ou carvão.

As indenizações também serviram para a compra de eletrodomésticos que eles não tinham nos seus locais de origem, mas que também utilizaram muito pouco, inclusive servindo a propósitos diversos: geladeira só para gelar água já que não faz parte de sua cultura conservar alimentos em câmaras de resfriamento. Alimentos que sobram a cada refeição destinam-se a animais como porcos, cachorros, etc. O fogão a gás foi outro

aparelho que teve uso alternativo como armário, porque a preferência do pessoal é pelo fogão a lenha. Nota-se que a pouca experiência dos atingidos no que tange a serventia dos equipamentos eletrodomésticos típicos do meio urbano os levaram a ser alvo fácil dos comerciantes ávidos por negociar com essas pessoas que sabidamente tinham recursos financeiros provenientes das indenizações recebidas da Cemig (PEREIRA, 2012).

Outro aspecto negativo com a mudança involutária ocorreu no âmbito familiar, conflitos entre os filhos e os pais sobre o tipo de atividade a ser explorada no novo local. Os jovens passam a compreender que por estar num local rodeado de fazendeiros e vaqueiros, trabalhar com enxada e foice é algo desagradável. Já para os mais velhos, acostumados com a labuta nos vales, não havia nada de errado nisso, sendo motivo de orgulho lavrar a terra e produzir o sustento. Os jovens achavam que seria mais vantagem comprar produtos nas feiras e armazéns e usarem as terras para criação de gado. Já os mais velhos não admitiam viver na zona rural sem produzir alimentos e fazendo uso de feiras. Esse fato não ocorria nos locais de origem porque não havia no entorno atividades diferentes daquelas que eles estavam acostumados, ou seja, os filhos tenderiam a seguir o labor dos pais de maneira harmônica.

Houve abandono de 18,18% das famílias originalmente reassentadas em Nova Esperança, Janaúba e 28,57% das famílias reassentadas em Francisco Dumont. Esse índice de abandono das famílias reassentadas em Francisco Dumont se caracterizou ao fato de que o reassentamento foi formado por pessoas da antiga comunidade de Peixe Cru, município de Turmalina e da comunidade de Malhada, município de José Gonçalves de Minas. As pessoas oriundas de Peixe Cru eram acostumadas com as atividades de garimpo no Rio Jequitinhonha e não se adaptaram à atividade agropecuária, predominante no novo lugar. Os outros abandonos estão relacionados a questões familiares: acompanhar filhos que foram morar em outra cidade, querer ficar no município de origem após morte de cônjuge, separações conjugais, etc.

Percebe-se que os reassentamentos foram pensados sob a ótica daquilo que seria ideal na visão do empreendedor, sem levar em consideração as especificidades de reprodução social das famílias que iriam ocupá-los, diante de um cenário em que as pessoas moravam em casas de adobes, praticavam agricultura rudimentar. A gestora e promotora dos reassentamentos (Cemig) alardeava que os atingidos estavam sendo privilegiados em morar em uma casa de alvenaria, com luz, água, bons acessos, representando uma evolução.

Não foi considerado nos reassentamentos a implementação de ambientes destinados às técnicas produtivas de domínio dos agricultores, os saberes costumeiros testados, aprovados e cristalizados pela experiência com a terra, não tiveram vez no novo modo de vida idealizado pela empreendedora. A agricultura mecanizada e modernizada que a Cemig planejou difere da agricultura tradicional, menos dependente de incrementos externos. Obviamente, como o ambiente natural nas novas terras não dispõe das vazantes e de cursos d'água, de solos naturalmente férteis, como no Vale do Jequitinhonha, esses agricultores passaram a depender da assessoria técnica da Emater. Instituição competente por lei para instrumentalizar e repassar o conhecimento técnico aos reassentados de Irapé.

Assim, o modelo de mitigação de impactos nos modos de vida das comunidades atingidas, garantido pelo TAC e executado pela Cemig, desconsiderou os longos anos de experiência desses agricultores, seus saberes e práticas tradicionais, estabelecendo uma dependência obrigatória das famílias a assessorias de extensão técnica rural, desestruturando a autonomia e a soberania dos grupos. Foi necessário prorrogar por vários anos o acordo com a Emater, numa tentativa de reduzir os efeitos danosos na vida dos reassentados, ocasionados pela supressão do cenário natural e dos modos tradicionais de produzir como esses agricultores viviam, sobreviviam, existiam e resistiam no “Vale”. Essa assessoria é lembrada com muito respeito e gratidão pelos reassentados, que entenderam que sem esse apoio as perdas seriam muito maiores.

Até mesmo a porção de terra de 5 hectares preparadas pela Cemig para o cultivo, no primeiro ano, foi uma “ação não pensada”, na concepção dos reassentados, posto que escolheram locais não adequados para o plantio, incluso o caso do assentamento Araras, representando um custo adicional para as famílias, que tiveram que transferir as roças para outros locais com terras mais apropriadas dentro da mesma propriedade.

A criação de gado nos locais de origem que ocorria de forma misturada e coletivizada, nas chapadas, sofreu transformações desde o começo dos anos 1970 com a impulsão de projetos modernizantes que fomentavam a implantação das reflorestadoras. Já nessa época, houve a expropriação de boa parte das terras livres, de chapada, que eram voltadas para o uso comum na criação do gado à solta, além de ofertar aos agricultores a coleta livre de frutos e plantas. Essa situação se aprofunda com a implantação da UHE Irapé que também expulsa a população de suas terras, forçando alterações nas bases materiais de existência dos agricultores que imprimiam com a natureza uma relação sinérgica de saberes e estratégias de sobrevivência em consonância com os aspectos



naturais ali oferecidos. Assim, nos reassentamentos de Irapé, a criação de gado concorreu, em termos de espaço, com a agricultura.

Com os reassentamentos surgem necessidades de novas formas de uso da terra/lotes agora exclusivamente individualizados, somando à nova situação o fato do uso dessa terra limitada ter que suportar a demanda na mesma gleba de todas as atividades necessárias à sobrevivência das famílias. Algumas atividades deixam de existir, a exemplo da criação do gado à solta, por não mais existir a paisagem necessária. Essa situação, juntamente com os custos de produção no novo lugar, tem acarretado muitas dificuldades na vida dos reassentados.

Nos locais de origem, as pessoas moraram perto de rios e córregos, e nos reassentamentos a água chega através de poços artesianos, com custo de energia e manutenção das bombas, obrigando o uso de alternativas como caixas para captação de água de chuva, cisternas etc., de modo a baratear os custos.

Um outro aspecto bastante comentado diz respeito ao padrão de construção dos imóveis nas áreas de reassentamentos. Os quartos foram construídos perto da sala, ao passo que nos locais de origem eles ficavam distribuídos ao longo de corredores, não visíveis para quem adentrava pela sala, mantendo a privacidade da família. Os fogões a lenha tinham dimensões inferiores aos de origem e ainda tinha o inconveniente de ficar totalmente expostos ao relento, dificultando o uso, por exemplo, em períodos chuvosos.

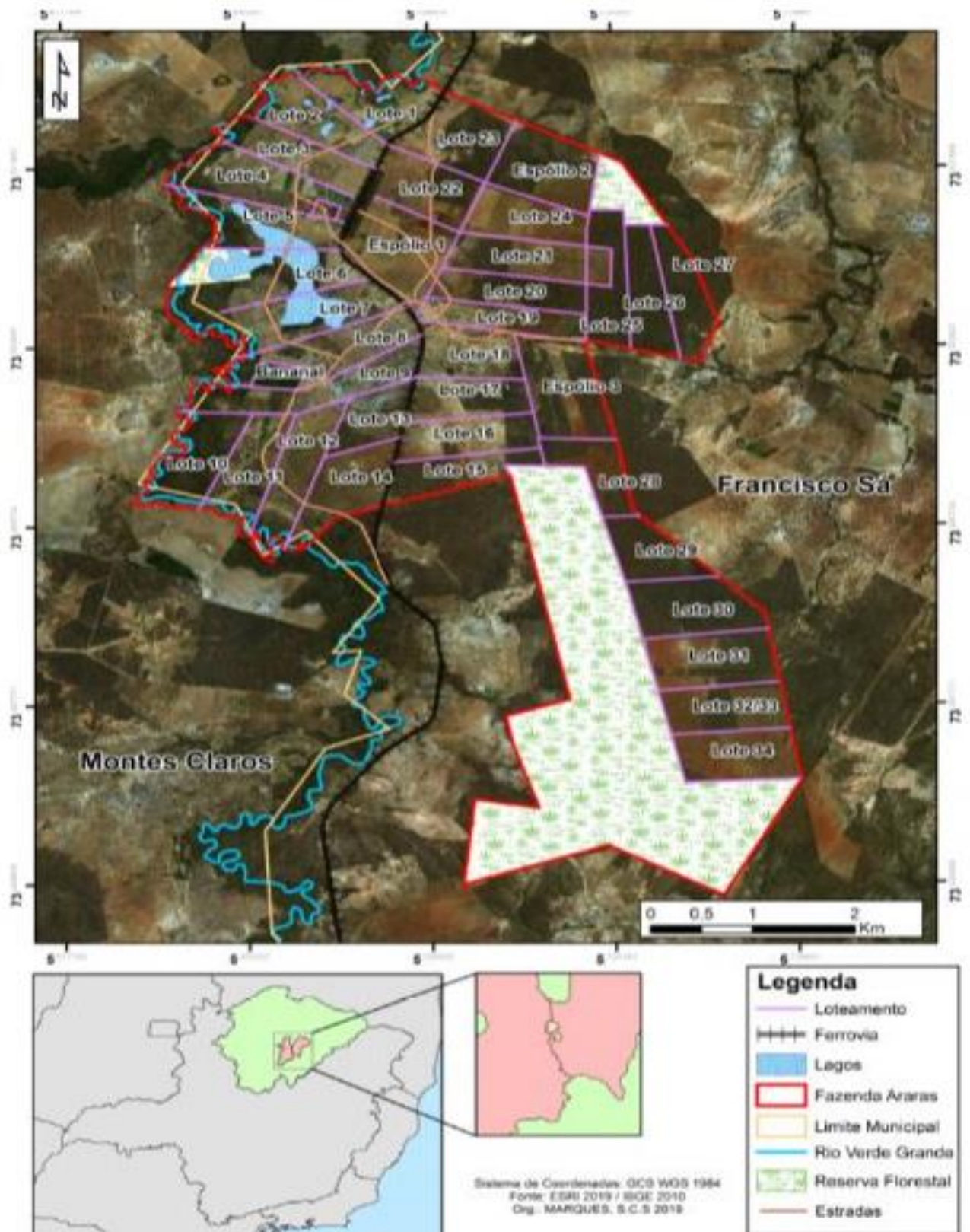
No quesito assistência técnica, vários foram os problemas. O empreendedor e seus prepostos induziram a todos que o único meio de produção seria através de insumos vindo de fora. Orientaram a comprar gado, algo que não era do costume original. Não houve visitas regulares para orientar como lidar com novas pragas nos plantios, que não existiam nos locais de origem. É importante esclarecer que, pelo TAC, essa assistência deveria ter sido ofertada única e exclusivamente pelo convênio com a EMATER-MG.

### **2.3 Irapé e os lugares de origem antes do “não-lugar” Araras**

As famílias informantes do presente estudo, encontram-se reassentadas na fazenda Araras, município de Francisco Sá, norte de Minas Gerais (figura 2), com 2.682,74 hectares, divididas em 34 lotes cujas dimensões variam entre 49 a 70 hectares. São agricultores rurais que pertenciam a comunidades rurais de quatro municípios da margem esquerda e direita do Rio Jequitinhonha, respectivamente: Botumirim, Grão Mogol,

Cristália e José Gonçalves de Minas, sendo que a maior parte 70% das famílias são originárias de comunidades rurais de Cristália.

**Figura 02:** Mapa da Fazenda Araras e o Parcelamento dos Lotes



**Fonte:** Departamento de Geografia – Unimontes (2019)

As entrevistas, as fotografias, as lembranças que emergiam da fala dos informantes nos permitiram refletir o quanto foi agressiva e violenta a ameaça aos seus lugares de origem, posto que para além de uma referência física e estática, esses lugares eram fontes de criação, enraizamento, dinamismo, atualização, recriação, histórias, memórias e identidades.

É no lugar que o costume e a empiria dão sustentação aos saberes e conhecimentos construídos pelos trabalhadores rurais, num fluxo contínuo de trocas, de disseminação compartilhada e consolidada desses saberes. As experiências cristalizadas garantiam existência, sobrevivência e resistência desse povo na defesa de seus lugares contra as correntes hegemônicas que tendem a reduzir esses saberes a adjetivos desqualificadores, por não estarem assentados em conhecimentos técnicos científicos nos moldes do que é difundido pela tecno-industrialização (ZHOURI; OLIVEIRA, 2010).

Por décadas essa divergência de percepção em relação à forma de apropriação dos recursos naturais ainda presentes na região do Vale do Jequitinhonha é gerador de conflitos protagonizados pelo poder econômico e político e pelos povos locais, que são vítimas desse processo que lhes impõem inevitáveis e irreparáveis perdas. Todavia, amparados nessas experiências de perdas, esses produtores rurais têm se articulado num movimento de fazer valer seus direitos, e se auto definem defensores do local, de seus lugares de origem. E a despeito do sofrimento causado pela expropriação dos territórios e pela incerteza quanto ao futuro, esses trabalhadores vem reinventando e recriando modos de atuação frente ao avanço dos interesses privados em seus territórios (ZHOURI; OLIVEIRA, 2010).

Os primeiros minutos de entrevista não foram fáceis. Percebeu-se uma mistura de tristeza no semblante das pessoas e diante de uma situação irreversível esforçaram-se na tentativa de demonstrar que a vida segue e por isso precisam, de alguma forma, ir se adaptando ao novo lugar, porque não se vive do passado. Com o decorrer do tempo, os relatos fluíam de maneira mais natural.

Estão cristalizadas na memória das pessoas as imagens das serras e encostas, os vales, a vizinhança e a parentela, como também o traçado do rio que parece ter encontrado um caminho sinuoso em meio às pedras. São depoimentos individualizados que vão se tornando coletivos ratificando o que nos ensina Halbwachs (1990) para quem a memória é coletiva, retratando o contexto social em que estão inseridas as pessoas.

Nesse contexto, o pedaço de terra em que viviam as famílias atingidas pelo empreendimento de Irapé tinha um sentido muito mais amplo do que a propriedade física de terra passível de valoração financeira nos moldes capitalistas. Todos os vínculos existentes com vizinhos, com a terra e com o rio produziram um modo de vida cujo valor simbólico só as pessoas do local conseguem sentir e compartilhar.

As famílias reassentadas nos informaram que estavam em suas propriedades rurais levando a vida à beira do Rio Jequitinhonha pescando, garimpando, tomando banho no rio, cultivando seus alimentos e tudo isso foi descontinuado com o advento da barragem de Irapé. Espera-se que seja considerada como medida reparadora que o empreendimento recoloca a população atingida em novas terras com casas similares às que viviam, com infraestrutura idêntica. De início, as famílias atingidas experimentaram tentativas por parte do empreendedor Cemig, de usurpação de direitos, pressionando as pessoas a aceitarem como proposta de remanejamento involuntário, a indenização em dinheiro, em valores inferiores aos que seriam necessários para se instalarem em outros locais. Foi através de luta, de sofrimento, da exposição de suas vidas que conquistaram o direito de serem reassentados, conforme relatos a seguir:

[Sobre a motivação para a resistência] (...) não queria dar outra terra. Falou que a gente não tinha direito de casa, terra.

(...) queria pagar bem menos. Reassentar vai gastar muito mais. Na verdade, no início a Cemig queria pagar em dinheiro ia gastar menos pra ela, e ela queria pagar bem menos, o reassentamento gasta muito mais. Teve muita gente lá que aceitou logo de cara pegar o dinheiro aí na hora, ela fez o cheque. Foi pressão juntando sindicatos o povo foi para Belo Horizonte, fez protesto lá, não queriam pagar do jeito que o povo merecia não. Participei de várias reuniões. (L., entrevista concedida em 16/09/2018).

Percebe-se na fala do informante como foram sorradeiras e desarticuladoras as estratégias adotadas pela Cemig para liberação de áreas a inundar. Ao pressionar para que os atingidos recebessem indenizações em espécie, ela não só reduziria seus custos como também minimizaria as resistências porque sobriariam poucas pessoas para reivindicarem outras modalidades de compensações, como por exemplo, o reassentamento. Acselrad; Bezerra (2010), no estudo sobre a solução negociada de conflitos, nos permite abstrair que houve tentativa de evitar o conflito em Irapé pela via da compensação econômica. Nesse contexto, como muita gente aceitou esse mecanismo compensatório, houve, em alguma proporção, a invisibilização dos debates a respeito dos modelos de relação com o meio ambiente e os recursos naturais que a população local entendia ser essencial para

perpetuação dos seus modos de vida, enquanto para o empreendedor aquela paisagem nada mais era do que objeto capaz de gerar riqueza abstrata, nos moldes capitalistas.

Praticamente todos os informantes mencionaram essa atitude da Cemig, de ludibriá-los com indenizações injustas, que nos leva a classificar essas falas repetitivas como uma forma de solenizar a dor, que ao mesmo tempo que é individual também se faz manifestar coletivamente. Conforme Magalhães (2007, p. 222), no seu estudo sobre os expropriados em decorrência da UHE de Tucuruí, afirma que “aquelas falas intermináveis e repetitivas (para o observador) eram uma forma de ritualizar a dor, que não tem espaço para manifestação na arena pública, salvo através da narrativa (monótona) (...)”

As estratégias da Cemig de tentar amedrontar as pessoas para que aceitassem indenizações em dinheiro logo de início, reduzindo a quantidade de famílias que “dariam mais trabalho e gasto” caso optassem pela modalidade de compensação do tipo “reassentamento”, se inserem no rol dos mecanismos de “descaso planejado” arquitetado para viabilizar condições menos onerosas à construção da Usina, relegando a uma condição de menor relevância os direitos das pessoas atingidas (SCOTT, 2009).

O engajamento das famílias atingidas nos protestos em Belo Horizonte, com apoio de entidade sindical, pode ser interpretado como reação à expropriação de suas terras e recursos naturais pela Cemig e Governo do Estado de Minas Gerais, no sentido de transformar seus territórios sociais<sup>4</sup> em espaços vazios de significados, para exploração dos recursos naturais disponíveis, o que no caso da UHE de Irapé seria a condição favorável do relevo e o curso de água do Rio Jequitinhonha, imprescindíveis para geração de energia elétrica no contexto da matriz energética priorizada no país (ZHOURI; OLIVEIRA, 2010).

Percebe-se pelas entrevistas que a estratégia comunicacional da Cemig do empreendimento foi sempre no sentido de desarticular, de minimizar resistências e amedrontar as pessoas para que aceitassem as primeiras propostas de indenização a partir do pressuposto que a obra ocorreria e que as pessoas teriam que sair de qualquer forma.

---

<sup>4</sup> Little (2002). Territórios Sociais e Povos Tradicionais no Brasil. Define a territorialidade como esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica do seu ambiente biofísico, convertendo-a assim e seu “território”(...)

Por volta do ano de 2001, prepostos da Cemig passaram de propriedade em propriedade dizendo que haveria a construção da UHE e que aquelas terras seriam inundadas, promovendo ansiedades e desespero em muitos agricultores. Houve pelo menos três visitas de prepostos da Cemig para levantar dados das pessoas para fins de indenização e uma reunião posterior em que foi colocado que a partir daquele momento qualquer benfeitoria que fosse realizada não seria mais passível de indenização, o que praticamente paralisou a vida das pessoas.

A gente tava na propriedade e logo chegou ali umas 2 ou 3 pessoas dando o aviso pra gente que ia haver a barragem de Irapé e que aquela localidade que nós estava ia ser atingida. A gente admirou muito porque era bastante longe do rio esse local que a gente estava. Mas eles já tinham feito a pesquisa, sabia a certeza e foi aprovada até onde a água ia(...) (L., entrevista concedida em 16/09/2018)

Na época muitos ficaram com **medo** de não receber, por causa de fama de outras barragens, uns entraram na justiça outros não queriam receber o que queriam pagar e foram para a justiça e depois acabaram recebendo menos(...) (L., entrevista concedida em 16/09/2018)

(...) quando eles reagiram mesmo para fazer a barragem o pessoal pasmou e tava com **medo** de construir e trabalhar e perder tudo, porque o povo falava que a única barragem que pagou mais ou menos foi essa daí, porque lá pra fora o pessoal perdeu muito(...). (L., entrevista concedida em 16/09/2018)

Então passou um certo tempo passou outro grupo de pessoas pegando o nome, idade, a série que a pessoa estudou, quantos na família, nomes, idade, até plantações quantos pés de planta tinha no pomar da gente(...). Daí um certo tempo marcaram uma reunião com o pessoal para reunir para ter uma conversa (...). No dia da reunião eles foram publicar os acertos (...). (..) e o que fosse plantado daquele dia indiente não tinha pagamento e que a cerca que fosse feita também daquele dia indiente não ia receber por ela(...). (F., entrevista concedida em 16/09/2018)

Os depoimentos demonstram o poderio da Cemig que, ancorada nas estratégias verticalizadas do Estado para viabilização do suprimento energético, chega ao local do empreendimento e dita as regras, revirando e descontinuando projetos de vida. Assim, submetem os desejos, trajetórias e sonhos dos agricultores a um crivo racionalizado, na perspectiva do menor custo para o empreendedor, determinando aos agricultores, autoritariamente, quais os caminhos que deveriam ser percorridos de modo a não experimentarem perdas ainda maiores.

Esse *modus operandi* verticalizado em que o empreendedor e o Estado fazem prevalecer seus objetivos, a despeito dos prejuízos que sofrerão as pessoas, são descritos em outros estudos sobre atingidos por empreendimentos hidrelétricos. Assim, via de

regra, os reservatórios são construídos apesar da oposição das pessoas atingidas, deixando submersos seus territórios, rompendo laços de parentesco e vizinhança, forçando a migração para outros lugares, para reconstrução dos modos de vida (MENDES, 2005). O relato a seguir evidencia claramente que contra a força do capital demonstrado nas articulações promovidas pelos empreendedores de grandes projetos, consegue-se mobilizar a opinião pública e os órgãos governamentais, como foi o caso da Usina de Irapé, uma resistência difícil de ser vitoriosa. Os lampejos iniciais de oposição logo são arrefecidos, levando as pessoas a aceitarem as regras do jogo, tal como a imprescindibilidade da Usina.

(...) como diz.... eu me entreguei para ser realizado porque era preciso mesmo né. Vi os meus companheiros tava todo mundo, pessoas que as vezes tem até mais inteligência que eu e tava todo mundo resignado, não tinha como resistir também porque alguns que resistiram ficaram lá e procurou combinações depois e não teve mais, só enquanto foi a época (...). (F., entrevista concedida em 16/09/2018).

As estratégias empresariais se enquadram no contexto de descaso planejado no qual se verifica que, na maioria das vezes, o prejuízo recai sobre a população local, não se tendo notícia de algum empreendimento hidrelétrico não licenciado devido aos prejuízos que causariam ao meio ambiente e às populações tradicionais (SCOTT, 2009).

Na fase de definição das novas terras para fins de reassentamentos, os grupos de famílias foram levados para conhecer as fazendas que estariam em negociação com a Cemig. E no caso de Araras, essa visita ocorreu no período chuvoso em que a água era farta, a sujeira do rio estava invisibilizada pelas enchentes, época em que o verde prevalecia e somado ao fato da região não ser morrada. Esses fatores fizeram com que os agricultores antecipassem suas escolhas sem ao menos visitar as outras duas fazendas para a tomada de decisão. Talvez porque os agricultores no afã de resolver a questão, tão desgastados pela situação de incerteza, angústia e medo quanto ao futuro, foram levados a escolher de forma muito célere. Sendo essa decisão a mais importante de suas vidas. Essa pressa, somada à primeira impressão que tiveram na primeira visita, diante daquela paisagem momentânea, foram conclusivas para decidirem pela fazenda Araras.

Nessa perspectiva, pensando que a base material de existência de suas famílias estaria assegurada, muitos entenderam haver motivos suficientes para eleger Araras como a terra em que repararia as perdas materiais e imateriais promovidas pela mudança involuntária, vislumbrando que o reassentamento de Araras seria um espaço que poderia

abrigar novos sonhos e novos projetos de suas vidas. Decisão que hoje pode ser compreendida por muitos como precipitada, diante da escassez de água que tem enfrentado ao longo dos anos, além da falta de estruturas como: escola, posto de saúde, estradas adequadas, entre outros compromissos assumidos e esquecidos, quer seja pela Cemig ou pelo município de Francisco Sá:

Teve uma reunião e os engenheiros falaram que tinha 3 opções para nós. Aí nós viemos aqui e estava chovendo estava tudo verde, muito bonito, aqui é bom demais, na época foi bom mesmo. (...) aí nós nem olhamos outras fazendas (...). Na época tinha até peixe aqui, hoje acabou tudo, tinha uma lagoa aqui, hoje não tem mais.  
(L., entrevista concedida em 16/09/2018)

Os depoimentos sobre a mudança para o reassentamento de Araras demonstram que esse processo foi difícil de ser vivenciado emocionalmente. Ninguém queria sair de um local em que era terra de seus ancestrais, locais com características naturais que proporcionavam segurança aos viventes das grotas entre Vales. Várias gerações nasceram, cresceram e foram enterradas ali. Não foram perdas apenas materiais, de propriedade ou os bens; restaram memórias do sossego do lugar de origem, do rio que servia de lazer e fonte de sustento, segundo os informantes.

Mãe pescava muito no rio Jequitinhonha, criava porco, galinha. Ia de madrugada ainda escuro para o rio (...). A pesca era para o gasto do dia a dia, para comer. Esse negócio de comprar peixe ninguém lá comprava peixe não (...). Tinha sim muitos vizinhos que moravam na beira do rio, cerca de 100 a 150 metros do rio Jequitinhonha, mexendo com garimpo, roça tradicional, nas águas: milho e feijão. (L., entrevista concedida em 16/09/2018)

E na hora de tomar a decisão de seguir ou não um rumo? Seguir o vizinho que optou por outras terras ou ir com os parentes para manutenção ao menos dos vínculos familiares? E os parentes que desejavam ficar no município? Essas questões impuseram sofrimento e dor que foram externalizados em olhos lacrimejantes da senhora (N) ao trazer à memória o quanto sofreu no dia em que deixou a sua mãe, já idosa. Essa foi a primeira vez que se distanciaram. O sofrimento ainda persiste nos dias atuais, saudades de um tempo que não volta mais.

Em várias falas de interlocutores diversos percebe-se o quanto falar do passado é falar de um tempo em que as relações eram intercambiadas por solidariedade e reciprocidade naturalmente consensadas e praticadas pelos agricultores do Vale e o quanto esse modo de viver hoje tem feito falta em Araras. Quando se questionou a



respeito dos relacionamentos nos locais de origem e sobre as rupturas impostas pelo remanejamento compulsório da população conforme relatos:

[Sobre o rompimento das relações sociais] (...) todo mundo gostava de todos, era bom demais. E o reassentamento separou. Os vizinhos mais próximos de nós foram para o reassentamento de Francisco Dumont.  
(L., entrevista concedida em 16/09/2018).

[Sentimento no dia da mudança] (...) ô moça eu fiquei muito sem graça porque minha mãe ficou lá e na hora de sair, ela ainda chegou lá. Foi na vista dela, vixe foi doído viu. Ela reclamando que ia ficar sozinha. Foi um momento doloroso, nascida lá e os filhos também.  
(N., entrevista concedida em 16/09/2018)

O depoimento acima permite-nos afirmar que a ruptura nos laços de parentesco e vizinhança foi agravada pelo excessivo fracionamento dos vinte e quatro grupos, fruto de um planejamento impreciso da fase inicial do projeto. Verifica-se que a solução dada pela Cemig, fracionando os grupos de forma que atendesse às questões administrativas e operacionais, transferiu o ônus do seu mau planejamento para as famílias atingidas, as quais não restaram outra saída a não ser “aceitar” as condições alegadas pela Cemig. Dessa forma, fica evidenciado que foi relegado a segundo plano a preservação da integridade das unidades sociais dos locais de origem. A aquisição de terras em municípios longínquos com características diferentes impôs sérias dificuldades na reestruturação dos modos de vida (ZUCARELLI, 2006).

Os relatos a respeito das características da região de origem são muito semelhantes e coadunam com estudos já realizados. São territórios compostos por chapadas, que são terras altas, planas, secas e com vegetação de cerrado, em que se criava o gado. Os vales, circundando rios e córregos, eram utilizados para o cultivo devido aos solos férteis e úmidos (RIBEIRO, 2007). Não era tarefa fácil transitar entre vales e chapadas em razão dos morros e pedras existentes. No vale só dava para “ir a pé”, como dizem as pessoas do lugar, conforme trecho grifado na entrevista a seguir:

Lá era um lugar até bão, sossegado, tinha bastante córrego, a água vinha no meu terreiro. Tinha três córregos de água que vinha no meu terreiro. Era muito bão de água, a terra também era boa, **só era um lugar acidentado que não chegava carro na porta, mas a gente ia até o lugar para pegar o carro.**  
(N., entrevista concedida em 16/09/2018)

As famílias reassentadas lembram com muita saudade de cada aspecto peculiar dos locais em que viviam e sabem que nada disso pode ser reproduzido nas terras de Araras. São lembranças que ficarão na memória e nas poucas fotografias existentes, conforme imagem abaixo.

[sobre o lugar de origem] (...) a gente tem saudade sim e ainda o povo do conhecimento nosso ainda mora lá. Tinha cachoeira e flores cheirosas na beira do córrego debaixo da cachoeira.  
(N., entrevista concedida em 16/09/2018).

**Figura 03** – Cachoeira/Gangorrinha – Cristália MG



Fonte: Azevedo (2018) - Fotografias cedidas pela informante Senhora (N) em 16/09/2018.

Ao falar da lida com a terra em Cachoeira, a entrevistada Sr.<sup>a</sup> (N) descreve com saudosismo no olhar um tempo de fartura em que produziam mais e com menos custos, ainda que enfrentassem algumas dificuldades com relação às características naturais do relevo do Jequitinhonha. Ela ressalta que eram menos dependentes de fatores externos e estavam acostumados àquele tipo de situação.

(...) a gente não desmatava porque não descia trator, mas a gente roçava de foice, fazia aquele roçadão de foice e chegava fogo e destocava e plantava roça, e nós tinha também um pouco de pasto. Plantava- milho, feijão, manáíba, abóbora, arroz no brejo, (rsrsrs era bão demais).  
(N., entrevista concedida em 16/09/2018)

Gangorrinha, lugar de origem enredado de sentimentos, valores, símbolos, sentidos e sabores. Histórias vivenciadas por três gerações de sua família. Os sete filhos

da senhora (N) nasceram e cresceram à beira d'água, tendo no quintal de casa córregos, cachoeiras que além de diversão proporcionava meio de sustento. Era o local em que o lazer acontecia, onde a coleta e alimentação de frutos que davam nas proximidades do rio aconteciam de forma direta e imediata. Assim, todos os dias eles brincavam na cachoeira. São lembranças impossíveis de se esquecer e ela relata sentir até hoje o cheiro das flores de nome colônias que cresciam na beira do córrego, vista na primeira foto. A cachoeira não tinha um nome específico, mas nem precisava, era conhecida por todos, era o local em que a vizinhança se encontrava para lavar as roupas da casa e colocar a conversa em dia. Era nesse cenário ao ar livre e ao som da água e dos pássaros que as relações sociais se consolidavam, e como diz a senhora (N) “tempo bão, que não volta mais”. Realmente, não volta mais, não só porque ao passado não se pode retornar, mas sim pela inexistência em Araras de um rio/córregos que promovessem interações dinâmicas e intercambiadas por sentimentos e lugares naturais favoráveis a momentos como os relatados acima.

A vida dura na lavoura e os desafios naturais impostos ao percurso parecem que não são lembrados como marcadores de sofrimento ao povo do lugar. Pelo contrário, a autonomia e liberdade, condições existentes no período anterior a Irapé tinham maior valor do que os esforços físicos necessários para a locomoção na região, o que para “um de fora” é compreendido como algo impossível de se conviver, a exemplo da necessidade de se deslocar a pé. Dependia-se pouco da cidade para a sobrevivência porque quase tudo que era necessário podia ser retirado da terra, do rio ou da mata, sob a forma de extrativismo.

Nos vales e grotas da região do Vale do Jequitinhonha viviam os pequenos agricultores, que ainda praticavam a garimpagem artesanal, atividade já não tão frequente na região (RIBEIRO, 2007). A utilização das terras, segundo Ribeiro *et al.* (2005), se dava por meio de um complexo sistema em que são privadas as terras de plantio ou de cultura, conforme dizem os agricultores e de uso comum as chapadas, ainda não utilizadas por empresas reflorestadoras, proporcionavam um uso coletivizado na pastagem de gado à solta, além de proporcionar recursos como: extração de frutos, madeira, lenha, flores, fibra, etc. (GALIZONI, 2005 p.33).

Os agricultores, ao longo de várias gerações, desenvolveram conhecimentos acerca da compatibilidade das terras com os tipos de cultivo e manuseio nos locais de origem. As terras classificadas como de cultura, comuns nas beiras dos cursos de água, serviam para o plantio do feijão, por exemplo. Já as terras de caatinga (cabeceira dos

córregos) eram usadas para plantio de mandioca, abacaxi e café. As terras de campo não eram cultiváveis, destinadas apenas à extração de madeira, etc. (GALIZONI, 2002).

Segundo Noronha e Ribeiro (2007) a dinâmica laboral dos agricultores do Vale possui duas fases bastante distintas. No período das águas, que vai de outubro de um ano a abril do outro, as pessoas se dedicam ao plantio e a colheita das lavouras que sustentavam as famílias ao longo do ano, com possibilidade, inclusive, de gerar excedentes para comercialização em feiras das cidades. O leite também se torna farto nesse período em razão das melhores condições de pastagens, sendo suficiente para a produção de derivados como queijos, por exemplo. No restante do ano, período da seca, ocorre o processamento dos produtos agrícolas (farinha de mandioca, fécula, rapadura, doces, etc.) e a implementação de hortas comerciais e caseiras (cultivadas pelas mães e filhos), inclusive para fins de venda de produtos em feiras, fonte de renda para as famílias.

Quando se evoca a memória das famílias atingidas pelo empreendimento de Irapé, reassentadas em Araras, doze anos após a inauguração da hidrelétrica, emergem situações desencadeadoras de sofrimento decorrentes da expropriação de suas terras, remanejamento compulsório e descontinuidade de seus modos de vida. Em vários momentos os informantes pronunciam a palavra medo, que surge desde as primeiras manifestações de interesse da Cemig em construir a hidrelétrica de Irapé, causando-lhes sofrimento e dor.

O sofrimento causado às famílias reassentadas em Araras, em razão do medo de não receber justa indenização pelas terras e benfeitorias, de ter que abandonar seus lugares de origem repletos de simbolismos, de ter que separar de seus vizinhos e parentes, são análogos às situações causadoras de sofrimento relatadas pelas pessoas remanejadas em decorrência do reservatório do Rio Atibainha, pertencente ao sistema Cantareira de abastecimento de água de São Paulo. Nesse contexto, Rodrigues (1999) *apud* Magalhães (2007) usa os relatos para trazer à tona momentos de angústia ocasionados pela saída dos locais de origem em meio a destruição de seus patrimônios, expropriações de suas terras, e desgosto das pessoas que ficaram no local e presenciaram a destruição do sítio.

São mencionadas duas abordagens do sofrimento social causado pelo deslocamento compulsório decorrente do reservatório do sistema Cantareira, que são verificados no caso do reassentamento de Araras. A abordagem normativa do sofrimento social, que trata do período que antecede a transferência das pessoas, no tocante ao planejamento do deslocamento compulsório com as ações planejadas pelo empreendedor

e Estado e seus efeitos. E a abordagem disciplinar, ancorada sobretudo nas ciências sociais, que analisa os efeitos posteriores aos remanejamentos, no tocante a reconfiguração dos modos de vida, novas relações sociais construídas, etc. (MAGALHÃES, 2007).

### **CAPÍTULO III: O VIVER, O EXISTIR E O RESISTIR EM UM “NÃO-LUGAR” DENOMINADO ARARAS**

#### **3.1 Araras: como se tem levado a vida**

Diante do inevitável, a vida se reconstrói no reassentamento da fazenda Araras. Os relatos, frutos da memória das famílias informantes do presente estudo, permitiu-nos conhecer um pouco mais do sofrimento, da dor e do descaso com que as pessoas atingidas foram tratadas no âmbito das ações de liberação de áreas a serem inundadas pela UHE Irapé.

Importante assinalar que o sofrimento social imposto às pessoas remanejadas em virtude da UHE de Irapé é decorrente do ideal desenvolvimentista. Nesse contexto, Zhouri e Oliveira (2005) não nos deixam esquecer que os interesses desenvolvimentistas para o Vale do Jequitinhonha, a partir de 1970, culminaram no aparecimento de represas hidrelétricas no Rio Jequitinhonha. Magalhães (2007) em seu estudo sobre a Usina Hidrelétrica de Tucuruí, elabora uma reflexão em que o sofrimento social decorrente de desastres ambientais provocados pelo homem, no qual poderíamos incluir por analogia a construção da UHE de Irapé, deveria ser tratado como se compreende nos casos de desastres ambientais naturais, posto que em se tratando desse tipo de desastres as pessoas atingidas são consideradas refugiadas ambientais. A mudança na forma desse entendimento poderia ensejar uma quebra de paradigma na percepção existente nos casos em que os desalojamentos forçados de pessoas em decorrência do desenvolvimento, sejam compreendidos como “comum ou tolerável”, haja vista que nesse contexto os atingidos das ações antrópicas são alijados de suas condições de vítimas, por serem “compensados” com medidas reparadoras.

O nível assistencial dos municípios de origem das famílias transferidas involuntariamente era superior ao praticado pelo município de Francisco Sá, cidade em que se localiza o reassentamento de Araras. Assim, pouco tempo após chegarem à fazenda Araras, as famílias perceberam que a Prefeitura de Francisco Sá não prestaria uma assistência que estavam acostumados nos municípios de origem. A exemplo do fornecimento de um transporte para conduzir pessoas que necessitassem de cuidados médicos, além de um ônibus para o transporte dos produtos a serem comercializados em

feiras. Pelos relatos, foi possível perceber que a autoridade máxima do município de Francisco Sá, nos primeiros encontros com os reassentados, não lhes apresentaram votos de boas-vindas e isso, inclusive, foi apontado como um dos fatores que influenciaram diversas famílias a migrarem de Araras.

O prefeito veio fazer nós uma visita, assim que nós chegamos aqui, o que ele disse pra nós é que a terra aqui é produtiva que nós trabalhasse que nós sobrevivia que nós não procurasse ele por qualquer dor de barriga não que nós tomasse um chá primeiro se passasse mal e que depois que a gente fosse lá. Aquelas pessoas velhas, sistemática e vergonhosa ficou chateada com aquilo e logo querendo voltar para trás (...). (F., entrevista concedida em 16/09/2018)

Olha nós na época tivemos até uma reunião com o prefeito aí e o povo teve uma decepção muito grande, porque numa mudança de município e a prefeitura de Cristália era uma mãe. Francisco Sá não, o pessoal que veio de lá achou que o prefeito de Francisco Sá nem gostou da nossa vinda, porque o povo foi procurar para ver se arrumava um carro de feira, igual lá, para levar coisas para Francisco Sá, inclusive até hoje tem esse projeto e o cara que ganhou para vereador não conseguiu isso. Na época o prefeito falou que o pessoal que veio para cá não precisava de ajuda não, que era bem de situação.

(..) A prefeitura foi muito crespada com o povo aqui. (L., entrevista concedida em 16/09/2018)

Nos municípios de origem, pela própria condição socioeconômica da região, a assistência prestada pelo Poder Público Municipal era considerada muito boa por parte das famílias que foram transferidas involuntariamente para o reassentamento de Araras. Existia transporte escolar gratuito e até veículos para conduzir as pessoas para as sedes dos municípios para comercialização de excedentes de produção. Ao serem inseridos em uma nova região, Francisco Sá, com uma visão diferente a respeito das responsabilidades de um Gestor Público, as famílias logo se confrontaram com dificuldades como a falta de transporte escolar, o que impossibilitou a continuidade dos estudos de quatro crianças, inclusive, uma portadora de necessidades especiais, pois também não conseguiram transporte gratuito para a sede do município.


Descaso da prefeitura, os que tem menino para estudar ficou difícil porque a escola mudou daqui, foi para Camarinhas, o ônibus no tempo seco já falha quando chove não é nem falado, fica mais de trinta dias. Menino aqui não aprende nada não, é um sofrimento. Muitos voltaram para a região de Cristália os que eu conheço de Itacambira, Botumirim e Cristália (...). (M., entrevista concedida em 16/09/2018).

Ainda no contexto da infraestrutura em Araras, evidencia-se também prejuízos no que se refere à saúde. Esse fato vem se arrastando desde o início do reassentamento. Porém, em 2006 ainda havia esperança de que o serviço de saúde fosse funcionar, haja vista que a estrutura física havia sido instalada, faltando apenas a inauguração. A inauguração ocorreu, mas o seu funcionamento durou por pouco tempo, porque a prefeitura alegou falta de recursos para manutenção da unidade em Araras e desde então os moradores da fazenda lidam com esse descaso.

Seja pela promessa não cumprida da Cemig - TAC, seja pela parceria efêmera firmada entre a Cemig e o ente municipal de Francisco Sá, no início do reassentamento, no que tange à saúde a sensação que ficou nos reassentados foi de frustração das expectativas fomentadas pela Cemig desde os primeiros momentos da chegada dela no Vale. A reclamação dos reassentados é embasada em programas divulgados pela Cemig na época da construção de Irapé que alardeavam que os atingidos não teriam prejuízos com relação à saúde. Muito pelo contrário, fez um forte *marketing* no sentido de enaltecer a “preocupação” com relação a essa temática. Assim, divulgou várias ações de planejamento direcionadas para a ampliação do atendimento, para o controle de doenças e de parcerias que propiciariam a melhoraria das condições de saúde dos povos envolvidos no contexto de Irapé. Essas ações envolviam os municípios no entorno da usina e os municípios receptores das famílias reassentadas. Como pode ser observado no jornal impresso e distribuído pela empresa para todo o Vale que traz um título que apresenta uma “solução/redenção” para “os males” que acometiam o povo do Vale, como se segue:



**Figura 04:** Ações cristalizadas em papel e promessas frustradas na realidade.



## Saúde para a população

O Programa de Vigilância Epidemiológica e Saúde Pública de Irapé, já está atuando em diversas frentes, visando adequar o sistema de saúde dos municípios às novas necessidades decorrentes da implantação da usina. "Estamos monitorando a infra-estrutura de saúde da região e avaliando o impacto causado pela implantação da obra nessa rede de atendimento", informa o médico Múcio Leão Pessoa de Castro (*foto*), coordenador do programa.

**As ações do Programa de Saúde se desenvolvem em duas linhas de atuação**

**1 - A primeira visa a adequação da infra-estrutura de saúde desses municípios.**

Nesse caso, são monitorados os atendimentos nos hospitais, postos de saúde e policlínicas, a fim de adequar as instalações à nova demanda. Como exemplo, pode-se citar o convênio firmado entre o Consórcio Construtor e o Hospital de Araçuaí, através do qual esse hospital teve a sua estrutura física adequada à nova realidade. Além disso, a Cemig firmou convênio com a prefeitura de Berilo, que permitiu a contratação de uma médica para o atendimento em Lelivéldia e áreas rurais e está discutindo a contratação de novos profissionais. Em Virgem da Lapa, onde também foi verificada a necessidade de mais profissionais de saúde, em virtude do aumento da população ligada à construção da barragem, está sendo formalizada uma parceria para efetivar esta contratação.

Fonte: Informativo Cemig (2003).

Em Araras e em outros reassentamentos de Irapé, facilmente se percebe que as promessas da Cemig em relação à qualidade da saúde, transporte, recursos hídricos, etc., nos reassentamentos não aconteceram devido ao descaso planejado, submetendo as pessoas a uma violência administrada, já que para além do discurso não houve articulação adequada para que os municípios receptores das famílias, como no caso de Francisco Sá, assumissem de fato as novas demandas. Sobre as inúmeras promessas não cumpridas em casos de empreendimentos desenvolvimentistas, no contexto de violência administrada podemos citar a reflexão abaixo, surgida no âmbito da Barragem de Itaparica.

As promessas de um futuro melhor são o pano de fundo otimista-desenvolvimentista, em que ocorre um processo subjacente que se pode identificar com regularidade no decurso do projeto. Este processo de violência administrada, configura-se num uso particular do poder de organizações burocráticas, encarregadas de executar programas de desenvolvimento, de criar expectativas para as populações atingidas para, logo em seguida, na execução do programa, frustrá-las (SCOTT, 2009, p. 94).

Em Araras, a percepção dos reassentados é a de que eles estão invisíveis perante o poder municipal, acarretando uma sensação de estarem em um “não-lugar”, porque conforme relatos, eles não conseguiram estabelecer vínculos com Francisco Sá a ponto de se sentirem pertencentes e sujeitos de direitos. Essa percepção de não identificação com o atual local, assim como a sensação de abandono acabam por provocar uma inibição nos agricultores rurais para se fazerem visibilizados, de reivindicar os serviços públicos básicos junto a Francisco Sá. Assim, a saúde, na prática, sempre foi motivo de sofrimento e de preocupação para os reassentados e quando necessitam de alguma assistência precisam arcar com todos os custos, inclusive, com o deslocamento até uma unidade de saúde, tendo eles, geralmente, que recorrer à cidade de Montes Claros. Situação que pode ser evidenciada pelos depoimentos a seguir:

(...) a gente sente falta de lá porque lá a gente tinha mais facilidade numa viagem, num tratamento de saúde favorecimento da prefeitura que ajuda muito o povo mais carente (...). (M., entrevista concedida em 16/09/18)

(...) quando precisamos de usar posto de saúde a gente vai pra Camarinhas e se for algo mais grave a gente chama o SAMU que vem de Montes Claros, tirando isso é devagar essa questão de saúde (...). (L. entrevista concedida em 16/09/18)

Esses problemas estruturais são levantados em estudos de Bortoleto (2001) ao mencionar que um dos impactos sociais advindos de construção de hidrelétricas é a mudança na demografia das regiões receptoras dos reassentados. Assim, fica evidente que os gestores do empreendimento não administraram e não planejaram adequadamente com as autoridades municipais de Francisco Sá para a viabilização de atendimento à saúde e transporte escolar nos moldes que as pessoas estavam acostumadas nos locais de origem.

O planejamento domiciliar e ambiental do reassentamento de Araras foi pensado sob a ótica do que seria adequado para os padrões do empreendedor, não levando em conta os aspectos culturais e nem as necessidades dos moradores deslocados. As novas casas (figuras 5 e 6) seguem o padrão de planos convencionais de habitação urbana que, no primeiro momento, causou uma sensação positiva quanto à qualidade nas condições de moradia para as famílias reassentadas, por serem as novas casas construídas em alvenaria em contraste com as construções anteriores que eram de adobe. Todavia, não demorou muito para que os reassentados percebessem que as novas moradias não eram compatíveis com seus antigos lares, que mesmo sendo consideradas por eles como mais simples, os antigos lares atendiam as necessidades de toda a família, como por exemplo,

no tamanho dos cômodos, na disposição e na divisão deles. Esses detalhes mostram-se muito importante na medida em que essas moradias atendiam a todas as funcionalidades necessárias, conforme as especificidades de cada família.

Tudo isso foi ofuscado pela padronização homogeneizante da Cemig que compreendia o modo de morar dos agricultores tradicionais do Vale como precário, inadequado do ponto de vista sanitário, estético e de segurança. Esse gerenciamento autoritário e padronizado da Cemig transferiu parte dos custos da construção para as famílias reassentadas, que diante do desconforto de se espremerem em uma casa muito menor do que a que moravam e do transtorno causado pela má divisão dos cômodos, viram-se obrigadas a assumir a construção do novo lar.

A opção de construir a própria casa acarretou o endividamento de famílias que são mais numerosas, uma vez que a Cemig indenizou o mesmo valor para todas elas, independentemente do número de membros, conforme o constante no TAC, o equivalente a uma casa de 64m<sup>2</sup>. Em Araras, não se vê uma casa que não tenha sido alterada seja no formato ou pelo menos na cor, o que aponta para uma tentativa de fugir do padrão imposto pela Cemig.

Esse modo de operar da Cemig deixa latente a violência do projeto ao conceber e enquadrar o agricultor rural do Vale do Jequitinhonha dentro da lógica homogeneizadora que destruiu as especificidades em várias etapas do empreendimento (ZHOURI; OLIVEIRA, 2007).

Ainda a esse respeito, expõe Pereira, (2013, p, 140) “(...) a casa é padronizada, pintada de branco, com janelas e porta azuis, teto forrado, caixas d’água colocadas em estruturas altas de cimento, avistáveis de longe, e o fogão é estreito, “ruim de jeito” (...).”

A casa é uma casa forte, boa, mas (risos) muito pequena, minha casa era maior, cômodos eram maiores.  
(N., entrevista concedida em 16/09/2018).

[Sobre a casa anterior] De adobe e telha, adobe mesmo não era de enchimento e era maior. Se não fosse a barragem ela tava lá até hoje, era forte. Construção normal da região.  
(C., entrevista concedida em 16/09/2018)

[Sobre construir outro modelo de habitação] o modelo da casa deles é um só. É de 64 m<sup>2</sup> e o tipo do feitiço é um só, se eles fizessem pelo menos uma modificação né, mas não, é um sistema só e minha família é bem grande. Quando reuni é bastante e a casa do modelo deles fica pequena(...).  
(F., entrevista concedida em 16/09/2018).

**Figura 05**– Residência construída pela própria família.



**Fonte:** Azevedo (2018) - Fotografia

**Figura 06**- Residência tamanho padrão Cemig



**Fonte:** Azevedo (2018). Fotografia

Reconstruir a vida longe do Rio Jequitinhonha tem sido o ponto que impõe maior sofrimento e muitas dificuldades para as famílias de Araras. A dinâmica de vida das famílias atingidas pelo empreendimento de Irapé, reassentadas em Araras, estava inteiramente imbricada com o Rio. Era dele que se retirava o peixe e era nele que se refrescava nos dias de calor. Nos seus vales estavam as terras mais férteis para o cultivo. O rio ainda viabilizava o garimpo em pequena escala, ofício muito praticado pelas pessoas do lugar. A água para molhar plantas e para a dessedentação animal não era motivo de preocupação nos lugares de origem. O Rio Jequitinhonha era o local de lazer privilegiado das comunidades. Ao contrário dessas condições e do uso da água possível em seus espaços nativos, em Araras, as famílias encontraram o Rio Verde com pouca vazão hídrica e com características de poluição<sup>5</sup>. No reassentamento de Araras são vários os depoimentos em que a relação com o Jequitinhonha é ressaltada e que é exposta a percepção de perda no atual contexto:

Eu morava perto do rio. Todo mundo pescava e garimpava, pegava diamante e até ouro. (...) os filhos nasceram todos lá, cresceram lá e sentem muita falta de banhar no rio, aqui faz calor demais. (N., entrevista concedida em 16/09/2018).

(...) nós trabalhava dentro da água. Aqui não tem água. Lá não era assim, a gente trabalhava dentro d'água e água para a plantação vinha por gravidade (F., entrevista concedida em 16/09/2018)

(...) Araras é bom, sempre tem as diferenças de lá para cá, por causa das atividades que não dá para fazer aqui, como o garimpo, pesca. (...) o pessoal reclama mesmo é o problema da água. Água da comunidade. Aqui tem essa água, mas é poluída demais. (C., entrevista concedida em 16/09/2018)

(...) não tinha quase nada, a diversão era no rio, todo mundo ia pescar e banhar, meus meninos gostava de fazer piquenique na beira do rio. (N., entrevista concedida em 16/09/2018).

O problema de disponibilidade hídrica no reassentamento de Araras é destacado como a mudança de maior impacto sobre as famílias, uma vez que o modo de vida das famílias transferidas dependia muito do Rio Jequitinhonha e seus afluentes para o cultivo

---

<sup>5</sup> Santos (2013) Informa que as águas do Rio Verde se mostraram contaminadas por coliformes totais em 90 %.

irrigado por gravidade ou plantio em vazantes (ver figura 7), pesca, além da dessedentação dos animais. As fontes de água disponíveis em Araras, são do Rio Verde e do poço artesiano coletivo da comunidade, que não tem dado conta de suprir as demandas nem quantitativamente, nem qualitativamente, comprometendo a condição social e econômica das famílias na medida em que dificulta e pode até inviabilizar o refazimento das relações de produção/trabalho, que seria a principal função dos reassentamentos (SANTOS, 1999). Para a Cemig, não há qualquer preocupação ou obrigação atualmente em resolver a questão do desabastecimento de água no local, passando a ser um problema dos reassentados.

Pode-se dizer que a situação vivenciada pelas famílias de Araras explicita uma falha grave na execução das regras previstas no TAC para seleção de terras para reassentamentos que deveriam sempre observar similitude com as terras dos lugares de origem, com disponibilidade de água (LESTING, 2010):

Aqui só o Rio Verde, mas a Cemig prometeu que ia trazer nós para um lugar que tinha bastante água e que a água não ia faltar. Falar pro cê viu. O poço que eles abriu pra nós aí é difícil jogar água, se a gente planta pelo menos uma horta ela morre de sede, não vem não. É direto a bomba dá defeito. Prometeu de abrir outro poço e não abriu, aí a gente fica sofrendo aí (L., entrevista concedida em 16/09/2018).

“Aqui a qualidade da água é péssima e a bomba só anda dando problema e não arruma. Quem planta usa qual água, muitos furaram poços por conta própria, porque a da comunidade dá muito problema e briga para pagar a conta de luz. (...) tinha gente que queria que a gente usasse água do rio verde poluído, aí nós demos o grito teria que ser poço(...). (N., entrevista concedida em 16/09/2018).

A Cemig é lenta demais. Até hoje temos pendências com a Cemig. A questão do poço artesiano de reserva mesmo, furou o poço, mas foi num terreno de uma pessoa que não tem nada ver, não é reassentado e foi sem autorização. Foi para a Justiça e até hoje tá parado. A Cemig não tem pressa, porque se ela quisesse resolver já teria resolvido e quase todos os reassentamentos têm pendências. Do que vejo falar tem pendências. (N., entrevista concedida em 16/09/2018).

**Figura 07** – Plantio em vazante do Rio Jequitinhonha



Fonte: Seminário Meio Ambiente, Direitos Humanos e Energia. Disponível em: <<http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr4/dados-da-atuacao/evebntos/Seminarios/AndreaLuisaConflitosSocioambientais.pdf>>.

A mencionada questão hídrica ocorre há pelos menos 12 anos sem uma solução por parte da Cemig, conforme relatos colhidos por Azevedo (2006, p. 51), sobre o Rio Verde em Araras (figura 08), no primeiro ano de ocupação do reassentamento:

“Existe o rio verde, poluído”  
(S. P. B.–Presidente da Associação dos Reassentados da Fazenda Araras);

“Não considero que tem rio aqui porque ele está morto”  
(J. S. – reassentado);

“Não tem rio, pois o rio verde está quase seco e poluído. O mau cheiro a gente senti de longe”.  
(M. G. – reassentada).

Vale comentar ainda, que uma vistoria realizada pela SUPRAM em 15/03/2011 relatou os problemas hídricos de Araras, ponderando que a quantidade de famílias no reassentamento elevou-se consideravelmente, agravando ainda mais a situação. A partir dos relatos dos reassentados, esse aumento populacional se deu a partir das alienações dos lotes de terras daquelas famílias que resolveram abandonar os locais e retornar aos municípios de origem. Com isso, os lotes foram subdivididos e transformados em chácaras de final de semana, aumentando o consumo da água fornecida pelo poço artesiano cuja finalidade principal seria o atendimento das famílias reassentadas em decorrência do empreendimento de Irapé.

“(…) na Fazenda Araras foram reassentadas 26 famílias, no entanto, hoje se encontram residindo nesta fazenda aproximadamente 30 famílias(…). A captação na Fazenda Araras para atender às necessidades de consumo humano, irrigação e dessedentação animal é realizada em poço tubular profundo, não ocorrendo nenhum tipo de tratamento. (…). O volume de água disponibilizado pelo sistema implantado pela CEMIG não é suficiente para atender as necessidades do reassentamento, e a qualidade da água é um fator limitante já que apresenta índices elevado de dureza. (...) A fazenda possui um sistema de redução da dureza da água, no entanto os mesmo não funcionam devido ao alto índice de dureza da água. (...) os lotes que estão localizados na parte mais alta da fazenda apresentam maiores problemas relacionados à falta de água.” (SUPRAM JEQUITINHONHA E NORTE, 2011, p. 4)

Não cumprir o TAC, especialmente no que tange ao provimento de água de qualidade após doze anos de funcionamento do reassentamento de Araras, deixando as famílias sem condições de reconstituição de suas bases materiais de existência, denota também o que SCOTT (2009) denomina “violência administrada” caracterizado por atrasos no cumprimento dos prazos assinalados sem que as pessoas tenham a quem recorrer, já que as empresas responsáveis pelas implementações de medidas são entes despersonalizados – pessoa jurídica – e que muitas vezes, oficialmente já declararam encerramentos das questões no âmbito burocrático.

**Figura 08** – Rio Verde nas proximidades do reassentamento de Araras



Fonte: Azevedo (2018). Fotografia



Outro quesito do TAC que foi negligenciado pela Cemig diz respeito à construção dos reassentamentos em locais em que as condições de acesso aos núcleos urbanos mais próximos fossem fáceis (LESTINGI, 2010). Nem mesmo a caução fiduciária que seria uma garantia ao cumprimento do TAC foi acionada para resolver essa situação. Nesse contexto, as famílias do reassentamento de Araras, município de Francisco Sá, não conseguem frequentar com facilidade a sede do município e nem o povoado Camarinhas, optando por recorrer à cidade de Montes Claros, conforme depreende dos relatos a seguir:

(...) até acesso a Francisco Sá não tem, a gente faz feira em Montes Claros porque tem ônibus direto e para Francisco Sá não tem. É preciso ir até Camarinhas (povoado) e esperar no trevo para completar a viagem e é perigoso ficar no trevo esperando táxi ou mesmo ônibus. Acontece assalto e tudo. Quando precisamos de usar posto de saúde a gente vai para Camarinhas e se grave chama o SAMU vem de Montes Claros(...). Escola não funciona, as crianças vão para Camarinhas, o ônibus só anda quebrado, estrada ruim, muitos buracos. (L., entrevista concedida em 16/09/2018).

Os relatos demonstram as restrições e dificuldades vivenciadas em Araras, o que contradiz as promessas descritas no TAC. Evidenciando que a Cemig desrespeitou as regras de acessibilidade, como fato de não haver água de qualidade disponível no reassentamento e de não tomar providências após doze anos de implantação, caracterizado pelo descaso e violação dos direitos dos atingidos.

As carências de recurso hídrico, de saúde, de educação, de mobilidade, de habitação adequada, limitam o reestabelecimento do modo de vida das famílias de Araras. É importante ressaltar que situações de sofrimento e dor, majorada pela omissão do empreendedor frente a alguma providência de sua responsabilidade, pode ser verificada em outros empreendimentos hidrelétricos, por exemplo, na construção da UHE de Tucuruí:

(...) o conteúdo do sofrimento social parece ser intrínseco à desestruturação das relações e das condições sócio espaciais provocada pela construção da barragem. Tal desestruturação, por sua vez, **exacerbada pelos procedimentos operacionais da empresa** (MAGALHÃES, 2007, P. 245)

As características do solo, tanto em nutrientes como em granulação, umidade, entre outras, são diferentes das terras de origem, principalmente porque no Vale do Jequitinhonha a fertilização das terras ocorria naturalmente, pelas cheias do rio, com o aporte de matéria orgânica que era adensada ao solo durante os períodos chuvosos. No

não-lugar (Araras), para produzir, as famílias precisam pagar aluguel de trator para aração, corretivos de solo, adubos, energia elétrica para irrigação, custos desconhecidos nos lugares de origem onde a metodologia de cultivo era mais natural e autônoma.

**Figura 09:** Realidade alterada: Aluguel de trator



Fonte: Azevedo (2018). Fotografia

O processo de adaptação no novo lugar e de reconstrução do modo de vida original não tem sido tarefa fácil. Já não se pode implementar o plantio em vazante, pela inexistência do rio, nem há volume de água que permita agricultura irrigada. Nesse contexto, para viabilizar água para o uso doméstico e para a dessedentação animal, há combinação de caixa de recolhimento de água da chuva (figura 10), tanques de terra (figura 11) e poço artesiano (figura 12). O tanque de terra, nome dado pelos moradores, reflete bem a simplicidade, precariedade e dependência dos regimes de chuva. Como a seca tem sido mais prolongada nos últimos anos, o uso desse tanque não tem sido possível. A promessa de auxílio formulada pela Cemig que nomeia tal “técnica” de barraginha, na verdade não tem tido nenhuma serventia para as famílias, já que, por anos, ela está praticamente seca. Os agricultores têm disputado a pouca água acumulada pelos tanques/caixas d’água que foram construídas para suprir os diversos usos, incluindo o uso doméstico com a dessedentação dos animais.

(...) planto pouca coisa com essa seca, quase não tá plantando quase nada. Lá vivia da produção. Água colhemos água da chuva caixa d'água do governo é para uso doméstico. E tem tanques de terra que quando chove acumula água para criação tomar e tem a água da comunidade do poço artesiano que a Cemig furou hora tem água hora não tem, mais não tem do que tem.  
(M., entrevista concedida em 16/09/2018).

**Figura 10**– Caixa de Recolhimento de Água de Chuva – Reassentamento de Araras



Fonte: Azevedo (2018). Fotografia

**Figura 11**: Tanque de terra



Fonte: Azevedo (2018). Fotografia

**Figura 12:** Poço Artesiano

Fonte: Azevedo (2018). Fotografia

Percebe-se claramente que viabilizar a agricultura no reassentamento de Araras é condição primordial para que as famílias consigam reestabelecer seu principal modo de produção existente nos locais de origem. Nesse contexto, quanto ao planejamento do reassentamento, a Cemig entendia que a água necessária ao plantio irrigado viria do poço artesiano tubular profundo, que seria construído por ela, sendo inclusive alardeado aos reassentados que não faltaria água no novo local. Essa foi mais uma promessa não cumprida, primeiramente porque a vazão do poço não foi suficiente e depois os custos elevados de manutenção dos equipamentos e conta da energia necessária ao bombeamento da água do poço até os 26 lotes inviabilizaram o cultivo irrigado, conforme podemos observar dos relatos.

(...) a Cemig fez muita promessa e até hoje não fizeram nada.... quem pode vai furando poço. Outros furou, mas não equipou por falta de dinheiro(..) se vai mexer com irrigação a conta de energia vem cara demais. (C., entrevista concedida em 16/09/2018).

(...) A Cemig prometeu que ia trazer nós para um lugar que tinha bastante água e que água não ia faltar. Falar pro cê viu. O poço que eles abriu pra nós aí é difícil jogar água, se a gente planta pelo menos uma horta ela morre de sede, não vem não e direto a bomba dá defeito. Prometeu de abrir outro poço e não abriu, aí a gente fica sofrendo (N., entrevista concedida em 16/09/2018).

(...) a Cemig pagou a conta de luz do poço artesiano um certo tempo e depois parou de pagar. (...) a Cemig prometeu furar outro poço reserva e não fez. Tem uma conta beirando 30 mil reais(...). tinha gente querendo que a gente usasse a água do rio verde poluído, aí nós demos o grito teria que ser poço. (J., entrevista concedida em 16/09/2018).

No reassentamento de Araras, verificou-se o abandono dos lotes, desde os primeiros anos, acarretando o que seria uma espécie de segunda desterritorialização, essa por sua vez, fruto da vontade do próprio reassentado, por não conseguir permanecer em Araras, diferentemente da primeira desterritorialização imposta pela expulsão de suas terras originais em função do empreendimento de Irapé. Assim, das vinte e seis famílias que se propuseram a recomeçar suas vidas no “não-lugar” Araras e que por pouco tempo compartilhavam os mesmos sonhos e lutas. Já em 2006, quatro famílias desistiram e migraram de Araras, permanecendo vinte e duas famílias de reassentados. Com o passar dos anos o número de famílias que resistem na reterritorialização em Araras foi reduzindo, restando atualmente apenas oito famílias oriundas do deslocamento compulsório.

A desterritorialização descortina as dificuldades materiais e imateriais impostas pelo sofrimento das pessoas que foram removidas dos seus lugares de origem para um espaço estranho, restando a elas, diante da falta de adaptação, diversas tentativas de reterritorialização, mediante retorno. Mesmo que a migração não seja exatamente para o lugar de origem. Nesse sentido, as notícias que se têm é que a maioria das famílias que abandonaram o reassentamento de Araras retornaram para comunidades mais próximas de suas raízes e histórias de vida, dos seus antigos lugares. Os informantes disseram não saber precisamente o destino desses antigos moradores e que não conseguem contato mais com eles, evidenciando assim, uma nova ruptura das relações sociais.

As causas das inaptações são variadas: desde a dificuldade de viver em um local com pouca água, distância dos familiares que foram para outros locais ou ficaram em áreas remanescentes da UHE de Irapé, até dificuldade de provimento do sustento da família, à medida que tiveram que lidar com outras formas de trabalhos não existentes nos locais de origem. Além que conviver atualmente com a supressão de algumas atividades laborais, como pesca, garimpo entre outras.

O abandono dos reassentamentos e as tentativas de retorno a lugares próximos aos de origem são verificados em outros reassentamentos de Irapé. Nessa perspectiva, Godinho (2018) aborda a questão das reiteradas migrações das pessoas, buscando novos lugares na tentativa de readaptação, já que o lugar de origem restou inundado e as novas

terras do reassentamento inviabilizaram a continuação do modo de produção ou apresentaram grau de dificuldade excessivo para acesso aos recursos hídricos ou, muitas vezes, a permanência não foi possível devido ao medo do novo. “Quando não é possível criar raízes nos novos lugares, os atingidos pela UHE de Irapé migram novamente em busca da reterritorialização” (GODINHO, 2018, p. 97). A autora ainda pondera que os descendentes das famílias transferidas involuntariamente jamais conhecerão os locais em que seus pais viveram, nem as árvores de lá, nem o campo de futebol, etc.

Falando especificamente sobre Araras, em Godinho (2018, p. 98) temos o seguinte registro:

“(...) Conforme o técnico da EMATER, questões de relacionamento e aspectos sociais fazem com que os atingidos saiam das suas terras, provocando novas migrações”.

Podemos dizer que a desterritorialização é a desocupação do território em que vive a população ribeirinha, com perda de toda a carga simbólica, laços de vizinhança e parentesco construídos no lugar, ao longo de vários anos. A esse respeito, Haesbaert (2006) assevera que deve ser enfatizada a desterritorialização em seu sentido social ligada a crescente dinâmica de exclusão socioespacial a que denominamos “aglomerados humanos de exclusão”.

A reterritorialização, por sua vez, é o reestabelecimento em um novo lugar, recriação do modo de produção e criação de novos laços sociais. No caso do reassentamento de Araras, por exemplo, das vinte e seis famílias reassentadas de imediato, quatro retornaram aos locais de origem por não conseguirem se adaptar ao novo lugar. Nesse movimento de deslocamento do lugar designado pelo gestor do empreendimento hidrelétrico para novas regiões em busca de adaptação, temos novas desterritorializações e inúmeras tentativas de reterritorialização, o que Haesbaert (2006, p. 259) denominou “(...) desterritorializados em busca de uma outra reterritorialização, de resistência e, portanto, distinta daquela imposta pelos seus desterritorializadores”.

### **3.2 O *modus operandi* de Irapé em relação a outros empreendimentos hidrelétricos**

Uma análise comparativa entre o processo de construção da UHE de Irapé e a implementação de outros empreendimentos hidrelétricos no Brasil, nos permite constatar que o *modus operandi* adotado pela Cemig seguiu, em grande parte, a lógica dos demais

empreendimentos hidrelétricos. Dessa maneira, a exemplo dos demais empreendimentos hidrelétricos, Irapé nasceu no contexto da política desenvolvimentista nacional, subserviente aos interesses capitalistas, tendo como principal articulador o próprio Estado, por meio de uma concessionária do Serviço Público de Energia Elétrica (OLIVEIRA, 2003).

Em Irapé e nas demais hidrelétricas, para camuflar os efeitos danosos na vida da população atingida, os empreendedores utilizaram um forte discurso ideológico desenvolvimentista no sentido de alardear que a região receptora do empreendimento seria contemplada com uma obra que geraria riqueza e propiciaria distribuição de renda. Especificamente no caso de Irapé, situado no Vale do Jequitinhonha, região rotulada como Vale da Miséria, propagava-se que o empreendimento traria o progresso e geraria prosperidade para a população, reduzindo as distorções regionais em termos de renda. Bortoleto (2001) em seus estudos sobre empreendimentos hidrelétricos no contexto desenvolvimentista assinala que, sob o poder da ideologia desenvolvimentista do Brasil e do subsídio estatal, os grandes empreendimentos avançaram sem a menor preocupação com os reflexos negativos locais.

Os estudos iniciais que diagnosticaram o potencial hidrelétrico da região da UHE de Irapé ocorreram na década de 1960, porém, os movimentos mais contundentes de implementação do projeto se deram por volta de 1997, quando houve a obtenção da Licença Prévia do empreendimento. Nessa ocasião, o Brasil já experimentava alguma evolução no processo de remanejamento de pessoas em decorrência de construções de empreendimentos de geração de energia de origem hidráulica. Isso em razão da atuação dos movimentos sociais como o dos atingidos por barragens, fato que inclusive contribuiu para que o Banco Mundial, grande financiador de projetos dessa natureza no Brasil, condicionasse a liberação de recursos a um plano de remanejamento populacional, incluindo projetos de reassentamentos coletivos (REBOUÇAS, 2000). Tem-se notícia, por exemplo, que os atingidos pela UHE de Itá, em 1987, conquistaram direito a reassentamentos coletivos.

Na questão dos reassentamentos decorrentes da UHE de Irapé, nota-se um certo retrocesso. Já não foi seguida a tendência de aprimoramento dos processos de remanejamento populacional e, ao contrário do que seria esperado, os reassentamentos não se deram por iniciativa da Cemig, passando a figurar no rol de responsabilidades da empresa somente a partir da assinatura do TAC, em 2002, após diversos conflitos e

enfrentamentos. Até bem próximo ao enchimento do reservatório, várias fazendas que seriam utilizadas para construção dos reassentamentos não tinham sido adquiridas, retardando consideravelmente o processo, levando as pessoas ao desespero.

Outra especificidade no caso do empreendimento de Irapé foi a atuação atípica do MPF, que passou a trabalhar na interlocução entre o empreendedor e os atingidos. Vale lembrar que segundo a Constituição Federal, Inciso III, um dos papéis do Ministério Público seria promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, algo totalmente dissociado do papel de mediação que foi exercido. Desse modo, o MP faz parte da estrutura do judiciário e deveria cuidar predominantemente da tutela dos direitos dos atingidos e da proteção do meio ambiente contidos na Constituição e Leis (ZUCARELLI, 2006).

Chama a atenção o uso do TAC como medida flexibilizante para obtenção da licença de operação porque possibilitou a postergação de medidas e condicionantes importantes para a condução da obra de Irapé, incluindo a principal delas: a implementação dos reassentamentos. É importante assinalar ainda que o TAC também pode ser interpretado no contexto da “resolução negociada de conflitos”, sob o argumento de que uma solução do impasse pela via do judiciário impediria a participação dos interessados do local. Ressalta-se, no entanto, que se considera equivocada essa linha de raciocínio porque inevitavelmente os atingidos, parte mais fraca nessa correlação de forças desiguais – atingidos e empreendedor - ao aceitar essa via negocial extrajudicial, invariavelmente abririam mão de direitos assegurados, a priori na própria constituição, em prol de um “consenso”. Além disso, entender que decisões do judiciário nessas circunstâncias não considerariam a participação da sociedade civil é desconsiderar a própria dinâmica de formulação das Leis que nasce exatamente do anseio da sociedade (ACSELRAD; BEZERRA, 2010).

Os reassentamentos de Irapé não foram estruturados de modo a preservar os laços de vizinhança e parentesco, tal qual se verifica em outros casos no Brasil. Além disso, houve muitas falhas no decorrer de sua implantação, uma vez que se verifica diversas carências que representam, inclusive, descumprimento ao próprio TAC, como por exemplo, falta de recursos hídricos em alguns reassentamentos, como é o caso de Araras, além das condições de acesso aos povoados e a municípios próximos.



Ainda que o presente trabalho seja um estudo de caso em que os resultados não possam ser usados para descrever a situação de estruturação de todos os reassentamentos de Irapé, alguns outros estudos acessados deixam evidentes que os descompasso entre o discurso e a prática detectados no reassentamento de Araras não se constituem fatos isolados. O estudo de Pereira (2012) demonstra que o que ocorreu na estruturação do reassentamento de Araras não foi uma excepcionalidade. Assim, ao analisar informações coletadas em outros reassentamentos de Irapé, evidenciou situações de sofrimento, de descaso e de violência administrada experimentadas por outras famílias que também deixaram a vida à beira do Rio Jequitinhonha, seu modo peculiar de subsistência, pelo plantio na vazante, sem a necessidade de irrigação e adubação, para morarem em locais distantes, longe de rios, em casas padronizadas, cujo modelo de construção reproduzia o ideário sob a ótica do modo de vida valorizada pela Cemig e não pelas famílias atingidas.

Nos novos locais, as famílias encontraram muitas dificuldades, tanto no assentamento de Araras como em outras comunidades estudadas por Pereira (2012). Desde a falta de confiança dos comerciantes locais até mesmo quanto a ter que sobreviver das indenizações nos primeiros anos, já que as novas formas de se produzir, com o uso da – irrigação, correção e adubação de solo, etc. - não eram dominadas pelos agricultores rurais, fazendo necessário a assistência de técnicos da Emater para que essas fossem replicadas. Além disso, os custos de se produzir elevaram-se bastante, sobretudo pela necessidade de uso da energia elétrica visando acionar motores que fazem o bombeamento de água para fins de irrigação e pagamento de tratores para aração.

Chama a atenção também, que mesmo sob o império de um instrumento de valor jurídico, como o TAC, a Cemig praticamente ignorou certas responsabilidades, entregando as pessoas “a própria sorte”, no reassentamento de Araras. Situações como a escassez de água há doze anos, falta de acesso ao povoado Camarinhas e à sede do município de Francisco Sá, as dificuldades para o transporte escolar e para o acesso à saúde, levando as famílias a procurarem a sede de outro município, são indicativas da situação de descaso e de violência administrada, nos termos de Scott (2009). No afã de construir a Hidrelétrica de Irapé, a Cemig e o Estado de Minas Gerais não só expropriaram as terras das pessoas que viviam à beira do Rio mediante indenizações inferiores aos reais prejuízos, como também lhes subtraíram a história, os valores simbólicos e culturais, reassentando-as em locais distantes, sem condições materiais e emocionais de reconstrução dos seus modos de vida, impondo-lhes a existência em um “não-lugar”.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo evidenciou que a “expropriação” de terras e a transferência involuntária das vinte e seis famílias atingidas pela UHE de Irapé para o reassentamento de Araras foi um processo causador de sofrimento e dor, operacionalizado num contexto de descaso planejado, o que provocou ruptura dos laços de parentesco e de vizinhança e a descontinuidade dos modos de vida, das histórias construídas e transmitidas por várias gerações, assim como o simbolismo de um lugar, a relação peculiar das pessoas com a terra e com os recursos naturais da região.

Inicialmente, as perdas que seriam causadas na vida das pessoas foram camufladas por uma “cortina de fumaça” denominada discurso desenvolvimentista. Nesse contexto, circulou rapidamente junto à mídia e aos políticos da região do empreendimento, que a UHE de Irapé geraria poucos impactos negativos na vida das pessoas e que os benefícios seriam muito superiores, sendo a obra uma redenção para o Vale do Jequitinhonha, que alavancaria o “desenvolvimento” para a região, com geração de emprego e renda. Assim, quem se opusesse ao projeto era considerado retrógrado e contrário ao interesse público. Um exemplo disso foi a execração pública, pela mídia, dos técnicos do Copam que não recomendaram a Licença de Instalação da UHE de Irapé pelo descumprimento de condicionantes por parte da Cemig: os técnicos foram rotulados de “Os guardiões da miséria” pelo Jornal Estado de Minas, de 25/04/2002 (ZUCARELLI, 2006).

No transcorrer do empreendimento, todavia, ocorreram diversos descompassos entre o discurso e a prática. Num contexto de descaso planejado, tal qual pode ser verificado na obra de Scott (2009), mesmo com o TAC, inúmeras questões não foram implementadas no prazo adequado, sendo a mais grave a falta de estrutura dos reassentamentos coletivos que só ocorreram após protestos, incluindo a ocupação da sede da Cemig em Belo Horizonte, pelas famílias atingidas.

Numa atitude de flexibilização das regras, as licenças foram sendo concedidas, uma a uma, com condicionantes ambientais pendentes, sendo transferidas para uma etapa futura. Até que por fim, foi concedida a penúltima licença do empreendimento, a licença de operação, com pendências transferidas para um TAC elegendo o MPF que figurou atipicamente como mediador de interesses em conflito (ZUCARELLI, 2006). Esse novo contexto de atuação do MPF causa estranhamento, uma vez que de guardião dos direitos

dos atingidos e da defesa do meio ambiente o Ministério passou a atuar como mediador de interesses empresariais em conflito com minorias.

Vale mencionar que as famílias atingidas são agricultores familiares que viviam do plantio em vazantes, da criação de animais em terras de uso coletivo, da pesca e do extrativismo. A terra para o cultivo era preparada com enxada, sendo a adubação um processo natural, já que no período das cheias o Rio Jequitinhonha fertilizava o solo. As terras úmidas exigiam pouca irrigação e quando havia a necessidade de molhar o solo, utilizavam a técnica de irrigação por gravidade. Todavia, no reassentamento viabilizar a agricultura só seria possível mediante irrigação através de água bombeada de poço artesiano, com uso de defensivo agrícola e preparação do solo por meio de arados traçados por tratores. Esse novo método de plantio além de mais oneroso, requer tempo de adaptação e assessoria técnica, sendo que, até hoje, não está totalmente dominada, pelos agricultores.

No não-lugar Araras as oito famílias oriundas de Irapé, resistem em encontrar significados e sentidos para as suas vidas. É importante salientar que essas famílias que permaneceram não dependem exclusivamente das atividades rurais para sobrevivência. O sustento dessas famílias precipuamente é por meio de aposentadorias rurais e outros benefícios do governo. O que talvez pode explicar a permanência delas em Araras.

Em outros reassentamentos de Irapé, as famílias foram compelidas a morar em fazendas cujas dimensões não comportavam todos os familiares, experimentando rupturas dos laços de parentesco. Soma-se a isso, o fato de muitos reassentamentos terem sido implementados em municípios distantes e com uma dinâmica muito diferente do antigo lugar, como é o caso de Araras que pertence ao município de Francisco Sá.

Na percepção dos reassentados em Araras, há doze anos eles estão invisibilizados, não sendo vistos como cidadãos portadores de direitos como os demais cidadãos de Francisco Sá. Haja vista as reclamações e as dificuldades que persistem a exemplo da falta de infraestrutura de estradas, saúde, escola e da disponibilidade de um ônibus. Isso, inclusive, foi citado como fator motivador do abandono do reassentamento de dezoito famílias num movimento de desterritorialização e tentativa de uma reterritorialização em outros lugares que possibilitassem a reconstrução, a ressignificação e identificação com esses lugares.

O que ocorreu nos reassentamentos decorrentes de Irapé é análogo ao modelo replicado em diversos reassentamentos Brasil. São expropriações que produzem

desintegração dos costumes, tradições e da relação dos atingidos com a terra, quebra de laços de parentesco, modificação de modo de vida e reprodução social. Nesse sentido, assistimos ao cenário em que se reproduz “mais do mesmo” por décadas, um *modus operandi* que reproduz exclusão socioambiental das populações mais vulneráveis. Assim, ações de violência e de invisibilização das minorias foram engendradas pela Cemig em parceria com o Estado no intuito do suposto desenvolvimento que instrumentaliza a legalidade, subjuga grupos sociais mais vulneráveis, excluindo deles a possibilidade de escolher seus destinos.

Isso nos leva a refletir e sugerir que seja reexaminada a matriz energética brasileira, a partir de tantos prejuízos não mensuráveis monetariamente e por isso não considerados quanto a análise de viabilidade de uma usina hidrelétrica. Também é muito importante, a nosso ver, refletir sobre esse modelo excludente de desenvolvimento baseado na indústria, gerando um consumismo desenfreado e demandante que exige cada vez mais uma maior quantidade de energia para a produção e serviços, com dilapidação do meio ambiente que se apresenta cada vez mais escasseado, o que vem comprometendo a sobrevivência e a existência das populações tradicionais e dos povos mais vulneráveis frente a esse modelo destrutivo de crescimento pautado no valor econômico.

**Figura 13-** Famílias que resistem em ressignificar Araras



Fonte: Azevedo (2018). Fotografia

## REFERÊNCIAS

ACSERALD, H. As Práticas Espaciais e o Campo dos Conflitos Ambientais. *In:* ACSERALD, H. (Org.) **Conflitos Ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: Fundação Heinrich Böll, 2004, p.13-35.

ACSELRAD, H.; BEZERRA, G. Inserção econômica internacional e “Resolução negociada” de conflitos ambientais na América Latina. *In:* ZHOURI, A. LASCHEFSKI, K. (Org.). **Desenvolvimento e conflitos ambientais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, p. 35-62, 2010.

AUGÉ, M. **Não-lugares** – introdução a uma antropologia da supermodernidade. Campinas: Editora Papirus, 1994.

AZEVEDO, L.C. **O Assentamento de Francisco Sá: uma Análise dos Reassentamentos em Função da Construção de Usinas Hidrelétricas**. Monografia (Conclusão do curso de Ciências Sociais). Universidade Estadual de Montes Claros. Montes Claros, 2006.

BATISTA, E. A. D. **A recomposição do modo de vida nos reassentamentos rurais do setor elétrico**: estudo comparativo entre Flor da Serra e São Francisco de Assis (Estado do Tocantins). Dissertação (Mestrado em Ciências do Ambiente) – Fundação Universidade Federal do Tocantins, Tocantins, 2009.

BARTOLOMÉ, L. J. Combatiendo a Leviatan. La articulación y difusión de los movimientos de oposición a los proyectos de desarrollo hidroeléctrico em Brasil (1985-1991). *In:* BALLAZOTE, A. O.; CATALLO, M. R., *et al.* **Anthropologia y grandes proyectos em el Mercosur**. La Plata: Eitorial Minerva, 2001.

BELL, J. **Como Realizar um Projecto de Investigação** – Um guia para a Pesquisa em Ciências Sociais e da Educação. Gradiva.1993.

BRANDÃO, C. R. Reflexões sobre como fazer trabalho de campo. *In:* **Sociedade e cultura**. v. 10, n.1, Jan/jun, 2007.

BORTOLETO, E. M. A implantação de Grandes Hidrelétricas: desenvolvimento, discurso e impactos. **Geografares**, Vitória, n. 2, p. 53-62, jun. 2001.

COSTA, P. C. De. C. **À Margem de Irapé**: uma década de legados e consequências da barragem do Rio Jequitinhonha. Dissertação (Mestrado em Sociedade, Ambiente e Território). Belo Horizonte: UFMG/Unimontes, 2018.

COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS – CEMIG. **Bolem Informativo Irapé**. Ano 3, n. 5, Set/Out 2005

COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS – CEMIG. **Boletim Informativo Irapé**. Ano 4, n. 2, Mar/Abr 2006.

MINAS GERAIS. Ministério Público Federal. **Termo de Acordo estabelecido entre o MPF, Estado de Minas Gerais, CEMIG e FEAM com intervenção da Fundação**

**Cultural Palmares, Associação Quilombola Boa Sorte e da Comissão de Atingidos pela Barragem de Irapé.** Belo Horizonte/MG: Procuradoria da República em Minas Gerais, 2002.

DUARTE, S. V.; FURTADO, M. S. **Manual para Elaboração de Monografias e Projetos de Pesquisa.** Montes Claros: UNIMONTES, 1991. 236p.

FENILLI, G. Z.; LOCH, C. **Impactos Sócio-Ambientais causados pela implantação da Usina Hidrelétrica Itá In:** Congresso Brasileiro de Cadastro Técnico Multifinalitário. Florianópolis: Ufsc, 2002

FERNANDES, M. C. Os donos da água. **Revista Época.** Edição de nº 50. 1999. Disponível em: <<http://epoca.globo.com/edic/19990503/ciencia6.htm>> Acesso em: 15 mar., 2006.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso.** São Paulo: Edições Loyola 12<sup>a</sup> ed. Julho de 2005.

GALIZONI, F. M. Terra, ambiente e herança no alto Jequitinhonha, MG. **Revista de Economia e Sociologia Rural.** v.40, n.3. jul/set, 2002.

GALIZONI, F. M. A´guas da Vida: população rural, cultura e água em Minas. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

GALIZONI, F. M; RIBEIRO, E. Água, População Rural e Políticas de Gestão: o caso do Vale do Jequitinhonha, Minas Gerais”. **Ambiente e Sociedade,** v.5, n. 2, p.129-146, 2003.

GESTA. Ficha Luta dos atingidos pela barragem de Irapé. Disponível em: <<http://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/conflito/?id=271>>. Acesso em: 20 abr., 2018.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** São Paulo: Atlas, 1988.

GODINHO, V. P. E. “**A VIDA ISPINICADA.** O Processo de Deslocamento de Famílias Atingidas por Barragens. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Social). Unimontes, Montes Claros, 2018.

GUDYNAS, E. Extractivismos em America del sur: conceptos y sus efectos derrame. *In:* ZHOURI, A; BOLADOS, P.; CASTRO, E. (Orgs.). **Mineração na América do sul:** neoextrativismo e lutas territoriais. São Paulo: Annablume, 2015. p.23-44.

HAESBAERT, R. **O mito da territorialidade:** do fim do território à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand, 2006.

HALBWACHS, M. **A memória Coletiva.** São Paulo, Revista dos Tribunais/Vértice, 1990.

JIMÉNEZ, L.E.A. **A interação comunicativa de grupos com interesses diferentes constituída em uma ação socialmente responsável: estudo de caso do relacionamento da Companhia Energética de Minas Gerais CEMIG (Brasil), com as comunidades**

**atingidas pela construção da Usina de Irapé.** Dissertação (Mestrado em m Comunicação Social). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

LESTINGI, M. D. A inserção dos custos sociais nos empreendimentos hidrelétricos: Estudo de caso da UHE Irapé (MG). Dissertação (Mestrado em Energia). Universidade de São Paulo, São Paulo. 2010.

LISBOA, M. Em nome do desenvolvimento. *In* ZHOURI, A.; VALENCIO, N. **Formas de matar, de morrer e de resistir:** limites da resolução negociada de conflitos ambientais. Belo Horizonte: Editora UFMG. 2014. p. 51-78.

LITTLE, P. E. Os conflitos socioambientais: um campo de estudo e de ação política. *In*: **A difícil sustentabilidade:** política energética e conflitos ambientais. BURSZTYN, Marcel (Org.). Rio de Janeiro: Garamond, 2001, p. 107-122.

LITTLE, P. E. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da Territorialidade. **Série Antropologia n° 322.** Brasília: UnB, 2002. 32p.

MAB-MOVIMENTO ATINGIDOS POR BARRAGENS. História do MAB. Disponível em: <<http://www.mabnacional.org.br/content/3-os-encontros-nacionais-e-cria-do-movimento-nacional>>. Acesso em: 15 mar., 2018.

MAGALHÃES, S. B. **Lamento e dor: uma análise sócio-antropológica do deslocamento compulsório provocado pela construção de barragens.** Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Universidade Federal do Pará. Belém, 2007.

MARTINS, J.S. **A chegada do estranho.** São Paulo: HUCITEC, 1993.

MARX, K. **O Capital.** Crítica da economia política. Livro Primeiro: O processo de Produção do Capital. Vol.II .12ª ed.1989. Rio de Janeiro.

MENDES, R. C. V.; BIEDACHA, S. **Usina Hidrelétrica de Salto Caxias – Programa de Reassentamento, da Concepção ao Monitoramento.** *In*: Seminário Nacional de Grandes Barragens, XXIII, 1999, Belo Horizonte. Anais. Vol. II. p. 19-28, 1999.

MENDES, N. A. S. **As Usinas hidrelétricas e seus impactos:** os aspectos socioambientais e econômicos do Reassentamento Rural de Rosana – Euclides da Cunha Paulista. Dissertação (Mestrado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia – FCT/UNESP, Presidente Prudente, 2005.

NORONHA, A. B.; RIBEIRO, E. M. As dádivas da terra. *In*: RIBEIRO, E. M. (Org.). **Feiras do Jequitinhonha:** mercados, cultura e trabalho de famílias rurais no semi-árido de Minas Gerais. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2007.

PEREIRA, V. G. **Como a vida se refaz:** os caminhos da reterritorialização de atingidos pela Barragem de Irapé do Alto Jequitinhonha. Tese (Doutorado em Administração) . Universidade Federal de Lavras. Lavras: UFLA, 2012.

QUEIROZ, M. I. **Variações sobre a técnica de gravador no registro da informação viva.** Editora Taq. São Paulo, 1986.

REBOUÇAS, L. M. **O planejado e o vivido**: O reassentamento de famílias ribeirinhas no Pontal do Paranapanema. 1ª edição. São Paulo: Ed. Annablume: Fapesp, 2000. 193.p.

OLIVEIRA, R. C. R. **Análise da Importância socioeconômica da Usina Hidrelétrica de Irapé Para o Município de Grão Mogol (MG)**. Monografia – Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros, 2003.

RIBEIRO, R. **Campesinato**: Resistência e Mudança-O caso dos atingidos por barragens do vale do Jequitinhonha. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1993.

RIBEIRO, E. M. *et al.* Gestão, uso e conservação de recursos naturais em comunidades rurais do alto Jequitinhonha. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**. V. 7, n. 2, nov. 2005.

RIBEIRO, E. M. Para repensar a história e o desenvolvimento rural do vale do Jequitinhonha *In*: RIBEIRO, E. M. (Org.). **Feiras do Jequitinhonha**: mercados, cultura e trabalho de famílias rurais no semi-árido de Minas Gerais. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2007.

RIBEIRO, E.M; GALIZONI, F.M. Água, população rural e políticas de gestão: o caso do vale do Jequitinhonha, Minas Gerais. **Revista Ambiente e sociedade**., Campinas, v. 5, n. 2, p. 129-146, 2003.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**: espaço e tempo, razão e emoção. São Paulo: HUCITEC, 1999.

SANTOS, A. F. M. Não se pode proibir comprar e vender terra: terra de ocupação tradicional em contexto de grandes empreendimentos. *In*: ZHOURI, A.; VALENCIO, N. **Formas de matar, de morrer e de resistir**: limites da resolução negociada de conflitos ambientais. Belo Horizonte: Editora UFMG. 2014. p.143-165.

SANTOS, E.F. **Caracterização Hidrogeológica e Hidroquímica da Bacia do Rio Verde Grande em Minas Gerais**. Dissertação (Mestrado em Geologia). Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2013.

SANTOS, R. C. **Entre “territórios”**: uma análise cultural e política de uma comunidade atingida pela Hidrelétrica de Irapé no Alto Jequitinhonha-MG. Dissertação (Mestrado em Interdisciplinar em Ciências Humanas). Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Diamantina, 2016.

SANTOS, M. R. A. dos. **Irapé: paisagem cultural e paisagem tecnológica**. Relatórios do NEPE. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, Escola do Legislativo, 2007. 12p.

SCOTT, P. **Negociações e Resistências Persistentes**: agricultores e a barragem de Itaparica num contexto de descaso planejado. Recife: Editora UFPE, 2009.



SUPRAM JEQUITINHONHA E SUPRAM NORTE: SUPERRINTENDÊNCIA REGIONAL DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. **Relatório de Vistoria**. Diamantina, 2011.

UNIVERSIDADE DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI – UFVJM. **Informativo do Núcleo de Agroecologia e Campesinato - NAC**. 2013 Disponível em: <<http://site.ufvjm.edu.br/fca/files/2013/05/Acervo-Campo-Vale.pdf>> Acesso em: 04 fev., 2019.

VAINER, C. B.; ARAUJO, F. G. B. DE. **Grandes projetos hidrelétricos e desenvolvimento regional**. Rio de Janeiro: CEDI, 1992.

VICTORA, C; SARTI, C. Apresentação. **Horizontes Antropológicos.**, Porto Alegre, v. 20, n. 42, p. 9-18, dez. 2014 .

ZHOURI, A; OLIVEIRA, R. Paisagens industriais e desterritorialização de populações locais: Conflitos socioambientais em projetos hidrelétricos. *In: A insustentável leveza da política ambiental – Desenvolvimento e conflitos socioambientais*. ZHOURI, A; LASCHEFSKI, K; PEREIRA, D. B. (Org). Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2005, 288p.

ZHOURI, A; OLIVEIRA, R. Desenvolvimento, conflitos sociais e violência no Brasil Rural: o caso das usinas hidrelétricas. **Ambientes e Sociedade**, Campinas, v. 10, n.2, 2007.

ZHOURI, A; OLIVEIRA, R. Quando o lugar resiste ao espaço colonialidade, modernidade e processos de territorialização. *In: ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K. (Orgs). Desenvolvimento e Conflitos Ambientais*. Belo horizonte: Editora UFMG, 2010.

ZHOURI, A; LASCHEFSKI, K; PEREIRA, D. (Org.). **A Insustentável Leveza da Política Ambiental. Desenvolvimento e Conflitos socioambientais**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, v. 1, p. 89 – 116, 2005.

ZHOURI, A. *et al.* O desastre da Samarco e a política das afetações: classificações e ações que produzem o sofrimento social. **Ciência e Cultura.**, São Paulo, v. 68, n. 3, p. 36-40, Set. 2016.

ZITZKE, V. A. A rede sociotécnica da usina hidrelétrica do Lajeado (TO) e os reassentamentos rurais das famílias atingidas. Tese (Doutorado) Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas UFSC, Florianópolis, 2007.

ZUCARELLI, M. C. **Estratégias de Viabilização Política da Usina de Irapé: o (des)cumprimento de normas e o ocultamento de conflitos no licenciamento ambiental das hidrelétricas**. Dissertação (Mestrado em Sociologia). UFMG, Belo Horizonte, 2006.

## APÊNDICE:

### APÊNDICE I:

**ROTEIRO DE PESQUISA:** “MAIS DO MESMO”: Uma análise dos efeitos da construção da UHE de Irapé para “o povo de Araras”.

Nome do Entrevistador:

Nome do Entrevistado (opcional):

Horário de Início da Entrevista: \_\_\_\_\_ Horário do Fim da Entrevista: \_\_\_\_\_

Telefone do Entrevistado (opcional):

Endereço do Entrevistado (opcional):

Data da Entrevista: \_\_\_\_\_

#### OBJETIVOS:

- Caracterizar as condições de vida das famílias reassentadas em Araras, doze anos após a mudança compulsória;

- Identificar os processos vivenciados pelas famílias reassentadas, a partir do projeto desenvolvimentista, a fim de entender os impactos gerados por Irapé e o significado das múltiplas mudanças, sob a percepção das pessoas do lugar.

#### O ANTIGO LUGAR:

Idade do (a) senhor (a)?

Onde nasceu?

O (a) Senhor (a) tem algum (a) companheiro (a)? E filhos?

Como se chama a comunidade/povoado ou região rural em que vivia? Pertencia a qual município?

Como era o lugar?

Os seus antepassados também viveram no local?

Viviam próximos a parentes?

Se existia confraternização religiosa onde vocês moravam?

E atualmente?

Qual o meio de vida do senhor (a)? Plantio? Pesca? Mineração? Trabalho assalariado?

## **O DESENVOLVER DOS FATOS INERENTES AO EMPREENHIMENTO**

1. Como souberam de Irapé? Como as notícias da Usina chegavam? Havia muitos boatos?
2. O que sentiram após ter a notícia sobre a pretensão de se construir a Usina de Irapé em suas terras?
3. Foram comunicados oficialmente? Como foi? Quando?
4. Perceberam, de imediato, que a barragem mudaria a vida do (a) senhor (a)?
5. Vocês sentiam algum tipo de pressão para anteciparem a saída?
6. O (a) Senhor (a) resistiu à mudança? Participaram de algum tipo de movimento? Participaram de reuniões para traçarem estratégias de enfrentamento?
7. Houve ajuda do Sindicato dos Trabalhadores Rurais/ Comissão Pastoral da Terra/ FETAEMG e Campo Vale? Alguma dessas instituições auxiliaram frente a Cemig e Governo?
8. Como foi o critério para escolha das novas terras para moradias?
9. Por que Araras?

## **O NOVO LUGAR**

- 1- O que sentiram no dia da mudança para Araras?
- 2- O que você sentiu ao chegar a Araras?
- 3- O que foi mais difícil na hora da partida?
- 4- Qual diferença o (a) senhor (a) percebeu de Araras em relação ao local de origem?
- 5- Como foi a receptividade por parte do município de Francisco Sá e também das pessoas que moravam na fazenda Araras?
- 6- Quais são as lembranças do lugar de origem?
- 7- Em Araras, o (a) senhor (a) mora próximo a parentes ou de algum vizinho do local de origem?
- 8- O meio de vida atualmente é o mesmo do que mantinha no local de origem?
- 9- O acesso à educação e à saúde atualmente é igual, melhor ou pior que no local de origem?

**APÊNDICE II****TERMO DE CONCESSÃO DE INFORMAÇÕES**

Declaro para os devidos fins que estou ciente dos objetivos do trabalho de pesquisa da Mestranda, **Célia Lopes Azevedo**, portadora da CI - MG10649035, no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social (PPGDS) pela Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES), tendo como orientadora a Prof.<sup>a</sup> Dra.<sup>a</sup>. Ana Paula Glinfskoi Thé. Autorizo a gravação de informações por mim prestadas nesta entrevista. Concordo com a divulgação dos resultados de tais informações para utilização científica em congressos, encontros, debates, textos, artigos, entre outros. Autorizo ainda a divulgação de minha imagem/propriedade ou informações por mim prestadas.

---

Assinatura do Entrevistado